

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM NOVE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E SETE** -----

----- Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, André Nunes de Almeida Couto, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Lopes, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de

Jesus, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Susana Maria da Costa Guimarães, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Maria João Bernardino Correia, José Roque Alexandre, Carla Sofia Lopes Almeida, Pedro Miguel Tadeu Costa, Nuno Miguel dos Santos Silva, Eduardo de Carvalho Viana, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Natacha Machado Amaro, Mário Nelson Morais Freitas, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes e Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Carla Cristina Ferreira Madeira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Misericórdia, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Carla Sofia Lopes de Almeida. -----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Isabel Bentes Penedo. -----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Maria do Carmo Munoz (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes (CDS-PP).-----

----- Paulo Jorge Velez Muacho (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Eduardo de Carvalho Viana.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 7/2018, de 9 de outubro de 2018, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS – PJJ Lumiar) à 14ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (9ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 13 de março de 2018.-----

----- Injustificar a falta da Deputada Municipal Susana Guimarães (PS - em substituição do PJJ de Marvila) à 15ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (10ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 20 de março de 2018. -----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal António de Oliveira Costa (CDS-PP – em substituição da Deputada Municipal Maria Cristina Júdice) à 15ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (10ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 20 de março de 2018. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: José António Cardoso Alves (PS-PJJ São Domingos de Benfica) e Raúl Jorge Santos (MPT) à 29ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (18ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 10 de julho de 2018. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Fábio Sousa (PCP- PJJ Carnide) Fernando Correia (PCP), José Sobreda Antunes (PEV), Raúl Jorge Santos (MPT), Aline Gallasch Hall de Beuvink (PPM) e Maria do Carmo Munoz (PPM) à 30ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª Reunião da Sessão Ordinária de junho), realizada no dia 12 de julho de 2018.-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS- PJJ Lumiar) à 30ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª Reunião da Sessão Ordinária de junho), realizada no dia 12 de julho de 2018.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Graciela Simões (PCP), Fábio Sousa (PCP- PJJ Carnide), Fernando Correia (PCP) e Raúl Jorge Santos (MPT) à 31ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (4ª Reunião da Sessão Ordinária de junho), realizada no dia 17 de julho de 2018.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Fernando Correia (PCP), José Sobreda Antunes (PEV) e Cristina Castel Branco Júdice (CDS-PP) à 32ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (19ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 19 de julho de 2018. -----

----- Retirar a falta à Deputada Municipal Natalina Moura (PS-PJJ de São Vicente) relativa à 32ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (19ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 19 de julho de 2018. -----

----- Retirar a falta à Deputada Municipal Sara Isabel Trindade (em substituição do DM António Avelãs) relativa à 32ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (19ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 19 de julho de 2018. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto e Manuel Grilo. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Ana Jara, Nuno Correia da Silva e Nuno Rocha. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os serviços informam-me que temos quórum, agradeço que tomem os vossos lugares, agradeço a presença do público, dos Senhores jornalistas, dos Senhores dirigentes. -----

----- Temos hoje dois convidados nesta Sessão, que vou desde já cumprimentar, naturalmente um desses convidados, aliás convidada terá ocasião depois de vos dirigir a palavra. Mas desde já agradeço a presença da Dra. Rosário Farmhouse, que é da Comissão Nacional de Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens, e que terá hoje a possibilidade também de nos dirigir a palavra, no âmbito da apreciação dos relatórios das Comissões de Proteção Crianças e Jovens da cidade de Lisboa. E também temos um ilustre convidado, que temos muito prazer em ter aqui, o nosso colega Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, que quis ver como é que funciona a Assembleia Municipal de Lisboa, porque umas e outras, podemos todas partilhar a nossa experiência sobre os nossos trabalhos. Portanto agradeço a vossa presença -----

----- E vamos dar início aos nossos trabalhos, como habitualmente há aqui uns avisos que eu tenho que dar logo de início. -----

----- Desde já, dar-vos aqui uma informação técnica e jurídica é relativamente simples mas devo dá-la, e que é o seguinte: em 26 de setembro, deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa, uma Declaração de Renúncia ao cargo de Deputado Municipal Suplente, eleito como Independente nas Listas do PS, apresentada pelo cidadão Fernando Oliveira Gonçalves. Este cidadão realmente consta na Lista do PS como candidato independente e suplente, na lista que foi a sufrágio no passado 2017, para a eleição da Assembleia Municipal de Lisboa, mas não foi eleito, nem exerce o cargo de membro deste Órgão Municipal nesta data. Por isso, e de acordo com a informação dos Serviços Jurídicos, esta declaração não é uma renúncia ao Mandato de Deputado, que ele não chegou a exercer, mas sim uma renúncia à posição que detinha na Lista, portanto se chegarmos a atingir essa posição, o cidadão Fernando Oliveira Gonçalves, renuncia a partir de 26 de setembro de 2018, e isto deve ficar registado nesta Ata de hoje, para que assim se proceda se for o caso. -----

----- Temos vários votos de pesar, temos as declarações políticas com uma série de Propostas dos Senhores Deputados, e antes disso temos o público. Nós temos como habitualmente cinco pessoas inscritas, há mais duas pessoas que se inscreveram como

suplentes, a nossa prática é de procurar que possam falar, já que estão aqui, assim faremos, o pedido mais uma vez, para que as pessoas do público possam cumprir o tempo que está previsto para cada um, três minutos, até porque algumas das pessoas que hoje vêm aqui falar, já cá estiveram várias vezes, e vêm saber novidades dos seus processos. -----

----- Sendo assim, estamos em condições de chamar o público, muito bem. -----

----- Primeira pessoa inscrita, já esteve aqui várias vezes, e naturalmente aqui está novamente, é o Senhor José António Marin, tem como sabem um problema de habitação, tem uma obra a decorrer no local onde mora, tem aqui portanto grandes dificuldades com a continuação dessa obra, com a degradação do edifício, e vamos dar-lhe a palavra.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Município, Senhor José [REDACTED] Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa tarde Senhora Presidente, estimada Assembleia.-----*

----- *Começo hoje com uma pequena viagem temporal um “flashback” até ao final de 2017, início de 2018, lembrando a situação de que fui alvo. -----*

----- *Espelhando a inadmissível ganância que assola o país “de lés a lés”, semeada pelo NRAU de Cristas e a complacência de Medina e Salgado, os quais permitiram que o edifício desde sempre, [REDACTED], fosse abandonado pelos proprietários e gerido por uma dupla de biltres da Remax, Pedro e Helena que governaram o prédio, vendendo e revendendo.-----*

----- (Neste momento assiste-se à exibição do vídeo do Município José António Marin, e que pode ser visionado através do seguinte link [www.youtube.com/watch?v=KtIMsyMD-IM](http://www.youtube.com/watch?v=KtIMsyMD-IM) e encontra-se arquivado nos Serviços da Assembleia Municipal de Lisboa). -----

----- *A 23 de julho foi lá uma delegação do Bloco de Esquerda, chefiado por Ricardo Robles, foi o Vereador Carlos Moura do PCP, e outros cidadãos de movimentos. -----*

----- *Após esta situação, o edifício foi revendido à fração, [REDACTED].-----*

----- *A CML tem de assumir as suas responsabilidades, na situação que me criaram, e pode parar de despejos aplicando as situações prometidas em campanha eleitoral, as pomposas novas políticas de habitação.-----*

----- *[REDACTED], é uma questão de vontade política. As alternativas que nos são dadas, e termino já, passam pela chamada emergência social, onde chegam a dividir quatinhos, para caberem mais alminhas, o que é inaceitável.-----*

----- *Há gente sem casa que candidata-se a casa e depois é arrumada numa caminha de albergue ou num quatinho à espera da miragem de uma casinha.-----*

----- *Mitigar não é curar! Caridadezinha mascarada de emergência social? Não obrigado.”-----*

----- (O Município entregou documentação à Mesa que fica anexada à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor José ■■■, eu peço desculpa de o ter interrompido, mas como sabe temos os três minutos, tomamos devida nota. O Senhor José ■■■ sabe que já analisamos o seu caso várias vezes, temos aqui circunstâncias que não conseguimos ultrapassar, são decisões judiciais, que nós não conseguimos ultrapassar, nem dependem da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Quanto à crítica relativamente às obras coercivas, infelizmente nós temos muito mais situações em que as obras coercivas, não se conseguem levar a cabo, porque as pessoas não as executam, e depois vai para contraordenação, e os processos são sempre muito complexos.-----

----- Seja como for, o Senhor José António, relativamente aos despejos, como sabe, está legislação pendente na Assembleia da República para serem alteradas as regras do jogo, que hoje ainda vigoram, pelo menos desde 2012, quando foi alterada a Lei do Arrendamento. Conseguimos já uma moratória para os despejos em determinadas circunstâncias, que ■■■, mas as leis não têm aplicação retroativa, portanto aqui, a Assembleia Municipal, está consciente do seu caso, mas não temos muito mais diligências que possamos fazer, além daquelas, que já fizemos, de informação, de acompanhamento, procurar saber se havia alguma margem para intervenção, e fomos deparando com situações, de fatos consumados que já não estão na nossa mão.-----

----- Seja como for, o seu testemunho é importante, até porque mesmo que não consigamos resolver o seu caso, é importante que saibamos que estes casos acontecem, porque outras pessoas podem estar a ser alvo de casos semelhantes, e temos que aprender com estas situações para evitar que isto acabe por acontecer a um cidadão ou a quem quer que seja.-----

----- Vamos dar a palavra agora ao cidadão seguinte inscrito, que é o cidadão José ■■■ Rosa, que ■■■, e que nos vai naturalmente falar da experiência que estão a levar a cabo na Quinta do Ferro, Freguesia de São Vicente. -----

----- Boa tarde e muito prazer em vos ouvir.” -----

----- **O Múncipe, Senhor José ■■■ Rosa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, estimada Assembleia. -----

----- *Estou aqui em nome da Associação Amigos da Quinta do Ferro, Associação de Moradores e Proprietários, de uma zona considerada de intervenção prioritária que fica no centro histórico e frente ribeirinha de Lisboa. -----*

----- *Começamos em 2015, unidos com a “Cooperativa Trabalhar com os 99%”, e fizemos uma candidatura ao Bip-Zip da Câmara Municipal de Lisboa em 2016, onde fomos contemplados com o subsídio mais elevado para o nosso projeto “Quinta do Ferro Participa”. -----*

----- *Ninguém consegue compreender o motivo pelo qual não há qualquer resposta ao “Quinta do Ferro Participa”, que parece estar bloqueado, ou “apanhar pó” em cima de qualquer Secretária. -----*

----- *Trata-se de um trabalho que durou mais de dois anos a ser elaborado, um trabalho que visa transformar condições de vida quase medievais, com problemas de lixo, ratazanas, seringas usadas no chão, falta de casas de banho e até de água*

canalizada, transformar portanto em condições de vida saudável e digna do Século XXI, e não do Século XIX. -----

----- É um trabalho por que todos anseiam e onde os proprietários estão prontos para responder, solucionando os erros de 1930 e os problemas de hoje. Só aguardam por um sim ao “Quinta do Ferro Participa”, não queremos, nem temos tempo para descrever o plano. -----

----- Foi entregue em março de 2018 aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, e podem vê-lo em [ateliermob.com](http://ateliermob.com), ou na página do Facebook-AQF 2016. -----

----- Começou pela consulta aos moradores, pela parte humana e não pela parte de cimento, é um trabalho urgente, porque para tratar a parte humana, agora temos que tratar da parte de cimento. -----

----- É um plano que deixou admirados, os próprios obreiros, porque são vinte documentos importantíssimos para a vida de Lisboa, é um trabalho enorme. -----

----- Não queremos que haja no centro de Lisboa, ruas denominadas por: a, b ou c, como se fossem ruas de uma favela. -----

----- Todos os dias ali passam “montes” de turistas, que vão de Santa Clara à Graça, e vice-versa, e ficam quase assustados com a degradação, fotografam dizendo que aquilo é mesmo a Lisboa típica. É uma vergonha, não podemos aceitar este vexame, que é um verdadeiro atraso de vida. -----

----- A agravar o processo temos os especuladores, que oferecem um valor pelas propriedades, e que passados dois ou três dias as vendem pelo triplo do valor aplicado. -----

----- Isto é uma bolha imobiliária, é uma erupção vulcânica imobiliária.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Conclua porque terminou o seu tempo.” -----

----- **O Município, Senhor José Rosa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, vou já terminar. -----

----- Na “Quinta do Ferro Participa”, entre outras vantagens estão previstos, caso a Câmara Municipal de Lisboa decida, 149 fogos Municipais. Por isso este apelo é urgente, acreditamos que o resolvam. -----

----- Obrigado por nos ouvirem, boa-tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós é que agradecemos, penso que é um testemunho importante, esta iniciativa de uma comunidade de se organizar, concorrer a uma candidatura Municipal, de conseguir apoio técnico de qualidade, e agora nos deixarem este apelo de que as coisas estão relativamente paradas, o plano entregue em março de 2018. Portanto naturalmente a Mesa da Assembleia Municipal irá solicitar esclarecimentos à Câmara Municipal de Lisboa, para nos dizer por escrito, em que ponto é que as coisas se encontram. A ver se desbloqueamos isto, porque situações como esta é que podem impedir, aquilo que o Senhor José Marin nos veio dizer há pouco, quando de fato os

proprietários e os residentes estão interessados em resolver, e se mobilizam, é importante não perder esta oportunidade, e dar todo o apoio possível. -----

----- Vamos passar agora à Senhora Vigília ■■■ Lopes. Que nos vem falar do Alto de Santa Catarina.” -----

----- **A Muncípe, Senhora Vigília ■■■ Lopes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde a todos. -----

----- *Eu sou Vigília, e sou da Associação de Moradores da Voz do Bairro, da Freguesia da Misericórdia. -----*

----- *Eu venho falar sobre a requalificação do Miradouro do Alto de Santa Catarina.--*

----- *Tem estado haver muita polémica à volta disso. -----*

----- *Nós, Associação estamos a fazer neste momento uma Petição, começamos há muito pouco tempo, aos moradores, para quem está a favor do fecho à noite, do Miradouro do Alto de Santa Catarina, do despejo daquela gente que faz do miradouro uma sala de droga, incluiu aí as pessoas que bebem, que levam garrafas para lá, que se agridem umas às outras, que dormem lá à noite e que tornam inseguro, que os moradores ali passem.-----*

----- *A gente quer a liberdade dos moradores. A liberdade que os moradores possam ter em usufruir de um espaço, que foi sempre de toda a gente, mas de toda a gente que ali vive e que se comporta, considerando que a liberdade dos outros não pode ser ultrapassada. Portanto as pessoas são livres, sim Senhora, mas têm que ter em consideração a liberdade dos outros.-----*

----- *Essa gente sim, vá ver a vista! Não é à noite que se vai ver a vista, naturalmente, a vista vê-se durante o dia, há grupos enormes de estrangeiros, aquilo está no roteiro, é uma zona muito bonita, e é uma zona natural, a vista é bonita, o espaço também é. E o espaço está completamente degradado por essas pessoas que vão para ali, que tratam mal o nosso património.-----*

----- *Sai muito caro ao Município, andar a arranjar património que há muito pouco tempo foi ali colocado. A própria estátua do “Adamastor”, que está lá desde o final do Século XIX, leva com pedradas, “coitado do Adamastor”, deve ser por isso que querem a liberdade dele, que não leve com as pedradas, que não o estraguem. É uma estátua que levou uma medalha de ouro numa Feira Internacional no Brasil. É uma estátua que os brasileiros que aqui aparecem quase todos sabem que existe, porque realmente é um monumento bonito, do Júlio Vaz Júnior, tem lá a representação dele, ou seja, o homem a vencer o mostrengo. -----*

----- *Que se vença realmente o mostrengo, que se torne aquilo o Cabo da Boa Esperança, em vez do Cabo das Tormentas, como é hoje, e que os moradores o possam utilizar. -----*

----- *Obrigado.” -----*

----- **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo seu testemunho, pela sua chamada de atenção. Penso que saberá que podem apresentar a Petição, aqui na Assembleia Municipal, se tiver mais



de 150 assinaturas, ela é apreciada em Plenário e terão ocasião de participar no debate, Juntamente com os Senhores Deputados. -----

----- Porque como disse e bem na sua intervenção, há polémica em torno desse caso, e temos umas pessoas de um lado e outras pessoas de outro, e é importante que a Assembleia recolha a vossa posição, que ela possa ser aqui discutida. Muito obrigada. -

----- E por trazer também a mensagem em defesa, deste caso não propriamente só do “Adamastor”, mas de todo o imaginário que ele nos convoca, nomeadamente, os poemas de Fernando Pessoa, da “Mensagem”. -----

----- Vamos passar agora ao Senhor Manuel ■■■ Silva, que nos vem trazer uma situação sobre o estacionamento em Telheiras. Deu entrada hoje ou ontem, mas não a despachei, uma Petição, provavelmente o Senhor Manuel ■■■ Silva vai falar disso, então eu dispensei de apresentação, porque o fará o Senhor, faz favor.” -----

----- **O Múncipe, Senhor Manuel ■■■ Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde a todos, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Vereadores e Assessores, Caros Cidadãos.-----*

----- *Em 10 de julho, último, estive aqui neste auditório a falar sobre as reservas que os moradores de Telheiras manifestavam sobre a anunciada implementação de parquímetros pela EMEL. -----*

----- *Falei também que, na sequência de uma Reunião Pública, promovida na Associação de Residentes de Telheiras, um grupo alargado de moradores, decidiu avançar com algumas Propostas, bem como uma Petição Pública, com vista a recolher assinaturas, para apoio da mesma. -----*

----- *O texto da Petição, bem como um conjunto de primeiras quinhentas e quinze assinaturas, foram entregues ontem à Senhora Presidente da Assembleia Municipal Arquiteta Helena Roseta. Posso dizer que de ontem para hoje, já tivemos mais de uma centena de assinaturas, neste momento estamos com seiscentas e trinta e duas assinaturas. Estamos a falar de uma Petição Pública, que tem pouco mais de uma semana. -----*

----- *A minha presença aqui, hoje, visa sublinhar a determinação dos moradores de Telheiras, em fazer valer as suas Propostas, que podem ser consultadas na referida Petição, assim como, sensibilizar todas as forças políticas com assento nesta Assembleia. -----*

----- *As reservas manifestadas pelos moradores de Telheiras são bem fundadas, eis algumas a EMEL pretende dividir o bairro em pequenas zonas, para que? Certamente para tarifar mais, depreende-se.-----*

----- *Uma dessas zonas, que é a zona 14L a concretizar-se o estacionamento planeado vai ser esmagada pela procura de estacionamento das zonas vizinhas. Portanto estamos a ver que o planeamento da EMEL, nem sequer teve em consideração o interesse dos moradores. -----*

----- *Foi construída uma escola privada em Telheiras, estou apenas a dar alguns exemplos, junto ao Metro, sem a Câmara Municipal de Lisboa ter obrigado à*

construção de estacionamento, e agora? Os moradores que se apertem e paguem os parquímetros.-----

---- Por último, e uma vez mais os moradores declaram total disponibilidade, para cooperar com a Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia do Lumiar e de mais entidades, na busca de um equilíbrio, na introdução, se inevitável, dos parquímetros em Telheiras. -----

---- Quero dizer que os moradores têm de ser ouvidos e é legítimo que sejam ouvidos, antes da implementação do estacionamento tarifado.-----

---- Muito obrigado Senhora Presidente”-----

---- (O Município entregou documentação à Mesa que fica anexada à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

---- **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Nós é que agradecemos o seu depoimento, naturalmente a Petição agora vai dar entrada e vai ser apreciada pela Comissão, que é neste caso a 8ª Comissão, que trata das questões da mobilidade. Mas aquilo que acabou de dizer que os moradores devem ser ouvidos antes da implementação, julgo que é um princípio correto, e nesta Assembleia temos procurado fazer valer, esse ponto de vista. -----

---- E vamos prosseguir, muito obrigada. -----

---- A última pessoa inscrita depois, temos ainda duas pessoas suplentes, a quem daremos a palavra a seguir, é a Dona Elisabete ■■■ Marques, que nos vem falar sobre o Plano de Pormenor da Calçada das Lajes.”-----

---- **A Município, Senhora Elisabete ■■■ Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, presada Assembleia. -----

---- ■■■, na Rua do Alto do Varejão, designadamente os números ■■■. E antes da ■■■ no Balção do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, fui informada que a zona estava classificada como zona habitacional de traçado urbano B e regulamentada pelo Plano Diretor Municipal e pelo Plano de Urbanização do Vale de Santo António. Não tive conhecimento da existência do Plano de Pormenor da Calçada das Lages, cuja elaboração foi deliberada em Janeiro de 2010. -----

---- Verificando tratar-se de um conjunto de edificações de habitação unifamiliar, firmei o propósito de aí construir uma moradia ■■■, tendo iniciado a elaboração de um projeto para uma habitação unifamiliar, que se encontra em fase de conclusão e que pretendo entregar na Câmara Municipal de Lisboa, brevemente. -----

---- Em vinte e seis de setembro de 2018, tomei conhecimento do conteúdo da Proposta do Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, que se encontra em fase de discussão pública e, que propõe o emparcelamento dos imóveis ■■■ numa área maior e, que prevê a construção de habitação multifamiliar.-----

---- É minha intenção utilizar todos os meios para que no Plano venha expressa, ■■■ de uma habitação unifamiliar. -----

----- *Desconheço a existência de normas transitórias relativas a este Plano de Pormenor.*-----

----- *regressar à cidade*.-----

----- *Assim, venho a esta Assembleia para sensibilizar os representantes das entidades diretamente envolvidas na análise e deliberações relativas aos processos de licenciamento, para a minha necessidade de obter aprovação na sequência da entrada do pedido de licenciamento e, assim dar início à construção de uma habitação*.-----

----- *Muito obrigada.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigada, Senhora Elisabete. Eu queria alertá-la e sabe isto com certeza, uma vez que o Plano se encontra em face de discussão pública, seria muito relevante que pudesse nessa sede de discussão pública, apresentar à Câmara a sua objeção em relação a esse ponto, para que constasse das participações de cidadãos, porque a Câmara, só depois de analisar as participações dos cidadãos nesta fase de discussão pública, é que aprova o Plano que irá mandar para a Assembleia. Portanto, o Plano não é aprovado sem que esta fase se passe e, é importante esta sua intervenção aqui, não têm esse efeito, tem efeito de sensibilizar a nós, mas não tem efeito de ser uma participação de discussão pública.*-----

----- *Estou só a alertar para isso, naturalmente, tomámos devida nota da sua intervenção. Iremos enviar um ofício à Câmara nesse sentido, mas a Câmara vai nos dizer, aguardamos que a cidadã participe e diga as suas objeções e, cá estaremos quando chegar o Plano Pormenor, se for necessário voltará cá para nos voltar a lembrar daquilo que nos acabou a dizer.*-----

----- *Muito obrigada.*-----

----- *Vamos agora dar a palavra aos dois cidadãos que se inscreveram e foram aceites pela Mesa, como suplentes. A Senhora Liliana Nunes, que tem um problema relacionado com a Lavandaria “Ondas e Corsários”, e vamos ouvi-la.*-----

----- **A Muniçipe, Senhora Liliana Nunes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Bom dia.*-----

----- *Eu, francamente, não me venho queixar de ninguém, porque ainda não descobri, a quem é que me devo queixar do meu problema.*-----

----- *Venho apenas dizer que, tenho um enorme problema com a “Lavandaria Ondas e Corsários”, porque acho que uma legislação zero, ou qualquer coisa assim do género, permite que qualquer um abra um estabelecimento a onde quer que seja.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“E pode- me disser a morada onde isto é, já agora?”*-----

----- **A Muniçipe, Senhora Liliana Nunes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Avenida de Roma n.º 123 (cento e vinte e três) B, creio eu, a Lavandaria está no B, [REDACTED]. -----

----- A Lavandaria não tem o mínimo de infraestruturas necessárias para a saída de vapores, de onde os vapores saem não interessa para onde, nomeadamente, para [REDACTED].

----- [REDACTED], de onde ninguém consegue imaginar [REDACTED] novembro de 2017. Em que a Lavandaria abriu na quinta e eu na segunda-feira estava na Delegada de Saúde, [REDACTED].

----- A partir de aí tem sido aquilo que se vê nos filmes de terror. Nem é o vapor, é o [REDACTED] uma janela. [REDACTED] desde Novembro de 2017, neste momento estou quase [REDACTED]. [REDACTED]

a verdade é essa, quando entro no comboio, [REDACTED]... [REDACTED]. [REDACTED]. O frio que estive este inverno e a chuva, [REDACTED], porque quando [REDACTED], [REDACTED]. -----

----- Entre a meia-noite e as oito da manhã, poderão dizer, eu tenho um período de calma. Porque a Lavandaria funciona trezentos e sessenta e cinco dias por ano, das oito da manhã, às dez da noite, de onde a roupa do último acaba de espremer por volta das onze, onze e picos, [REDACTED]. [REDACTED]. É verdade. -----

----- [REDACTED] isso porquê? [REDACTED], as [REDACTED]. -----

----- Eu estou nisto! Já me queixei a todos os Departamentos da Câmara. Houve uma vistoria prévia pedida pela Administração de Condomínio, que levou lá o Departamento de Uniformização Urbanísticas, creio eu! Que disse que o Senhor na verdade tinha que transformar as máquinas de gás, para elétrica, porque os gases de combustão estão a sair para área pública, zona pública, zona de passagem e, intimavam o Senhor a mudar de equipamento e, davam-lhe dez dias. Creio que em Maio! -----

----- A Lavandaria está lá, verifiquei quando descí as escadas, estava lá. -----

----- [REDACTED], ou seja, como aquilo tem muitos ventos, na Avenida de Roma e os Senhores sabem, [REDACTED], [REDACTED] casa, [REDACTED], [REDACTED] porque o cheiro invade a escada, [REDACTED] até ao [REDACTED], [REDACTED] e depois das duas, três ou [REDACTED] e não [REDACTED]. -----

----- [REDACTED]! [REDACTED]. É só isto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Liliana deu-nos aqui algumas informações que são muito relevantes, portanto estão aí documentos do processo de queixas que foram feitas. -----

----- Nós vamos pedir explicações à Câmara, se há uma intimação ela tem que ser cumprida. E, naturalmente se houver no processo essa informação da Delegação de Saúde é importante, porque a Câmara depois tem poderes para acionar nesses casos. Portanto o meu gabinete vai analisar a documentação e vamos naturalmente pedir à Câmara que rapidamente atue e ver o que acontece, porque já foi identificado o problema, há uma intimidação, ela tem que ser cumprida. -----

----- Muito obrigada, os documentos ficam entregues na Mesa, a Senhora Secretária tomará conta disso, não tem problema nenhum. -----

----- Obrigada.” -----

----- Finalmente, a Senhora Rosália [REDACTED] Silva, que vem com um pedido de habitação. -

----- Senhora Dona Rosália, faz favor.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Rosália ■■■ Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “*Olá Boa tarde a todos.*” -----  
----- *Venho por este meio fazer um pedido de habitação, onde ■■■.* -----  
----- *E gostava que ■■■.* -----  
----- *Os meus vizinhos já foram chamados pela Câmara, muitos já estão à espera da chave e a mim ainda não disseram nada.*” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- A Dona Rosália mora em Lisboa?-----  
----- **A Múncipe, Senhora Rosália ■■■ Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “*Sim*”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- Em que sítio?-----  
----- **A Múncipe, Senhora Rosália ■■■ Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “■■■”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Quer dizer mais alguma coisa?”-----  
----- **A Múncipe, Senhora Rosália ■■■ Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “*Era só.*”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhora Dona Rosália, não conheço, enfim, o seu processo ou se já tem algum processo na Câmara? Se já fez algum pedido de habitação?”-----  
----- **A Múncipe, Senhora Rosália ■■■ Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “*Sim! Tenho aqui*”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Pronto! Então é isso, se é uma cópia e puder deixar connosco, para nós tentarmos saber o que se passa com o seu pedido, portanto se está já próxima alguma solução ou se já há alguma resposta.-----  
----- E muito obrigada, por trazer aqui o problema, nós não podemos naturalmente ultrapassar os serviços, mas podemos sempre pedir informação atualizada sobre a sua situação e é isso que iremos fazer.-----  
----- Muito obrigada.-----  
----- Senhoras e Senhores Deputados, terminámos o ponto desta nossa Ordem de trabalhos, temos... Peço desculpa!-----

----- A Senhora Deputada quer fazer um protesto? Faz favor. Certo, mas é sobra a intervenção do Público? Não é habitual protestarmos com o que o Público diz. -----

----- Senhora Deputada desculpe lá, sobre as intervenções do Público não há protestos, a Mesa não, se é uma interpelação à Mesa... É melhor fazer uma interpelação à Mesa, que um protesto neste caso não tem condições para isso, faça uma interpelação à Mesa e diga qual é o seu problema.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigada, tem a ver com o período de intervenção do Público, aquilo que está previsto no Regimento, no artigo 83, é que este período pode ir até 45 minutos, pode ir até 15 intervenções e aquilo que nós assistimos regularmente, sempre que há Período de Intervenção do Público é que apenas 5 pessoas falam ou eventualmente, como aconteceu hoje, mais duas pessoas que estavam como suplentes. -----

----- Estas pessoas que estão como suplentes, porque quando vão inscrever-se via *online* já acabaram as 5 intervenções, exatamente, a questão colocada e o protesto tem a ver com isto, se o nosso Regimento permite até 15 intervenções, porque é que o sistema só permite 5? E se permitir até aos 45 minutos, porque é que as 5 acabam por ficar nos 15 minutos? Era só esta a questão.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Deputada, é fácil responder-lhe, essa matéria foi discutida já no mandato anterior em sede de Conferência de Representantes, a Senhora Deputada não pode adivinhar o que é que foi discutido nessa altura, e como é que as coisas se passaram, mas como temos a intervenção do Público praticamente todas as semanas, exceto quando há continuação da Sessão Ordinária, foi acordado entre todas as Forças políticas que 5 todas as semanas seria razoável, cabendo à Mesa dar sempre alguma tolerância e se fosse necessário, e é por isso que existe essa prática dos 5, se a todo o momento os Partidos podem propor a Conferência de Representantes que a gente altere essa prática, uma vez que o Regimento o permite, mas isso significa que ficamos com mais tempo para o Público e ficamos com menos tempo para os nossos Trabalhos, portanto, tem que haver aqui um equilíbrio para que possamos simultaneamente fazer as duas coisas. -----

----- Se esse equilíbrio não vos está a satisfazer podem sempre apresentar uma Proposta de alteração e veremos isso em sede de Conferência de Representantes. -----

----- Muito bem, Senhores Deputados agora sim, é nossa prática fazer os Votos de Pesar logo no princípio dos Trabalhos. -----

----- Eu ia em todo o caso, sim, e é isso que vamos fazer, em todo o caso antes da leitura dos Votos de Pesar dizer aos Senhores Deputados uma informação que eu devia ter dado no princípio, mas que não me ocorreu, é apenas uma informação para vosso conhecimento, já foi enviada a todos os Representantes e é o seguinte: houve troca de correspondência entre a Mesa da Assembleia Municipal e o Ministério Público e os serviços jurídicos da Câmara Municipal de Lisboa para obter informação atualizada sobre a circunstância em que se encontra o edifício no Rato, que tem o

nome conhecido na Comunicação Social como “Mono do Rato” e, portanto, há troca de correspondência, há ponto de situação, há informação da ação interposta do Parecer da Procuradoria, uma ação interposta por um grupo de cidadãos e, portanto, penso que isto pode ser do vosso interesse, não vamos disponibilizar no *site* uma vez que a ação ainda está a decorrer os seus trâmites, mas se os Senhores Deputados quiserem saber mais, os Senhores Representantes têm a cópia deste processo. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora sim, vamos passar aos Votos de Pesar e temos quatro infelizmente, cinco Votos de Pesar. -----

----- Queria dizer que o Voto de Pesar pelo falecimento de João António Vicente, que é subscrito pelo PCP, é também subscrito pelo PEV, e eu agora iria dar a palavra à Mesa para ler os Votos de Pesar. -----

----- A Senhora Primeira-Secretária vai ler os Votos de Pesar pelo falecimento de uma grande mulher, que foi Maria Odete Santos Ferreira.” -----

----- **Voto de Pesar nº 037/01 (MPT) – Pelo Falecimento de Maria Odete Santos Ferreira;** -----

----- **A Senhora Primeira-Secretária, Patrocínia César** leu o **Voto de Pesar nº. 37/01 (MPT)**: -----

----- *“Pelo Falecimento de Maria Odette Santos Ferreira. -----*

----- *A história do vírus da sida só fica completa com a inclusão do nome de Odette Ferreira, farmacêutica, professora universitária e investigadora que fez parte da equipa luso-francesa que descobriu e identificou o VIH-2 em meados da década de 80. -- -----*

----- *Entre 1992 e 2000, Maria Odette Ferreira presidiu à Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, cargo que exerceu por nomeação do ministro da Saúde, tendo desenvolvido projectos com impacto significativo na prevenção e controlo da disseminação da doença. O projecto da sua autoria de maior impacto nacional e internacional foi a troca de seringa nas farmácias, denominado “Diz não a uma seringa em segunda mão”, para diminuir o risco de transmissão por via endovenosa do VIH e de outras infecções (hepatites B e C) na população toxicodependente. -----*

----- *Em 2012 recebeu a Medalha de Ouro da Ordem dos Farmacêuticos, em 2010 deu o nome a um prémio para investigação por farmacêuticos. O Governo francês condecorou-a como “Chevalier dans l’Ordre des Palmes Academiques” e “Chevalier de la Légion d’Honneur”. -----*

----- *Foi pois reconhecida em vida pelo seu trabalho. Em 2017, já jubilada, a Faculdade de Farmácia de Lisboa deu o seu nome a um dos auditórios. Na altura, Odette Ferreira admitiu que, “de todos os prémios e distinções” que já tinha recebido, “este é o que mais me toca o coração, por ser o da minha faculdade”. -----*

----- *Em Portugal, já tinha recebido o grau de comendadora da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada e, em Janeiro do corrente ano, o Presidente da República, numa cerimónia reservada, condecorou-a com a grã-cruz da Ordem da Instrução Pública. --*

----- Assim, o Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão 09 de Outubro de 2018, delibere: -----

----- 1- Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Odette Santos Ferreira, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem; -----

----- 2- Remeter o presente voto de pesar: -----

----- - À Ordem dos Farmacêuticos -----

----- - Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa -----

----- - Associação Nacional de Farmácias -----

----- Lisboa, 09 de Outubro 2018-----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, José Inácio Faria.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhores Deputados estamos em condições de pôr à consideração a votação deste **Voto de Pesar nº. 037/01**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O **Voto de Pesar nº. 037/01 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Vamos prosseguir, temos agora o Voto de Pesar pelo falecimento de Helena Almeida, também outra grande mulher. Há dois Votos de Pesar, que é um apresentado pelo PPM e apresentar pelo PAN, vamos fazer a leitura do Voto de Pesar apresentado pelo PPM e do Voto de Pesar apresentado pelo PAN e faremos depois a votação individual de cada um deles, mas queremos fazer a leitura seguida, uma vez que se trata da mesma a mesma figura. -----

----- A Senhora Segunda-Secretária vai ler o Voto do PPM e eu lerei o Voto do PAN.”

----- **A Senhora Segunda-Secretária, Virgínia Estorninho** leu o **Voto de Pesar nº. 37/04 (PPM)**:-----

----- “*Voto de Pesar de Helena Almeida.*-----

----- *Com a morte de Helena Almeida desapareceu uma das maiores figuras da arte da segunda metade do século XX. Helena Almeida realizou uma obra única que marcou o Mundo contemporâneo. Foi uma artista que ultrapassou a dimensão nacional. Para além da internacionalização do seu trabalho, a sua memória tornou-se agora verdadeiramente Universal.*-----

----- *As exposições que lhe foram dedicadas nas últimas décadas em alguns dos mais reputados museus internacionais, bem como a incorporação dos seus trabalhos em importantes colecções institucionais e privadas, dão à obra de Helena Almeida um lugar “referencial” em tudo o que diz respeito a questões relacionadas com identidade e transdisciplinaridade.* -----

----- *Actualmente com uma exposição na Tate Modern em Londres, e com uma mostra recém-inaugurada também em Madrid, na Galeria Helga de Alvear, Helena Almeida tinha 84 anos de vida e mais de 50 dedicados às artes.*-----

----- *Helena nasceu em Lisboa, em 1934.* -----

----- O Grupo Municipal do PPM-Partido Popular Monárquico propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 9 de Outubro de



2018, manifeste o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e dando conhecimento à família.-----

---- Pelo Grupo Municipal do PPM, Lisboa em 9 de Outubro de 2018, das Deputadas do Grupo Municipal do PPM, Aline Hall de Beuvink e Maria do Carmo Muñoz. ”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** leu o **Voto de Pesar nº. 37/07 (PAN)**:-----

---- “*Maria Helena de Castro Neves de Almeida, artista plástica, mais conhecida por Helena Almeida, faleceu no passado dia 26 de Setembro, deixando-nos uma vasta obra distribuída por várias partes do mundo.*-----

---- *Nascida em Lisboa em 1934, a artista, filha do escultor Leopoldo de Almeida, iniciou a sua carreira no final da década de 1960 até à atualidade, deixando-nos uma obra multifacetada sobretudo na área da fotografia, mas também do vídeo, desenho e performance, o que a tornou uma figura de destaque no panorama artístico português contemporâneo.*-----

---- *Indissociável da artista é o seu marido, o arquiteto e escultor Artur Rosa, que a acompanhou sempre de perto e que fotografou quase todos os seus trabalhos. Helena Almeida explicou um dia, numa entrevista à curadora Isabel Carlos que “É sempre ele. Porque é importante que as fotografias aconteçam no lugar físico em que eu as pensei e projetei”. Acrescentou ainda nessa entrevista: “E como tal, tem que ser alguém próximo de mim. Mas antes faço sempre desenhos das situações que quero fotografar. Eu quero a fotografia tosca, expressiva, como registo de uma vivência, de uma acção”.*-----

---- *A partir de 1975, a fotografia, pintura e desenho conjugam-se numa prática artística, ganhando a sua própria linguagem e com o corpo da artista como primeiro suporte de intervenção plástica, vindo mais tarde a conjugar-se com a escultura e a performance, como forma de linguagem artística.*-----

---- *Para lá das fronteiras, Helena Almeida representou Portugal na Bienal de São Paulo (1979), Veneza (1982 e 2005) e Sydney (2004).*-----

---- *Nos últimos anos, a sua obra tem sido exibida no âmbito de exposições individuais e coletivas em museus e galerias nacionais e internacionais, como a exposição individual em Serralves em 2005 e no ano seguinte em Paris e Bruxelas, sendo que no ano passado expôs em Valência. Ainda, em 2017, apresentou também uma exposição individual “Work is never finished” no Art Institute, em Chicago.*-----

---- *A sua obra esteve presente em prestigiadas coleções portuguesas e internacionais como a Coleção Berardo, Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa; Fundação Serralves, Porto; Centro de Artes Visuales, Fundación Helga de Alvear, Cáceres; Fundación ARCO, Madrid; Hara Museum of Contemporary Art, Tóquio; MEIAC - Museo Extremeno e Iberoamericano de Arte Contemporáneo, Badajoz; Museu de Arte Contemporânea de Barcelona; Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, Madrid; MUDAM - Musée d'Art Moderne Grand-Duc Jean, Luxemburgo; Musée Charleroi, Bélgica; Drawing Art Centre, Nova Iorque; Kettle’s Yard, Cambridge; entre outros e recentemente no Tate Modern, Londres.*-----

----- Obteve vários prémios, entre os quais se podem destacar o 1º Prémio de Desenho, Coimbra (1969), Prémio da 11ª Bienal de Tóquio, Prémio da Bienal de Vila Nova de Cerveira (1984), Prémio da Fundação Calouste Gulbenkian (1984), Prémio BESphoto (2004) e Prémio AICA (2004). -----

----- Somos marcados pela sua tamanha versatilidade e reconhecimento artístico, em que os limites da pintura surgem para além da tela, tal como a própria referiu: "A minha obra é o meu corpo, o meu corpo é a minha obra". -----

----- Face ao exposto, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua 37ª Reunião, na "Sessão Extraordinária" de 9 de outubro, delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua tristeza e profundo pesar pelo falecimento de Maria Helena de Castro Neves de Almeida, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem; -----

----- 2. Enviar o presente voto de pesar à sua família." -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- "Vamos agora pôr à vossa consideração o Voto apresentado pelo PPM, que foi lido em primeiro lugar, Pesar pelo falecimento de Helena Almeida, **Voto de Pesar nº. 037/04 (PPM)**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Voto de Pesar nº. 037/04 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Vamos pôr à votação este Voto de Pesar que eu acebei de ler, **Voto de Pesar nº. 037/07 (PAN)**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Voto de Pesar nº. 037/07 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Infelizmente temos ainda mais dois Votos de Pesar, vamos agora passar à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Filipe Graça Gonçalves, eu vou pedir à Senhora Segunda-secretária para o ler, uma vez que penso que era companheiro de Partido." -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária, Virgínia Estorninho** leu o **Voto de Pesar nº. 37/05 (PSD)**:-----

----- "Luís Graça Gonçalves ficará para sempre conhecido como o Homem que serviu generosamente a sua Comunidade, sempre de forma desinteressada, mas com um empenho e dedicação ímpares, reconhecido dentro e fora da sua ideologia político-partidária. -----

----- Engenheiro Técnico de Formação foi Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros Técnicos e membro do Secretariado Nacional da UGT, demonstração clara da sua enorme vontade em procurar intervir em tudo o que o rodeava, sempre determinado em contribuir para a evolução. -----

----- Militante activo do PPD/PSD, desde a década de oitenta do séc. XX, ligado às causas da Social-Democracia, foi sempre muito ativo na sua Secção Política residencial, a antiga Secção D de Lisboa. -----

----- Nela dedicou uma parte substancial da sua atividade política e cívica ao serviço da sua Comunidade de sempre, “as Gentes” de Santo Condestável e Campo de Ourique.-----

----- E foi em 2005, eleito Presidente da antiga Junta de Freguesia de Santo Condestável, que se evidenciou como um autarca de excelência com uma obra cujo respeito e admiração lhe são reconhecidos pela População e pelos seus pares, de todos os quadrantes políticos.-----

----- Um Homem de raro desprendimento, um Homem fiel aos seus compromissos, abdicando facilmente de todas as conquistas políticas, por mais difíceis que se tivessem desenhado, em prol da sua Honra, da sua Palavra e das suas Convicções.-----

----- E essas convicções e compromissos também estão bem presentes na sua atividade na Casa da Democracia da Cidade de Lisboa, a Assembleia Municipal de Lisboa, onde enquanto Deputado nunca virou as costas a nenhum desafio, assumindo-se sempre como defensor dos Lisboaetas, mesmo quando as suas posições não eram consentâneas com as do seu partido de sempre.-----

----- Homem com Princípios e Causas, com apurado sentido político, compreendia antecipadamente o que tinha de ser feito para servir os interesses da Comunidade que servia.-----

----- Luís Filipe Graça Gonçalves, Humanista, Pai, Marido, Avô e Amigo, com um humor fora do comum, sempre preocupado com o outro e pronto a ajudar o próximo, deixou-nos este fim-de-semana, na batalha mais difícil da sua vida, vindo a ceder fisicamente, mas ficando eternamente na nossa memória.-----

----- Fica uma tremenda saudade e gratidão com a garantia de que ficará perpetuamente nos nossos corações.-----

----- Até Sempre Graça Gonçalves!-----

----- Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua sessão extraordinária de 09 de outubro de 2018.-----

----- - Prestar homenagem ao Engenheiro Luís Filipe Graça Gonçalves, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

----- Este Voto de Pesar deverá ser enviado à Ordem dos Engenheiros Técnicos, ao Secretariado Nacional da UGT, ao executivo e à Assembleia de Freguesia de Campo de Ourique, ao Partido Social Democrata e à sua Família.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Segunda-Secretária.-----

----- Também informo que o PPM subscreve este Voto, e o PS também, e o CDS-PP também subscreve, naturalmente a Mesa também se associa, foi um ex-colega nosso Deputado e penso que isto é, em princípio, um voto que deve ser subscrito por todos os Senhores Deputados desta Assembleia.-----

----- Pergunto se se estão de acordo com essa indicação? Portanto, subscrito por todos os Grupos Municipais e Deputados Independentes, em homenagem ao nosso ex-Deputado.-----

----- E vamos pôr à vossa votação, o **Voto de Pesar nº. 037/05**, pelo falecimento de Luís Filipe Graça Gonçalves, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O **Voto de Pesar nº. 037/05 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Senhores Deputados temos ainda o Voto de Pesar pelo falecimento de João António Vicente, vai ser lido pela Senhora Primeira-Secretária, é apresentado pelo PCP e é subscrito pelo PEV.”-----

----- **A Senhora Primeira-Secretária, Patrocínia César** leu o **Voto de Pesar nº. 37/06 (PCP):** -----

----- “*Voto de Pesar pela morte de João António Vicente.* -----

----- *Faleceu no passado dia 6 de Outubro, João António Vicente, Presidente da Direção da Associação Intervenção Democrática, vítima de doença prolongada.* -----

----- *João António Vicente era Engenheiro-Técnico Agrário pela Escola Agrícola de Santarém. Desde muito novo integrou a luta de resistência ao regime fascista, aderindo ainda jovem às estruturas da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de oposição ao fascismo, integrando posteriormente o Movimento Democrático Português (MDP/CDE) herdeiro daquela estrutura após a Revolução de Abril de 1974.* -----

----- *Integrou a Associação Intervenção Democrática – ID em 2001, vindo a ser eleito Presidente da Direção da Associação em 2017, cargo que exerceu até ao seu desaparecimento físico.* -----

----- *João Vicente era igualmente Diretor Executivo da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, integrando a Direção daquela organização, depois de ter passado também pela sua Presidência.* -----

----- *Enquanto democrata, militante e ativista político, João Vicente foi candidato em representação da Associação Intervenção Democrática e integrando as listas da Coligação Democrática Unitária, a diversos cargos políticos, assumindo atualmente o mandato de Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Setúbal, eleito nas listas da CDU em Outubro de 2017.* -----

----- *O Grupo Municipal do PCP manifesta junto de toda a sua Família, inúmeros Amigos, e todos os Democratas Portugueses as mais sentidas condolências, afirmando nesta hora de luto e dor a mais profunda solidariedade e amizade, permanecendo entre nós o espírito, a coragem e a determinação que João Vicente sempre colocou na luta pela construção de um mundo melhor e mais fraterno para todos os Homens na Terra.* -----

----- *O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 9 de Outubro de 2018, delibere:*-----

----- *a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de João Vicente, guardando um minuto de silêncio;* -----

----- *b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família.* -----

----- *O Deputado Municipal do PCP (Independente) - Fernando Correia.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada. Vamos pôr este Voto de Pesar à vossa consideração.” -----

----- **Voto de Pesar nº. 037/06 (PCP)**, não tem votos contra e nem votos de substituição, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O **Voto de Pesar nº. 037/06 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E agora Senhores Deputados vamos fazer um minuto de silêncio por estes cidadãos que nos deixaram.” -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio na Assembleia Municipal de Lisboa)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Muito obrigada, ultrapassada esta fase dos nossos Trabalhos, vamos agora, temos à vossa consideração as Atas 23 e 24.... Senhor Deputado é uma interpelação à Mesa? Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, só para constatar o seguinte, qualquer que seja a nossa posição em relação à política de igualdade de género e de representação tem sido seguido nesta Assembleia, e bem, a política da diversidade de género na Mesa da Assembleia Municipal. Igualmente tem sido acolhido na legislação da República.-----

----- Eu não posso deixar de fazer o reparo, com a profunda estima que tenho pelas três Senhoras Deputadas que integram a Mesa, que esse preceito não é cumprido nas suplências, e seria bom que assim fosse, fosse em relação ao género feminino, seja em relação ao género masculino, portanto, interpelava a Mesa no sentido de terem o cuidado de quando houver substituições, porque a normal composição da Mesa não é essa, que haja o cuidado de procurar promover essa igualdade de género na composição da Mesa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, fica feito o reparo, logo trataremos disso futuramente, mas, naturalmente, penso que estivemos tantas vezes Assembleia presididas, Mesas com três homens que por uma vez estarmos três mulheres, também não perturba o equilíbrio, não perturbará o equilíbrio, mas em todo o caso o objetivo é caminharmos para uma situação mais equilibrada, mas temos muito orgulho em estar aqui as três, pode crer Senhor Deputado.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, vamos então pôr à vossa consideração as Atas 23 e 24. Pergunto se alguém quer intervir sobre as Atas? Não há pedidos de palavra sobre as Atas e a Mesa vai pô-las à votação separadamente, porque como sabem os Senhores Deputados que

não estiveram presentes nalguma destas sessões não podem participar nesta votação e os Serviços confirmarão isso.”-----

----- **PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA Nº 23 DE 22.05.2018 E DA ATA Nº 24 DE 29.05.2018;**-----

----- **Apreciação e votação da Ata n.º 23, de 22 de maio de 2018,** não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. A **Ata n.º 23**, de 22 de maio de 2018 foi **aprovada por unanimidade.**-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas nº 23, 24 e Excerto da Ata 36, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 23 Sessão Extraordinária, realizada em vinte e dois de maio de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: José Moreno (PS), Simonetta Luz Afonso (PS), Rute de Jesus (PS), Margarida Afonso (PS), Henrique Sá e Melo (PS), Maria João Correia (PS), Carla Sofia Lopes Almeida (PS), Nuno Miguel Santos Silva (PS), Álvaro Carneiro (PSD), Vasco Morgado (PSD), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Ana Páscoa (PCP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Mário Freitas (MPT), Maria Helena Roseta (IND), Miguel Graça (IND) e Eduardo Viana (IND). -----

----- **Apreciação e votação da Ata n.º 24, de 29 de maio de 2018,** não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. A **Ata n.º 24**, de 29 de maio de 2018 foi **aprovada por unanimidade.**-----

----- Ata n.º 24 Sessão Ordinária de abril, quarta reunião, realizada em vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: José Moreno (PS), Rute de Jesus (PS), Carla Almeida (PS), Inês Drummond (PS), Manuel Lage (PS), Vasco Morgado (PSD), Diogo Moura (CDS-PP), João Condeixa (CDS-PP), Ana Páscoa (PCP), Ricardo Moreira (BE), Rita Calvário (BE), Isabel Pires (BE), Raúl Santos (MPT), Maria Helena Roseta (IND), Patricia Gonçalves (IND), Eduardo Viana (IND), -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados temos aqui dois Excertos de Ata que eu também tenho que pôr à vossa consideração, o primeiro foi conforme foi dito por mim na última Sessão, nós estivemos a debater uma questão relacionada com a fiscalização da atuação do Pelouro do Urbanismo e o Senhor Vereador Manuel Salgado, com várias propostas que acabaram aliás por não serem aprovadas, mas no final da Reunião anterior, eu disse aos Senhores Deputados que ia enviar ao Ministério Público o Debate e as Propostas com as respetivas votações. Para o poder fazer naturalmente tem que se aprovar o Excerto da Ata desta matéria porque não posso enviar ao Ministério Público se isto não estiver aprovado, portanto, vou pôr à vossa consideração o Excerto da Ata da Reunião 36, que foi da semana passada, dia 25-09, respeitante à apreciação

conjunta daquelas matérias que sabemos, a Proposta de Deliberação do Senhor Deputado Rui Costa, a Proposta de Deliberação do PSD e a Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda. -----

----- Vamos pôr à consideração a aprovação do Excerto da Ata. Alguém pede a palavra? Não há pedidos de palavra, vou pôr à votação.” -----

----- **Excerto da Ata nº. 36, de 25-09-2018, (relativo aos Pontos 8, 8.1 e 8.2 da Ordem de Trabalhos)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O Excerto da Ata nº. 36, de 25-09-2018 foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO 2 - APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA DA REUNIÃO 36, DE 25.09.2018, RESPEITANTE À APRECIACÃO CONJUNTA DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO MD RUI COSTA (IND) “ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO”, DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 009/PSD/2018 RELATIVA A SINDICÂNCIA AOS SERVIÇOS TUTELADOS PELO VEREADOR MANUEL SALGADO E DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 001/BE/2018 RELATIVA À ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO PELA 3ª COMISSÃO;** ---

----- Excerto da Ata nº. 36 Sessão Ordinária de setembro, segunda reunião, realizada em vinte e cinco de setembro de dois mil e dezoito, relativamente à apreciação e votação da Proposta de Deliberação do DM Rui Costa (IND), da Proposta de Deliberação 009/PSD/ 2018 e da Proposta de Deliberação 001/BE/2018, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Margarida Afonso (PS), Carla Almeida (PS), Nuno Santos Silva (PS), Pedro Tadeu Costa (PS), Vasco Morgado (PSD), Rosa Carvalho da Silva (PSD), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), Margarida Isabel Penedo (CDS-PP), Natacha Amaro (PCP), Rita Calvário (BE), Isabel Pires (BE), Raúl Santos (MPT), Eduardo Viana (IND) e Patricia Gonçalves (IND).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E agora um outro Excerto da Ata que temos que mandar para o Tribunal de contas, que tem a ver com uma Repartição de Encargos que é necessário para o Tribunal de Contas validar o contrato de aquisição, portanto, vou pôr à vossa consideração o Excerto da Ata 36, também do dia 25, que é a apreciação daquela Proposta relativa a uma autorização da Repartição de Encargos para três anos relacionadas com a aquisição de serviços de vigilância e segurança pelo Município de Lisboa e também a Proposta 602 também tem uma Repartição de Encargos relativa á empreitada da construção do Parque Verde da nova Feira Popular.-----

----- As propostas foram aprovadas, mas agora temos que aprovar o Excerto da Ata em que estes pontos foram apreciados.”-----

----- **PONTO 3 - APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA DA REUNIÃO 36, DE 25.09.2018, RESPEITANTE À APRECIACÃO CONJUNTA DA PROPOSTA 594/CM/2018 – PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DAS CONSEQUENTES E FUTURAS ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS**

**ANOS ECONÓMICOS DE 2018, 2019 E 2020, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA CELEBRADO PELA ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP), E DA PROPOSTA 602/CM/2018 - PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2018, 2019 E 2020, RELATIVOS À EMPREITADA N.º 01/DMEVAE/2017 – CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR;** -----

----- **Excerto da Ata n.º 36, de 25-09-2018, (relativo aos Pontos 11, 11.1 e 11.2 da Ordem de Trabalhos) Propostas 594/CM/2018 e 602/CM/2018,** não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O **Excerto da Ata n.º 36, de 25-09-2018 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Excerto da Ata n.º 36 Sessão Ordinária de setembro, segunda reunião, realizada em vinte e cinco de setembro de dois mil e dezoito, relativamente à apreciação e votação da Proposta 594/CM/2018, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Margarida Afonso (PS), Carla Almeida (PS), Nuno Santos Silva (PS), Pedro Tadeu Costa (PS), Vasco Morgado (PSD), Rosa Carvalho da Silva (PSD), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), Margarida Isabel Penedo (CDS-PP), Natacha Amaro (PCP), Rita Calvário (BE), Isabel Pires (BE), Raúl Santos (MPT), Eduardo Viana (IND) e Patricia Gonçalves (IND). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora sim entramos na fase dos nossos Trabalhos, em que temos a nossa convidada, a Senhora Presidente, a Senhora Doutora Rosário Farmhouse, Presidente da Comissão Nacional Para os Direitos das Crianças e a Proteção dos Jovens, acho que é assim, não é exatamente este o nome da Comissão mas é muito próximo disto.---

----- Eu queria pedir-lhe que chegasse à Tribuna para poder usar da palavra, vai-nos dirigir a palavra e depois irei dar a palavra ao relator do Parecer da 6ª. Comissão, a senhora Deputada Natalina Moura, que está presente, e teremos uma Recomendação para apreciar e naturalmente há intervenções dos Senhores Deputados que se inscreverem.” -----

----- **PONTO 4 - DEBATE ESPECÍFICO SOBRE OS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE 2017, DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 38º DO REGIMENTO; GRELHA: 1,5 VEZES GRELHA-BASE (51 MINUTOS), A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA A INTERVENÇÃO DA ENTIDADE CONVIDADA;** -----

----- **Parecer da 6ª Comissão Permanente** -----

----- **Recomendação 0037/01 (6ª CP)** -----



----- **Recomendação 0037/09 (IND)** -----  
----- (As quatro CPCJL ficam anexadas a esta ata, como **Anexo III, III-A, III-B e III-C**, e dela fazem parte integrante) -----  
----- (O Parecer da 6ª. CP fica anexada a esta ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----  
---- (A Recomendação 0037/01 (6ª. CP) fica anexada a esta ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----  
----- (A Recomendação 0037/09 (IND) fica anexada a esta ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “ Doutora Rosário Farmhouse agradeço mais uma vez a sua vinda à Assembleia Municipal e a sua presença num momento que é para nós importante de visibilidade do trabalho das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que têm, de facto, uma tarefa muito difícil e é importante que o seu trabalho seja conhecido. Se faz favor.-----  
----- **A Convidada Presidente da CPCJL, Doutora Rosário Farmhouse**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “ Muito obrigada Senhora Presidente da Assembleia Municipal, caras e caros Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.-----  
----- Começo por agradecer o amável convite para estar aqui convosco hoje, para falar um pouco sobre o sistema de promoção e proteção das crianças e jovens e em concreto sobre a realidade das CPCJ da cidade de Lisboa. -----  
----- Começo também por agradecer o Parecer elaborado pela 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa, Direitos Sociais e Cidadania, que teve a oportunidade de avaliar os relatórios de atividades das CPCJ da cidade de Lisboa, no ano 2017, e de deixar algumas conclusões e recomendações muito pertinentes e que levarei em boa conta naquilo que à Comissão Nacional diz respeito. -  
----- O sistema de promoção e proteção de crianças e jovens, que vai fazer 20 anos nesta nova modalidade no próximo ano, foi sonhado e desenhado, tendo por base o ditado africano que “é preciso nada inteira, educar uma criança”, isso faz com que as comissões de proteção de crianças e jovens sejam constituídas pela comunidade, com representantes segundo a lei obrigatórios de alguns serviços públicos e privados, particulares e oficiais, nacionais e locais, e da sociedade em geral na Comissão. -----  
----- Esse modelo inovador, reconhecido internacionalmente tem algumas fragilidades no real e no concreto e no que respeita à cidade de Lisboa, sendo uma zona que tem grande volume processual, a cidade de Lisboa está dividida, o sistema de proteção de crianças e jovens em Lisboa está dividido por quatro CPCJ, a CPCJ Oriental, Ocidental, Centro e Norte, tendo especificidades muito concretas, é um modelo que ainda está com grandes limitações e que as recomendações assim o apontam.-----  
----- Gostava antes de entrar no detalhe de Lisboa, dizer muito brevemente o âmbito nacional, temos neste momento no país trezentas e nove CPCJ que, no ano 2017 acompanharam cerca de setenta mil crianças, são quase cinco mil e novecentas pessoas nas comissões alargadas, duas mil e trezentas nas comissões restritas. Tem

esta dupla dimensão preventiva e protetiva, preventiva com a comissão alargada, protetiva com a comissão restrita. -----

----- Voltando a Lisboa, às quatro CPCJ, de facto, as fragilidades do modelo começam desde logo na composição, se a lei sonha, idealiza, que deverão estar presentes os vários representantes, Segurança Social, Educação, Saúde, Município, neste caso em Lisboa delegado nas Juntas de Freguesia, Município representante, mas depois o funcionamento delegado nas Juntas de Freguesia, uma IPSS na restrita, na alargada Associações de Pais de Jovens, entidades várias da zona, o que significa que na prática, com as limitações que a Administração Pública tem tido faz com que algumas Comissões da Cidade de Lisboa tenham ainda fragilidades ao nível da representação, em concreto na área da saúde, na área da Segurança Social e em geral nas IPSS, ou seja, apesar de todos termos e acredito que sim, todos acreditarmos que é preciso “uma aldeia inteira para educar uma criança”, todos querermos participar na prática o tempo que temos e que os organismos têm dado às CPCJ e os recursos que têm dado são insuficientes, isso vem de encontro àquilo que são as Recomendações da 6ª Comissão. -----

----- Em concreto e no que à Comissão Nacional diz respeito, gostaria que estaria dizer que eu tendo presente estas dificuldades, não só na cidade de Lisboa, mas muito na Cidade de Lisboa dado o volume processual que já referi, foi criado um Grupo de Trabalho entre a Comissão Nacional, a Santa Casa da Misericórdia, a Câmara Municipal de Lisboa e a Segurança Social, no sentido de encontrarmos respostas que melhor respondam a estes desafios, e temos feito reuniões muito várias ao longo destes últimos meses, para tentar encontrar respostas. -----

----- Também dizer-vos que uma das sugestões, das Recomendações da 6ª Comissão era a criação de uma eventual 5ª Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na Cidade de Lisboa, estivemos a fazer vários estudos na Comissão Nacional com uma nova redistribuição das Freguesias e a nossa maior preocupação é não pondo de parte a ideia, porque, de facto, o volume processual é muito elevado, a verdade é que se não conseguimos ter representantes das entidades em quatro Comissões, ter mais uma Comissão, sem garantir a representatividade nas outras quatro, não vai alterar em muito o problema que aqui sentimos. -----

----- Também dizer-vos que este, apesar de tudo e apesar das fragilidades, as CPCJ da Cidade de Lisboa, têm tido um papel fundamental, não só na proteção das crianças e dos jovens, mas na prevenção e aí o envolvimento de todas as entidades locais tem sido fundamental, e gostaria trazer a esta Assembleia, reforçar a importância da participação de todas e de todos, em concreto das Juntas de Freguesia, já que têm essa delegação de competências por parte da Câmara Municipal, que se cada Junta puder apoiar a sua CPCJ respetiva, com um apoio técnico, com um reforço seria o ideal, sabemos que nem todas ainda o têm, isso era mesmo muito bom, e também no âmbito da Rede Social se puderem ajudar a que as entidades várias que existem na nossa Cidade possam participar mais ativamente nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, certamente que estaríamos a fazer um melhor serviço, e estaríamos todos em conjunto a apostar no futuro da Cidade e no futuro do País, porque trabalhar com as

nossas crianças, protege-las, promover os seus direitos é querer um País melhor, querer um futuro melhor, e só em conjunto todos vamos conseguir.-----

---- E, por isso, eu até nem vou utilizar o meu tempo inteiro, acho que já tinha aqui três minutos, porque gostaria só de esclarecer que não sei se há um Debate em que eu terei que responder a perguntas... Não está previsto? Ah, estava com essa preocupação, mas dizer-vos que a da parte da Comissão Nacional há um empenho muito grande, e como devem saber tomei posse há pouco tempo na Comissão nacional, há alguns meses, há um grande esforço, quer pela minha parte, quer por parte da Vice-presidente de reformular, reorganizar a Comissão Nacional, de capacitar as CPCJ e temos tido, temos investido bastante na formação, e já tivemos mais de dois mil e seiscentos participantes nas várias ações de formação por todo o País, e temos também tentado com cada entidade reforçar a sua representatividade, trabalhar em conjunto para encontrar ferramentas, para encontrar formas de responder aos enormes desafios que temos pela frente no que respeita à proteção e promoção dos direitos das nossas crianças e, por isso, estar disponível para aquilo que seja necessário. -----

----- Dizer que levo em muito boa conta as Recomendações indicadas no Relatório da 6ª Comissão e que estamos a fazer todos os esforços para que estas quatro Comissões possam trabalhar ainda melhor, já fazem trabalho fantástico, dados os poucos recursos que têm, mas que possam ter condições melhores de uma melhor resposta quer protetiva quer preventiva, e conto com a colaboração de todas e de todos para que isso seja uma realidade. Muito obrigada, foi um gosto estar aqui.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, o gosto é nosso naturalmente e a responsabilidade também e, por isso, partilhamos este tempo e queremos que seja um momento em que efetivamente possamos com a nossa voz reforçar as condições em que estas Comissões trabalham!-----

---- Eu agora iria dar a palavra à Senhora Relatora do Parecer da 6ª Comissão Permanente, a senhora Deputada Natalina Moura. -----

----- Depois daremos a palavra aos Senhores Deputados que estão inscritos e no final teremos a votação da Recomendação, aliás, há duas Recomendações, há uma Recomendação apresentada pela 6ª. Comissão e há uma nova Recomendação apresentada por Deputados Independentes.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Moura (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todas e a todos, muito obrigada Senhora Presidente, saúdo na Senhora Presidente todos os elementos da Mesa, saúdo todos os Senhores Vereadores, Caros Colegas, caros funcionários públicos em geral, comunicação social. -----

----- É privilégio meu apresentar este Relatório, porque ao longo da minha vida tive oportunidade de algum modo, por tangência ou integralmente estar ligada a alguns aspetos que aqui foram focados neste Relatório. -----

----- Quería saudar o traballo tamén, e é de inteira xustiza que o faça, de todos os Senhores Deputados, independentemente das súas áreas político-partidárias, da 6ª. Comisión e quería saudá-los...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palabra continuou: -  
----- “Eu non peço desculpa, mas está ali unha certa, eu pedía aos Senhores Deputados, estamos a ouvir un Relatório importante, e eu pedía o vosso silencio.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Moura (PS)**, no uso da palabra, enquanto relatora, prosseguiu a súa intervención: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Quería saudá-lo na persoa do Señor Presidente Davide Amado entre todos aqueles que participaron, mas deixar aquí e sem menosprezo, e sem nenhuma outra preocupación que non seja aquela que tive que partilhar, por grande insistência da Senhora Deputada Teresa Craveiro, que me inundou de documentos, de libros, e que me levou muitas horas de estudo, se non soubesse algunha cousa, com a ajuda de tanta lectura, fiquei mais enriquecida e quería deixar expreso tamén aquí esse cumprimento muito especial.-----

----- Naturalmente que lemos com muito cuidado os Relatórios que foram já aquí enunciados pela Senhora Doutora Rosário Farmhouse, que cumprimento pessoalmente, e toda a súa equipa, e todos aqueles que participaron e estiveram muito atentos e que responderam ao noso convite para depor e para nos dar conta do traballo que as diferentes Comissões fazem em Lisboa. -----

----- Naturalmente que já foram aquí apontados alguns puntos fortes, alguns puntos fracos tamén, nós sabemos que eles existem, mas a Senhora Doutora Maria do Rosário Farmhouse falou nos puntos em que há algumas fragilidades, e nós tamén demos conta desse aspeto, muito especialmente neste traballo, que foi exaustivo, non sei quantas horas de reunión é que tivemos, nem quantos tempo isso significou, o que significou é que nós estivemos a traballar para as crianças e jovens maltratados ou negligenciados deste País, infelizmente, são muitos e non podemos viver com essa falta ainda de apoio, como já foi aquí apontado tamén pela Senhora Presidente da Comisión, vulgo Comisión de Protección de Jovens, as CPCJ. -----

----- O Relatório é extenso e eu ia escusar-me, com a vossa permissão, de non fazer referência aos considerandos porque eles plasmam tudo aquilo que a Lei diz e prescreve. -----

----- Também deixaria um outro aspeto sobre o perfil de cada unha das crianças e dos jovens em risco, que están por nós, e principalmente pelas Comissões apontados e são tratados, mas non quería deixar de pasar aquí em, só muito em síntese, de se falar sobretudo na Comisión Restrita, a Comisión Alargada tem um traballo exemplar, mas é na Comisión Restrita que são trabalhados os múltiplos procesos e são muitos. -----

----- E começo para vos dizer e ler, caso possa esquecer algunhas das situações: “À Comisión Restrita compete intervir nas situações em que unha criança ou jovem está em perigo, nomeadamente, a saber: atender e informar as persoas que se dirixem à Comisión de Protección; discutir da abertura e da instrución do proceso de promoción e protección; apreciar liminarmente as situaciones que a Comisión de Protección tenha

conhecimento; proceder à instrução dos processos; solicitar a participação dos Membros da Comissão Alargada no processo por si instruídos, sempre que se mostre necessário; solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas; decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção, com exceção da medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção ou instituição com vista a futura adoção; deve ainda colaborar com outras Comissões de Proteção, quando estas solicitem; a prática de atos de instrução e acompanhamento de medidas de promoção e proteção. -----

----- A Comissão Restrita também pode propor ao Tribunal que decida sobre o apadrinhamento cível da criança, as Comissões de Proteção podem aplicar as seguintes medidas de promoção e proteção, para a qual peço a vossa atenção: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar; acolhimento residencial. A Comissão de Proteção na sua modalidade alargada, integra um representante do Município, um representante da Segurança Social, um representante dos Serviços do Ministério Educação; um médico em representação do Serviço de Saúde; um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social ou de outras organizações não-governamentais que desenvolvam na área da competência territorial da Comissão de Proteção atividades de carácter não residencial, em meio natural de vida, destinadas a crianças e jovens. -----

----- E passaria agora à frente para vos dizer que quanto ao funcionamento, o apoio logístico que nos é solicitado, o apoio financeiro e o apoio administrativo, são da responsabilidade do Município. Para este efeito, o Município de Lisboa delegou este apoio nas Freguesias de Carnide, Santo António, Belém e Marvila, tendo para tal atribuído uma verba de 285 mil euros, naturalmente que a Senhora Presidente fez um apelo generalizado a todas as 24 Freguesias de Lisboa. -----

----- Sobre as conclusões, como vimos nos considerandos, que não li, o modelo de proteção de crianças e jovens apela à participação ativa da comunidade, procurando aproveitar parcerias locais que potenciem redes de desenvolvimento social, neste ponto, o Município, com todas as suas valências e projetos próprios e apoiados, surge como agente chave para apoiar as Comissões, foi este o espírito que levou o legislador a entregar aos Municípios o apoio logístico, o apoio financeiro, e o apoio administrativo às Comissões. -----

----- Em todas as audições ficou claro que ao elevado volume processual e falta de recursos humanos para dar resposta a problemas prementes, acrescido do facto de parte de recursos humanos existentes, não estão a tempo inteiro e são partilhados com outras entidades. -----

----- Vários modelos apontam que para o devido acompanhamento dos processos que são maioritariamente sensíveis, devia haver um técnico para cada 20 processos. Pois é, mas de momento, sendo atualmente um técnico para cem processos, o que é manifestamente muito baixo.-----

----- Ao nível de áreas de ação, aquelas que evidentemente maiores problemas e dificuldades em ter respostas adequadas foram: a saúde mental; a violência doméstica, sendo que se destacou também o elevado número de casos de abandono escolar. -----

----- Ficou ainda patente a dificuldade em desenvolver o trabalho junto da comunidade cigana, tendo uma das Comissões admitido que não tinham mediadores com a comunidade, assim, e por ser um assunto com tanta relevância a 6ª Comissão Permanente decidiu ouvir as várias Comissões da Cidade de Lisboa, tal como já foi aqui dito, mas também o Vereador dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e ainda a Segurança Social no âmbito da apreciação dos Relatórios anuais das Comissões. -----

----- Com efeito no decorrer deste processo de audições na Assembleia Municipal chegou também a este Órgão, uma Proposta de Delegação de Competências nas Freguesias para apoio logístico, apoio financeiro e apoio administrativo, que foi prontamente aprovado, por unanimidade. -----

----- Para o efeito, foi presente pelo Vereador Ricardo Robles, que a delegação de competências nas Freguesias fará o apetrechamento pretendido pelas Comissões de algum apoio logístico, acrescentando ainda a necessidade de reforço, de apoio da rede social. -----

----- A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, representada pelo Senhor Administrador Sérgio Sintra, manifestou a necessidade do reforço na prevenção através da Unidade de Intervenção Familiar, pretendendo-se assim que se faça um trabalho articulado no âmbito da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que nós saudámos. -----

----- A Doutora Isabel Saldida e a Doutora Sónia Almeida do Centro Distrital de Lisboa, no Instituto de Segurança Social salientaram a escassez de recursos humanos, atendendo ao elevado número de processos, como já foi por mim aqui também referido. -----

----- Das Recomendações, a 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que, a saber: acompanhe de perto a realidade e o trabalho das Comissões, por forma a garantir que os problemas identificados são, na medida da sua competência, resolvidos e que os contratos de delegação de competências, outrora aprovados, são executados de forma e em prazos adequados. ----

----- Procuo ainda, junto da rede social e das várias entidades com quem tem parcerias, nomeadamente, o grupo de trabalho do Plano de Desenvolvimento Social 2017/2020, de eixo dois, que passo a citar: intervenção em público-alvo, crianças e jovens, promover um amplo debate sobre a proteção das crianças e jovens e identificar ações e projetos de prevenção e resolução de problemas assinalados.-----

----- Estimulo ainda a cooperação entre as Comissões Sociais de Freguesia, inseridas no eixo três, intervenção de domínios de maior vulnerabilidade, violência doméstica, saúde mental e comportamentos aditivos, e essa restantes entidades, criando as sinergias necessárias e adequadas aos resultados e objetivos comuns. -----

----- O estudo que possibilite da colocação direta de técnicos a tempo inteiro, com os perfis adequados às necessidades das Comissões, monitorizando junto da Comissão Nacional a sua colocação. -----

----- Interceda junto da Comissão Nacional com vista à reorganização das Comissões da Cidade de Lisboa, nomeadamente, a criação de uma nova zona e a redistribuição das respetivas áreas em função do volume processual. Também sobre isto há pouco, ouvimos a Senhora Presidente, e temos aqui eventualmente algo para discutir depois em conjunto. -----

---- Proceda junto da Segurança Social, para que este coloque mais técnicos no Apoio às Comissões, nomeadamente na área do tutelar cível; proceda ainda junto da Santa Casa da Misericórdia para que este reforço, e para que este reforce a sua equipa de técnicos, com os perfis adequados ao apoio às Comissões. -----

----- Providencie com representantes das Juntas dos Conselhos Gerais dos agrupamentos de escola, o levantamento das disfunções das famílias e jovens de estabelecimentos de ensino inseridos nos respetivos territórios.-----

----- E deixava aqui um apontamento pessoal, de facto, são muitas vezes os agrupamentos de escolas que nos fazem chegar estes aspetos, sobretudo do abandono escolar, e falo pela Junta onde eu trabalho, naturalmente, todos os outros colegas terão mesmo o mesmo tipo de projeção em termos da disfunção social que existe no nosso País. -----

----- Identifico projetos para serviços da Câmara Municipal, no plano da ação local 2017/2020 - Lisboa, Cidade Amiga Das Crianças. -----

----- Os grupos Municipais e Deputados Independentes representados nas Comissões reservam para o Plenário a expressão do seu sentido de voto. Este Parecer foi aprovado por unanimidade, dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representantes ou pertencentes às diferentes Comissões. -----

----- Este documento é assinado em 18 de julho de 2018. Tenho dito, Senhora Presidente, muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Também aproveito para a felicitar pelo excelente trabalho que fez como Relatora e pela forma como assumiu as preocupações que nos foram aqui trazidas pelas CPCJ, como é da Lei, mas, de facto, foram muito assumidas pela Comissão e em particular pela Senhora Relatora. -----

----- Vamos agora dar a palavra, há vários Senhores Deputados inscritos que se querem pronunciar sobre esta matéria, vamos dar a palavra sobre isso.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas, Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Nacional Doutora Rosário Farmhouse, Público presente.-----

----- As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, na sua vertente alargada desempenham, de facto, um papel fundamental junto das comunidades no geral e das famílias, em particular, sensibilizando e informando assim, garantindo a segurança dos menores que delas dependem, divulgando os seus direitos, prevenindo riscos e gerindo recursos, tendencialmente escassos, para atender às necessidades detetadas. ---

----- Na sua vertente estrita a sua ação não é relevância menor, nem tão pouco mais fácil, atuando logo que uma situação de risco é assinalada e tendo em conta o superior interesse do menor, os membros destas equipas cooperam no sentido de alcançarem a melhor solução possível, são estes cidadãos, servidores da causa pública, que garantem o funcionamento da parceria estabelecida entre as comunidades e o Estado português, concretizada sob a forma de CPCJ, são estas pessoas que diariamente se debatem com a incompreensível escassez de recursos e expectável excesso de carga processual, para cumprir o papel que nos cabe a todos enquanto sociedade, a proteção das nossas crianças e dos nossos jovens. -----

----- As audições aos representantes das quatro CPCJ da cidade de Lisboa evidenciaram, de forma clara, uma enorme dificuldade na gestão dos processos, a dificuldade não se prende apenas com o elevado número de situações que são expostas às Comissões, mas essencialmente saliente-se, com a escassez de técnicos que prestam muitas vezes serviço a tempo parcial e que são confrontados com um número processual cinco vezes superiores ao que seria ideal para uma resposta eficaz. -

----- Nestas audições ficou também claro que vários cargos essenciais ao cumprimento da missão das CPCJ estão a descoberto, tendo cessado a afetação de técnicos na Administração Pública, deixou de se proceder à substituição dos funcionários, que por motivos vários foram abandonando as funções que desempenhavam nas Comissões. ---

----- Catos Colegas, pessoalmente trago marcados na minha memória de 20 anos de prática profissional, vários e demasiados rostos de crianças maltratadas, abusadas, negligenciadas de várias formas, abandonadas por nós em momentos das suas vidas, por nós sociedade, que não conseguimos perceber atempadamente o que sucedia, certamente que partilhamos todos o tremendo sentimento de injustiça e revolta que suscita a imagem de uma qualquer criança em risco, seja qual for a natureza do mesmo, aguardando a resolução da situação que o levou a ser sinalizada pela CPCJ, possivelmente, no mesmo local onde foi exposta a esse risco.-----

----- Simultaneamente noutra ponto da cidade, um técnico debate-se a contrarrelógio com os 99 casos que tem que processar, antes de ter conhecimento desta criança, que aguarda, enquanto se preocupa com as funções que ainda tem que cumprir noutra posto de trabalho, a responsabilidade desta criança que aguarda, não pesa apenas nos ombros deste técnico, pesa em todos nós, pesa nos ombros do Estado Português, que tem o dever supremo de proteger os seus, e em particular os mais frágeis, as suas crianças e, por isso, tem também o dever de aliviar o peso dos ombros de cada um dos



técnicos, que todos os dias são levados ao limite das suas capacidades na missão, quase impossível, de salvar todas e cada uma delas. -----

----- As audições permitiram também perceber que a escassez de recursos humanos não afeta apenas a assessoria técnica e jurídica, estando a saúde mental entre as causas dos casos de mais difícil resposta, consideramos inaceitável a carência de técnicos de saúde que se verifica nas Comissões. -----

----- O diagnóstico está feito e é a hora de partir para a terapêutica, aqui em particular façamos o nosso trabalho de advocacia, solicitemos à Câmara Municipal que insista no seu, pressionemos para que se consigam soluções, tudo o que fizermos por cada uma das nossas crianças é pela humanidade que o fazemos. -----

----- Uma última palavra para todos aqueles que trabalham nas CPCJ, sede fortes, sede resilientes, sede a nossa consciência crítica, continuem a alertar a sociedade, quando não estivermos a fazer nos compete, porque a vossa missão assim merece! Muito obrigada a todos vós, bem-hajam!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Naturalmente subscrevo o apelo que fez nas suas últimas palavras, para dar força e a resiliência a quem tem esta difícil missão nas CPCJ. -----

----- Vamos passar a palavra agora ao Senhor Deputado Sobreda Antunes, do Partido Ecologista “Os Verdes”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionárias. -----

----- Em primeiro lugar, dirigimos uma saudação à senhora presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ). ---

----- Como sabemos, das 309 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), existem 4 em Lisboa com autonomia própria. E não é a primeira vez que esta Assembleia Municipal de Lisboa promove audições externas e procede à avaliação das suas actividades e necessidades de execução. -----

----- Já aquando da divulgação do Relatório Anual de 2015 se alertava para o principal problema das crianças e jovens sentidos nas 4 Comissões de Lisboa, como a exposição a comportamentos que pudessem comprometer o bem-estar e o desenvolvimento infantil e juvenil, entre os quais se destacava a violência doméstica, a negligência, o absentismo e abandono escolar, a exposição a modelos de comportamento desviante, o abuso sexual, a saúde mental, as dificuldades das comunidades migrantes e situações familiares que advinham de despejos e penhoras. --

----- Ou sejam, questões maioritariamente de carácter social e económico das famílias. -----

----- Perante as evidências anteriormente relatadas, tanto em 2015 como de novo em 2016, os Grupos Municipais logo haviam decidido recomendar a “evolução do modelo de funcionamento, das Comissões de Protecção para um sistema de núcleo

constitutivo fixo, multidisciplinar e inter-institucional, com técnicos em número proporcional ao volume processual”. -----

----- Mas chegados a 2018 os Grupos Municipais voltaram a detectar a persistência de entropia entre as desejadas eficácia e eficiência, por motivos exógenos ao desempenho dos técnicos das CPCJ e com o indesejado reflexo na comunidade e na qualidade de vida das crianças. -----

----- Acontece que só o concelho de Lisboa tem quase 80% das queixas por crianças em risco em todo o distrito. Dos relatórios anuais foi possível apercebermo-nos do enorme volume processual em análise nas CPCJ no ano de 2017: a CPCJ Lisboa Norte com 1041 processos, a CPCJ Lisboa Centro com 585, a CPCJ Lisboa Ocidental com 437 e a CPCJ Lisboa Oriental com 228.-----

----- E para fazer frente a este elevado volume processual, persiste, actualmente, uma média de apenas um técnico para cada 100 processos, enquanto para o seu devido acompanhamento deveria haver um técnico para cerca de 20 processos. Ou seja, devido à insuficiência de apoios e de técnicos nos últimos anos e ao número excessivo de casos por cada técnico, há dificuldades em melhorar a resposta em tempo útil.-----

----- Como concluiu a 6ª Comissão, “em todas as audições ficou claro que há um elevado volume processual e falta de recursos humanos para dar resposta a problemas prementes, acrescido do facto que parte dos recursos humanos existentes não está a tempo inteiro e são partilhados com outras entidades”. Em Lisboa, “a carência de recursos humanos e o tempo de afectação reduzido dos técnicos são os factores unanimemente referenciados como tendo um impacto negativo no desempenho das CPCJ, quer ao nível processual, quer ao nível da intervenção”. -----

----- Ora, se o volume processual da CPCJ Norte é o dobro da CPCJ Centro, tal facto deverá fazer-nos ponderar recomendar a sua reestruturação, de modo a melhor permitir redistribuir aquele elevado volume processual. Neste contexto, o GM-PEV propõe que, para o efeito, se estude, em conjunto com a Tutela, o urgente desdobramento da CPCJ Lisboa Norte, pela criação de uma nova Comissão em Lisboa, de modo a melhor permitir redistribuir o referido elevado volume processual. -

----- Daí que se insista para que a Câmara Municipal de Lisboa “interceda junto da Comissão Nacional com vista à reorganização das comissões na cidade de Lisboa, nomeadamente, com a criação de uma nova zona e a redistribuição das respectivas áreas, em função do volume processual”, sugerindo-se no imediato, e perante realidades tão díspares, a subdivisão da CPCJ Norte. -----

----- Constatamos ainda que é também urgente melhorar a capacitação parental e estabilizar os núcleos familiares carenciados, os horários de trabalho e o devido acompanhamento dos jovens, invertendo a exclusão e a pobreza social dos progenitores, nomeadamente das famílias que manifestem uma forte debilidade social e económica.-----

----- Também, como o PEV já aqui expôs há 2 anos atrás (18/10/2016), o contributo financeiro para as CPCJ não deve representar uma gota de água, quando é, não o futuro, mas o presente dos nossos filhos que está em risco. São opções que Os Verdes consideram prioritárias, pelo que há que garantir de vez, no curto prazo, o

indispensável reforço dos meios e recursos necessários ao normal funcionamento das CPCJ de Lisboa. Obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vimos que sempre o Partido Ecologista “Os Verdes” tem sempre um escrupuloso cumprimento do tempo e, portanto, mais uma vez no último segundo terminou.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimas Senhoras Vogais da Mesa.-----

----- Sendo esta a primeira intervenção que faço hoje, nesta que é a Casa da Cidadania permitam-me referir, obviamente, que é um orgulho, como mulher, ver-vos nessa Mesa, porque em 100 anos de democracia, nunca tivemos, de facto, uma mulher a Presidir nem à Câmara Municipal nem aos principais Órgãos de Soberania e, portanto, não será certamente, por hoje, mas sim simbolicamente por todos estes anos de luta, que tivemos enquanto mulheres.-----

----- De facto a Câmara Municipal nunca teve uma mulher eleita diretamente para os seus Órgãos, mas adiante, nunca teve não senhora. Nunca foi eleita diretamente! -----

----- Nunca foi eleita diretamente...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhor Deputado desculpe, não vamos entrar em discussão sobre isso, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Se o Senhor Deputado não se importa terei todo o gosto em debater isso noutra momento consigo, que não este, mas não posso deixar de facto realçar que as mulheres têm lutado muito mais para chegar a estes lugares. Há, de facto, aqui todo um percurso histórico de mais de 100 anos de República que não têm permitido de facto que as mulheres cheguem a estes lugares.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton estava só a chamar à atenção que esta Assembleia Municipal já teve duas Presidentes mulheres, a Doutora Paula Teixeira da Cruz e a Doutora Simoneta, eleitas pela Assembleia Municipal, é apenas esta correção, que está feita.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Senhor Deputado não estava a falar da Assembleia Municipal, mas sim da Câmara Municipal. Não, não, fiz a referência, Senhor Deputado, fiz a referência que era a Câmara Municipal.-----

----- De qualquer das maneiras em relação ao assunto que nos traz aqui, que é de facto as crianças, e também uma problemática à qual não podemos ignorar que os seus direitos são diariamente violados e já aqui foi, de facto, referido, começar por em nome do PAN, por dizer que reconhecemos e saudamos, obviamente o trabalho desempenhado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que de facto, foram ouvidas na 6ª Comissão e cujo trabalho, de facto, é bastante meritório, com muito penhora pelos meios existentes, quer financeiros, quer estruturais, e mesmo ao nível dos recursos que acabam por ser partilhados.-----

----- Congratular também a própria Comissão pelo trabalho que foi desenvolvido, recorde que no mandato anterior tinha-se pedido que houvesse de facto um debate mais amplo sobre esta temática e é, de facto, saudável é de saudar que ele tenha ocorrido ainda que este presente mandato, saudar também as Senhoras Relatoras pelo trabalho que desenvolveram, pois, efetivamente, é um trabalho de uma profunda reflexão que ocorreu no âmbito desta Comissão.-----

----- Resultou claro das audições que é fundamental reforçar os meios humanos e também estruturais para a atividade que é desenvolvida por estas Comissões, constitui, de facto, um poder ou um dever fundamental, não apenas dos pais, mas também de todos nós, entes públicos e sociedade zelarmos pela salvaguarda do superior interesse das crianças, que veem hoje os seus direitos humanos ameaçados, seja no contexto da violência, da pobreza, do absentismo escolar, e de outro tipo de vulnerabilidades às quais estão expostas.-----

----- As Recomendações que resultam do Parecer, vêm precisamente apelar a essa necessária cooperação e reforço de meios, sobretudo um trabalho em rede que tem que ser promovido, para que esta moderna Lisboa se transforme hoje também numa aldeia segura para as nossas crianças.-----

----- Numa altura em que precisamente os relatórios sobre a violência nos vêm dizer que a violência contra crianças, também no âmbito dos crimes, têm vindo a aumentar é essencial que se promovam campanhas de sensibilização e educação, a par da intervenção das entidades, como as CPCJ, o próprio Ministério Público, mas, acima de tudo que se dotem de meios todas estas estruturas, que de forma partilhada, exercem tão importante atividade que vem despertar que, acima de tudo também se promova o despertar da sociedade para os seus direitos, sejam os físicos, morais, culturais, mentais, ou sociais.-----

----- Uma palavra, por último, à Doutora Rosário Farmhouse e a todos os técnicos que integram as Comissões, pelo excelente trabalho que têm desempenhado, herdaram um legado do Juiz-conselheiro Armando Leandro, que, de facto, tem sido um excelente trabalho que tem pautado estas instituições, e fazemos obviamente um compromisso final, uma palavra de compromisso final para com esta missão, que é também de todas e todos nós nesta Casa da Cidadania. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões, do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhoras Funcionárias, Comunicação Social e Público.-----

----- O Grupo Municipal do PCP acompanha as preocupações presentes no relatório e no parecer aprovado pela 6ª Comissão Permanente - Direitos Sociais e Cidadania, sobre os Relatórios de Atividades de 2017 das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa.-----

----- A existência de um diagnóstico é uma condição determinante para orientar uma intervenção estruturada e planificada de garantia dos direitos das crianças e jovens.-----

----- Já em 2008 vários especialistas afirmavam que a situação da infância em Portugal, apesar dos significativos avanços nas últimas décadas, continua a ser pautada por um conjunto de indicadores preocupantes, como por exemplo o aumento percentual da pobreza infantil.-----

----- A própria intervenção social com as crianças e as famílias carece de meios de diagnóstico que sejam adequados e eficazes de forma a uma análise permanente e continuada sobre as crianças.-----

----- A Declaração Universal dos Direitos da Criança foi proclamada pela Organização das Nações Unidas a 20 de setembro de 1959, e passados 20 anos foi celebrado o Ano Internacional da Criança. Contudo, só em 1989, com a adoção por parte da ONU da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ratificada por Portugal no ano seguinte), é que a Criança passou a ser considerada como cidadão dotado de capacidade para ser titular de direitos.-----

----- A todas as crianças deve ser assegurado, o direito à proteção e a cuidados especiais, o direito ao amor e ao afeto, ao respeito pela sua identidade própria, o direito à diferença e à dignidade social, o direito a serem desejadas, à integridade física, a uma alimentação adequada, ao vestuário, à habitação, à saúde, à segurança, à instrução e à educação.-----

----- Foi aqui dito que era preciso uma comunidade para educar uma criança, nós diríamos que estes direitos são necessários uma geração, anterior ao seu nascimento, é exatamente criando as condições para a família onde ela vai nascer, que se criam estes direitos para estas crianças, que ainda não estão assegurados a todas.-----

----- Estes direitos estão intimamente ligados à felicidade e ao bem-estar das famílias e dos que as rodeiam, isto é, ao cumprimento efetivo dos direitos civis, sociais, económicos e culturais por parte do Estado, bem como pelo assumir das responsabilidades para garantir na prática da vida das crianças e dos jovens, os princípios da Constituição da República Portuguesa e outros princípios internacionais, como o da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificado por Portugal no ano de 1990.-----

----- É portanto preciso responder à uma análise das especificidades da situação atual, apontando no caminho do desenvolvimento humano e social, respostas efetivas para atender à situação das crianças e jovens.-----

----- Não queria terminar sem felicitar todos os elementos das Comissões, que trabalham em condições muito precárias, com grandes dificuldades e com muitas vezes um sofrimento muito grande pelos casos que vivem e que muitas vezes têm uma incapacidade para resolver. Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa, do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, Público presente. -----

----- Um agradecimento e também enaltecer a presença da Doutora Rosário Farmhouse, da Comissão Nacional, que de alguma forma recebeu um legado muitíssimo importante e que eu também queria destacar do juiz Armando Leandro, com quem tive oportunidade ainda trabalhar. -----

----- Depois agradecer à Deputada Natalina Moura, Relatora deste Parecer, e a todos os envolvidos e representantes das entidades ouvidas. -----

----- Este é, de facto, um tema particularmente relevante, no fundo, falamos e a Doutora Rosário Farmhouse fez este destaque, falamos do modelo exemplar de compromisso alargado e transversal entre vários agentes, e isto diria eu que é único e é, de facto, um exemplo de rede, uma aldeia inteira, como a Doutora Rosário referia, que está dedicada a esta problemática, mas são problemas sociais que, de facto, merecem esta nossa entrega, são crianças em perigo, em situação de abandono, em situação de exposição a maus tratos, de uma declarada exclusão, e eu acho que primeiro que tudo, e antes de identificarmos aqui as fragilidades temos que dar destaque a este modelo que eu não conheço, noutras áreas sociais, mas a verdade e, por isso, enaltecer o trabalho de todos os técnicos que se entregam e dedicam para que ele funcione. -----

----- Mas esta rede exemplar tem falhas graves, sobretudo, porque as crianças estão no fundo à espera de verem resolvidos os seus problemas, em 2017, em 2017, nós tínhamos 3500 crianças no Distrito de Lisboa sem técnicos para lhes tratar dos processos! São 3500 crianças, em Lisboa devíamos ter um técnico para cada 20 crianças, pois temos um técnico para cada 100, e mais do que faltarem recursos físicos, aquilo que nós ouvimos ao longo das reuniões que tivemos no grupo de trabalho, é que faltam recursos humanos, sobretudo de duas entidades que têm aqui uma extrema relevância, a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia. -----

----- São duas entidades que podem fazer a diferença na vida destas crianças, e que muitas vezes se aproveitam, e eu não estou a concretizar em ninguém em particular, mas que se aproveitam de zonas cinzentas para chutarem ou desviarem ou descartarem responsabilidades entre uns e outros, a Santa Casa Misericórdia porque a responsabilidade é da Segurança Social e a Segurança Social, porque a responsabilidade é da Misericórdia. -----

----- A Comissão de Lisboa Centro, como nós vimos, nem tem um técnico do ISE, do Instituto de Segurança Social alocado, porque aquele que tinha não tinha perfil indicado para trabalhar e, por isso, eles não contam com esse contributo, mas falta também responsabilidades de outros agentes, nomeadamente, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde e dos seus serviços, obviamente, sobretudo estas duas tutelas deviam ter aqui uma maior entrega, depois o IFP e as forças de segurança, as IPSS enfim, estes de alguma forma vão dando o seu contributo, mas a própria Câmara de Lisboa, do ponto de vista logístico e do ponto de vista de recursos físicos deve e aqui fica o nosso o nosso desafio, para o novo o Vereador, porque nós tivemos essa abertura por parte do Vereador Ricardo Robles, para ajudar a pressionar todas estas entidades, que eu ainda há pouco referia, para alocarem os seus recursos, dizem-nos que não podem alocar recursos, que já não tem meios suficientes. Eu diria que mais do que questões financeiras, importa aqui identificar responsabilidades e estas entidades de alguma forma comecem a pensar que têm técnicos em situação de *burn out*, técnicos muitíssimo sobrecarregados e que não têm para além disso um... -----

----- Obrigado Senhora Presidente, vou já concluir, não têm, para além disso, um apoio diário para o seu trabalho, porque a situação *burn out* quem vai sofrer são as crianças! -----

----- Eu terminava dizendo que mais para o CDS, mais do que o reorganizar a rede, embora concordemos e tenhamos também identificado isso para Parecer, importa sobretudo reforçar o compromisso! -----

----- Eu terminava, vou já terminar já dando ou reforçando...!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Tem tempo do PPM, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

se tenho tempo, então, eu queria só destacar muito simplesmente, e com a devida calma, uma palavra final, a todos aqueles técnicos, que da Comissão Nacional, que com muitíssima resiliência e uma entrega ultradedicada, garantem um futuro melhor para estas crianças que estão muitíssimo expostas a situações de exclusão social, de uma enorme desestruturação das suas famílias. Muito obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado, e vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, dos Independentes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vogais, Senhores Vereadores, Caros Deputados. -----

----- Enfim, reafirmar o empenho que a Deputada Relatora da 6ª. Comissão teve um articular os vários instrumentos, e isso não se trata de uma preocupação, apenas pelos instrumentos em sim, porque nós sabemos que em Portugal e também na Câmara de Lisboa, há somatórios de estudos que não estão articulados, e ao não estarem articulados fazem com que efetivamente não haja maior eficácia, e daí também saudar a Senhora Doutora Rosário, aqui presente, assim como todos os técnicos no empenho de um trabalho difícil.-----

----- Quem vier de fora documentos da cidade tem no objetivo estratégico da cidade um objetivo principal no Plano Diretor Municipal que é, no fundo, estratégia, recuperar e rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa.-----

----- E depois tem a Cidade Amiga das Crianças, e depois temos 2 mil crianças em risco, onde na zona Norte, onde mais nascem as crianças, ela estão votadas imediatamente ao ciclo da pobreza, como cortar com esse ciclo da pobreza? É isso que, no fundo, na política se tem que fazer, e eu continuava na matéria da questão da pobreza na Cidade de Lisboa nas crianças, é o outro lado da moeda, há uma moeda que é glamorosa, com prémios, onde a Cidade, de facto, se projeta globalmente e internacionalmente, o que é também importante, mas há a Cidade pobre, e a Cidade pobre tem neste momento, exatamente uma taxa de pobreza para as crianças com dados do INE de 2013, de 25,6%, uma taxa de risco de pobreza de famílias monoparentais 34,6%, e de adultos com três ou mais crianças 37,7%, e depois no apoio social escolar 36% dos alunos, 22 mil 290 crianças têm apoio social escolar, portanto, o apelo que nós fazíamos aqui ao seu Vereador dos Direitos Sociais é que efetivamente existem estudos, existe Rede que é preciso potencializar, 470 parceiros da Rede social, muitos fazendo trabalhos que se podem articular e, simultaneamente acompanhar algumas destas recomendações, porque verificamos de ano para ano, de facto, de mandato a mandato, muitas vezes estas matérias ficarem, enfim, paradas e não verificarmos estes sonhos de apoio à Criança e do rejuvenescimento da Cidade. ---

----- Por último, preocupou-nos ler no dia 26 de setembro, no Público, que há problemas efetivamente no pagamento das CPCJ da zona Centro, naquilo que nos parece importante que é a descentralização para uma maior eficácia, portanto, deixaríamos aqui essas recomendações e dizendo que estamos completamente disponíveis para podermos acompanhar todo este trabalho, e gostávamos de verificar, de ver como é que iriam sendo implementadas algumas destas ações, porque foi uma matéria onde a 6ª Comissão e os demais Deputados, como temos visto aqui, verificamos e queremos trabalhar na tal outra parte da tal moeda, que é da Cidade de Lisboa. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado David Amado, do Partido Socialista.”-----



----- **O Senhor Deputado Municipal David Amado (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caras Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Começar por cumprimentar a Doutora Rosário Farmhouse, e na sua pessoa todos os técnicos e todas as técnicas, que dia após dia, e com as dificuldades que nós na 6ª Comissão verificámos, fazem o seu trabalho, para bem das crianças, que é algo que nos deve unir a todos. -----

----- Dizer-vos que na 6ª Comissão, e espelha bem aqui o Relatório que a Senhora Deputada Natalina Moura também apresentou, como chegámos à conclusão de uma série de oportunidades de melhoria, chamemos-lhe assim, nós não queremos chamar de problemática, queremos chamar oportunidades de melhoria, porque nós sabemos, de facto, de as dificuldades que existem no dia-a-dia no acompanhamento de todas estas situações, deparamo-nos com situações de excesso de casos para o número de técnicos que existem, deparámo-nos com situações de alguns problemas logísticos que também existem nas quatro CPCJ da zona de Lisboa e achamos que este Parecer, que este Relatório que foi aqui há pouco apresentado, revela que a Câmara tem três níveis de ação que tem que executar, uma ação a nível da sua competência, quero aproveitar para também aqui saudar a Câmara enfatizar que ano após ano, esses problemas da competência da Câmara, que são os problemas ligados aos equipamentos, aos problemas logísticos têm vindo gradualmente a ser resolvidos e quase diminuídos a zero a nível de problemas. -----

----- Mas também temos aqui outros dois níveis problemas, que há pouco a Teresa Craveiro também aqui falava, que a nível da responsabilidade. A Câmara tem a responsabilidade, porque tem também os mecanismos para dar outro tipo de contributo para a resolução das problemáticas que são tratadas nas quatro CPCJ da zona de Lisboa, tem quase 500 parceiros de uma rede social única que existe a cidade de Lisboa que tem que ser o pilar que aqui, que a Câmara e que o Pelouro dos Direitos Sociais têm o dever de criar o cimento para que possam contribuir para a resolução efetiva de muitas das problemáticas com que as CPCJ e que vários territórios da cidade de Lisboa se têm deparado, e também tem a responsabilidade a nível da incumbência, porque certamente que não é a Câmara que tem colocar os técnicos necessários, quer a nível do número, quer a nível da competência, nas CPCJ da cidade de Lisboa, mas tem o dever e a incumbência de junto das outras entidades, nomeadamente, da Segurança Social e da Misericórdia, de haver os número de técnicos suficientes para o número de casos que existem na cidade. -----

----- Da parte do Partido Socialista continuaremos com este nosso papel fiscalizador, porque também achamos que também temos a incumbência de o fazer, porque é um tema deveras importante e com uma importância transversal, como foi que refletido no Relatório que a Senhora Deputada Natalina Moura aqui nos leu. Muito obrigado.”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Senhores Deputados, esta é a última intervenção, não sei se a Câmara Municipal de Lisboa quer intervir, se o Senhor Vereador quer usar da palavra, falará depois da Senhora Deputada Isabel Pires e depois passaremos às votações.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, cumprimentar todos e todas aqui presentes e cumprimentar também a Senhora Presidente da Comissão Nacional que pode aqui estar presente para este debate específico, que é um debate importante a questão dos Relatórios das CPCJ e o trabalho que é feito pelas CPCJ, é um trabalho muito relevante na cidade de Lisboa, mas também a em outros locais e, portanto, parece-nos também que o mapeamento destas situações, os relatórios permanentes, e o acompanhamento e fiscalização também que a própria Assembleia Municipal faz são relevantes.-----

----- Sabemos que a situação das crianças em Lisboa, em Portugal no geral, mas em Lisboa também sofreu bastante, especialmente nos anos de maior empobrecimento e política de empobrecimento dos anos da Troica e, portanto, isso também teve uma influência muito grande o tipo de políticas que são necessárias, nas análises que se fazem sobre essas situações e nas políticas que depois são propostas para resolver estes problemas e, portanto, a cidade de Lisboa também nesta área da proteção de crianças e jovens acabou por ter um acréscimo muito grande, como que nós sabemos o como os dados infelizmente indicam, de situações para responder, e isso está de alguma forma a ser feito. -----

----- Relevamos também aqui neste debate e também no seguimento daquilo que é feito pelo relatório da 6ª Comissão, o trabalho importante que é feito por estes profissionais, pelas CPCJ, que enfrenta dificuldades, sabemos disso, enfrenta dificuldades, seja do ponto de vista dos recursos humanos, que poderiam ser sempre a mais para estas situações, mas também a necessidade permanente de existir uma articulação em rede entre as várias organizações, também não é um desafio fácil, mas ele está a ser feito, tem-se verificado também melhorias bastante significativas desse ponto de vista, que também o Relatório indica e relativamente às Recomendações que iremos votar de seguida também acompanhamos obviamente as Recomendações que são feitas pela 6ª Comissão, relevando aqui também que as CPCJ têm em cada vez mais, e devem ter um papel cada vez mais importante na prevenção em diversas áreas, seja na área da violência doméstica, do abandono escolar, na prevenção dos maus-tratos na infância, em que aí a o Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa já há algum tempo tem tido um papel em políticas de prevenção de todas estas matérias, porque a prevenção acaba por ser um grande passo para a resolução depois mais tarde, de muitos problemas e, portanto, parece-nos importante manter também esta linha que tem sido seguida, e obviamente, reforçar aquilo que foi identificado

pela 6ª Comissão como sendo pontos onde se onde são precisas melhorias, e onde também a Assembleia Municipal de Lisboa tem um papel a desempenhar, seja na fiscalização, seja na Proposta que é feita aqui e na qual votaremos a favor.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, havia mais uma pessoa inscrita, que não tínhamos aqui na lista, mas vamos dar a palavra seguidamente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus, do PSD.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Funcionários, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Público presente.-----

----- Queríamos antes do mais congratular o trabalho de todos os intervenientes que fazem parte das CPCJ, a alargada e restrita nacional, e por isso agradecer a presença da Doutora Rosário Farmhouse, bem como todo o trabalho desenvolvido pela Relatora, a Deputada Relatora Natalina Moura e também um agradecimento ao Presidente da 6ª Comissão, David Amado, por todo este trabalho a que se dedicou, que foi muito, muito pertinente e muito importante. -----

----- No decurso destas Comissões que nós fomos ouvindo, nós ouvimos as quatro, ouvimos o representante da Santa Casa da Misericórdia, da Segurança Social e do Senhor Ex-Vereador Ricardo Robles, concluímos com estas audições que existe uma enorme carga de processos, resultado da falta de técnicos especializados, com a agravante dos técnicos que existem não estarem todos a tempo inteiro, pois temos técnicos que estão a 20% do tempo, por isso importa ter um olhar atento às Comissões, não podemos permitir que uma Comissão como a Norte, comporte um elevado número de processos, sendo que cada técnico tem à sua responsabilidade 100 processos, isto cria uma pressão tremenda! -----

----- Falamos de crianças e jovens que se encontram em situação de perigo e devem ser adotadas medidas que reduzem o risco destas crianças, para isso importa ter técnicos especializados e a formação é imprescindível! Não basta um reforço de técnicos, porque técnicos sem formação implicam uma rotatividade constante por falta de perfil, pondo em causa a boa gestão corrente, acabando por atrasar ainda mais os processos. -----

----- Foram algumas as reclamações que constatámos nas audições, mas, sem dúvida aquela que mais sobressaiu foi a falta de técnicos especializados com perfil para estas funções, importa verificar também a existência do equipamento informático, pois em algumas comissões estes equipamentos estão obsoletos, houve comissões que se queixaram da falta de luz, da falta de botões de emergência. -----

----- Também é certo que se fez notar que muitos processos ficam parados dado o excesso de burocracia, o número de intervenientes que deles fazem parte e também muitos destes processos estão dependentes de autorizações dos próprios, o que vai

implicar também aqui algum atraso, no entanto, importa acima de tudo continuar e a acompanhar estas comissões que merece o maior respeito, por isso, o grupo Municipal do PSD irá acompanhar, com é óbvio, a Recomendação e o Parecer apresentado pela 6ª. Comissão. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada senhora Deputada.-----

----- Agora sim damos a palavra ao Senhor Deputado Manuel Grilo para poder também intervir no Debate, faça o favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Caros Colegas.-----

----- No âmbito do Pelouro dos Direitos Sociais, e da Educação também, há claramente o compromisso de continuar a implementar um plano de ação, o plano de ação Lisboa, Cidade Amiga das Crianças, validado, aliás, pela Unicef, para promover a melhoria das condições de vida das crianças e famílias na cidade e fomentar a sua participação da resposta política.-----

----- Isto é importante, porque há que agir também sobre as questões do ciclo da pobreza, como aqui muito bem assinalaram, e é aí muitas vezes se colocam estas questões.-----

----- Reconhecemos a importância para a cidade do trabalho contínuo a nível da prevenção e da proteção, o acompanhamento regular que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens têm feito a um conjunto de situações que lhe são presentes e percebemos claramente que é necessário garantir este compromisso da Câmara Municipal de Lisboa nas boas condições de funcionamento das CPCJ.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa garante, aliás, 3 técnicos por cada CPCJ, todos a tempo inteiro, com perfil adequado, é um compromisso garantir condições de funcionamento a nível dos recursos humanos, e queremos com isto responder com toda a clareza, que aceitamos aqui o desafio de garantir este compromisso, a renovação deste compromisso de garantir condições físicas, todas as condições possíveis de mobilizar por parte da Câmara Municipal de Lisboa, para o bom funcionamento das CPCJ.-----

----- Aceitamos também o repto que aqui nos foi lançado, e bem, de mobilizar os parceiros da rede social no sentido de ampliar estas respostas da CPCJ. Só queria fazer aqui também um pequeno reparo em relação à CPCJ Centro, é verdade que houve alteração da sede desta CPCJ, da Junta de Freguesia de Arroios para a Junta de Freguesia de Santo António e que isso levou a que, durante algum tempo, não fossem efetuados pagamentos pela Junta de Freguesia aos técnicos.-----

----- Esta situação na qual nos empenhámos totalmente já está completamente resolvida, creio que a partir desta segunda-feira. E, portanto, foi uma situação indesejável, indesejável de facto, ela decorre desta transição de sede, mas está neste momento completamente resolvida.-----

----- Quanto ao resto, agradecer à 6ª Comissão o seu Relatório, as suas reflexões, agradecer igualmente à Doutora Farmhouse, Rosário Farmhouse, aquilo que aqui nos trouxe, esta intervenção traçando este panorama sobre a situação da Comissão Nacional e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. -----

----- Dizer ainda que a Câmara Municipal de Lisboa está numa Comissão juntamente com a Santa Casa da Misericórdia e com a Segurança Social no sentido de ser revista, as zonas de influência das CPCJ e eventuais alterações que se venham a revelar necessárias. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim das nossas intervenções, chegámos ao fim deste Ponto, vamos então agora pôr à vossa consideração, temos duas Recomendações, a Recomendação apresentada pela 6ª. Comissão, que eu vou já de seguida pôr aqui à frente, a Recomendação apresentada pela 6ª. Comissão, que a Senhora Relatora Natalina Moura deu conhecimento a todos, tem 9 pontos, eu não os vou reler todos novamente, mas vou pôr à vossa consideração a Recomendação 37/01 da 6ª Comissão sobre os Relatórios de Atividades de 2017 das CPCJ de Lisboa. -----

----- **Recomendação 37/01 (6ª. CP)**, não tem votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 7 IND. **A Recomendação 37/01 (6ª. CP) foi aprovada por unanimidade e aclamação.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Proponho uma salva de palmas pelo trabalho que representam estes Relatórios. - Muito obrigada Senhores Deputados.-----

----- Agora uma segunda Recomendação, esta é dirigida à Câmara Municipal de Lisboa também, mas especificamente apresentada pelos Deputados Independentes, assinam Joana Duarte, Miguel Graça Alberto Franco, Ana Gaspar e Maria teresa Craveiro, e que solicitam ao Pelouro dos Direitos Sociais que forneça o ponto de situação da implementação das Recomendações, que que agora estivemos a apresentar a e a aprovar, e que o Pelouro dos Direitos Sociais acompanhe a situação laboral especificamente na CPCJ Centro relativamente ao pagamento de honorários, foi um problema que se identificou e que gostaríamos que houvesse diligências da Câmara no sentido de resolver esta questão, vamos pôr à votação esta Recomendação.” -----

----- **Recomendação 37/09 (IND)**, apresentada no âmbito do Debate sobre os Relatórios de Atividades das CPCJ de Lisboa, não há votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **A Recomendação 37/09 (IND) foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados resta-nos agradecer a presença da Senhora Doutora Rosário Farmhouse, agradecer presença das Presidentes das CPCJ,

CPCJ Oriental, Doutora Paula Martins; da CPCJ Ocidental Doutora Antónia Pereira e agradecer mesmo aos que não podemos estar presentes, a todos os vossos colegas, às vossas equipas, às outras CPCJ, agradecer o vosso trabalho e puderam testemunhar que a Assembleia Municipal acompanha esse trabalho com bastante preocupação e bastante carinho e queremos continuar a fazê-lo, e bom trabalho para todos, e muito obrigada. -----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados terminámos este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 5- DECLARAÇÕES POLÍTICAS, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J – MÁXIMO 5 HORAS;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora a iniciar as Declarações Políticas, eu vou lembrar aos Senhores Deputados qual é o formato das Declarações Políticas, para que não haja dúvidas sobre a forma como isto se passa. -----

----- Vamos lá lembrar e recordar a todos, os Senhores Deputados inscreveram-se no início da respetiva Sessão, estão inscritos Deputados de todos os Grupos Municipais e julgo que também Independentes, lá chegaremos, daremos a palavra pela ordem de inscrição. -----

----- Cada Deputado tem 8 minutos para fazer a intervenção inicial da respetiva Declaração Política, a seguir a esse 8 minutos, todos os Grupos ou Independentes podem fazer as perguntas ou pedir esclarecimentos, ou fazer considerações sobre a Declaração Política e têm 15 minutos para intervir sobre as Declarações Políticas todas, portanto, têm que gerir o vosso tempo, para se quiserem intervir às Declarações Políticas dos outros, gerirem estes 15 minutos. -----

----- Quando quem fez a Declaração Política tiver pedidos de esclarecimento ou intervenções neste espaço a seguir, tem 4 minutos para fazer a declaração final, se ninguém pedir a palavra para fazer qualquer pedido de esclarecimento ou qualquer intervenção esses 4 minutos não têm lugar. -----

----- Portanto é assim que funciona, lembrar à Câmara também que a Câmara tem 30 minutos para responder aos esclarecimentos, mas não tem que os usar no fim, a Câmara introduz o seu tempo em cada Declaração Política, quando entender que é oportuno, terá que gerir, são 30 minutos. -----

----- Quem encerra o Debate, na última Declaração Política será o Deputado que a fez ou o Grupo Municipal que a fez, para fazer a sua intervenção final. -----

----- Vamos agora dar a palavra, peço que ajudem a Mesa nesta dinâmica, e vamos dar a palavra por ordem de inscrição, quem é o primeiro Partido inscrito? -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Costa está a pedir a palavra para? Para um Interpelação à Mesa. Faz favor, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente o Regimento tem mesmo destas dinâmicas, e sucede que temos já um ponto agendado com uma Proposta, da minha autoria, sobre alojamento

local, e temos uma outra Recomendação apresentada devidamente em Sede de Declarações Políticas pelo conjunto de Cidadãos Independentes, de Deputados Municipais Independentes, que aqui está.-----

----- Eu julgo que a Assembleia ganharia, e eu prescindiria da inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos se as duas Propostas fossem discutidas neste mesmo momento e a título excepcional também o conjunto de cidadãos que exercem o mandato como Independente apresentam um documento, pese embora deva ser regimentalmente uma Moção e uma Recomendação, eu julgo que o debate e a Assembleia só ganhariam, quer em economia tempo, quer em apreciação, se a apreciação das Propostas fosse conjunta e requeria isso à Mesa ou ao Plenário, seria para economizar trabalho.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado eu não vou alterar agora a Ordem de trabalhos, porque isso agora implicava-me aqui alguma dificuldade de gestão na Mesa, mas, naturalmente o Senhor Deputado falando com os Senhores Deputados Independentes poderá usar algum tempo dos Independentes para apresentar agora, neste momento das Declarações Políticas, se houver oportunidade de ter um pouco de tempo para apresentar o seu ponto, e depois votaremos em conformidade, mas eu alterar neste momento a Ordem de Trabalhos, tenho alguma dificuldade em fazê-lo, porque isso cria-me aqui, já é difícil gerir as Declarações Políticas com dez forças políticas, sendo que uma das quais é um conjunto de Deputados Independentes e depois alteramos, é muito difícil para a Mesa!-----

----- Pedia que tivesse também compreensão para a dificuldade do nosso papel, embora compreenda o seu ponto.-----

----- Vamos começar as Declarações Políticas e o Senhor Deputado verá aí com os senhores Deputados Independentes, enfim, se quiserem fazer a um acordo sobre a moção que está pendente sobre o mesmo assunto, podem tratar disso aí diretamente da Bancada.-----

----- Vamos dar a palavra para a primeira Declaração Política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, Isabel Pires.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Obrigada Senhora presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Membros do Executivo, Público presente.-----

----- Em primeiro lugar, o bloco de esquerda gostaria de saudar o município por acolher 27 refugiados do Aquarius. Num momento em que os impasses na ação rápida da União Europeia deixam milhares à sua sorte no meio do Mediterrâneo, a coragem que as pessoas que diariamente trabalham no Aquarius é de relevar, bem como é de saudar os países e as cidades que acolhem estas pessoas.-----

----- A saga do ‘Aquarius’ II é, aliás, exemplar da desumanização da vida e da política na União Europeia. Um navio que salvou milhares de vidas - cerca de 30 mil em dois

anos e meio - e que registou e denunciou crimes cometidos contra os direitos humanos de migrantes e refugiados vê-se agora literalmente à deriva. Por pressões do governo italiano, nenhum governo se atreve a oferecer uma solução. A semana passada um grupo muito diverso de cidadãos e cidadãs portuguesas lançou uma petição para que o governo português não siga o mesmo caminho de indiferença e lhe atribua a bandeira nacional. -----

----- Seria uma solução importante, e que faria parte de um caminho correto que Portugal tem no acolhimento a migrantes e refugiados. Numa altura em que o fascismo cresce cada vez mais, na Europa, mas também na América do Sul, todos os sinais e políticas que vão no sentido contrário são necessárias e urgentes. -----

----- Em segundo lugar, há um tema que continua a ser incontornável na cidade de Lisboa, e que esteve, aliás, presente em todo o discurso do presidente da Câmara na cerimónia das comemorações do 5 de outubro: habitação e especulação imobiliária. É um dos temas mais em cima da mesa do debate político e assim deve ser; deve ser assim porque durante muito tempo, demasiado tempo, quem governa a cidade quis ignorar os efeitos perversos combinados do aumento do turismo sem regras e da existência de mecanismos fiscais que promovem a especulação imobiliária no nosso país. -----

----- Durante muito tempo se quis ignorar que havia um problema ou sequer se quis abrir um debate em que se pudessem pensar medidas preventivas a longo prazo. Isto não aconteceu por vontade do Bloco de Esquerda, que apresentou, nesta Assembleia, várias propostas no sentido de lançar este debate, pelo contrário. Mas, hoje, é um debate urgente, que peca por tardio e pela consecutiva falta de vontade política de mudar radicalmente o paradigma das nossas cidades no que toca à habitação, com especial enfoque em Lisboa. -----

----- Mas vamos por partes. Sobre o grave problema da habitação e as soluções necessárias. Muitas delas têm sido discutidas e até votadas no parlamento ao longo dos últimos meses; é um trabalho demorado, mas cujos resultados têm sido atrasados sucessivamente. E quando chega a altura de votar, há soluções chumbadas que poderiam já estar a ajudar milhares de pessoas. -----

----- 1- Moratória aos despejos: A solução aprovada no parlamento foi muito curta; não era a única em cima da mesa. Mas a proposta de uma moratória aos despejos para todos e todas, do Bloco de Esquerda, foi rejeitada. A proposta implementada é limitada, como aliás já se começa a verificar: os despejos continuam, as pessoas que supostamente são mais vulneráveis e deveriam ser protegidas não o estão a ser. Aliás, ainda recentemente foi indicado que, uma grande fatia dos pedidos de ajuda, que chegam à linha SOS despejos, são de pessoas acima dos 65 anos de idade. A proposta aprovada no parlamento do PS demonstrou ser curta demais face ao problema existente. -----

----- 2- Direito de preferência: Uma proposta com um percurso interessante, mas que apesar do veto do presidente da república conseguiu chegar a bom porto. Ainda assim, no processo de reapreciação parlamentar, o PS quis retirar o impedimento de se invocar a não realização do negócio como prejuízo apreciável para o exercício do



direito de preferência, ou seja, que a não concretização do negócio não é razão para não se dar direito de preferência aos inquilinos. Ora, sem isto a proposta perderia uma parte considerável da sua eficácia. Com o texto final pronto, a proposta permite dar direitos efetivos aos inquilinos. Foi uma luta importante, o Bloco de Esquerda não lhe falhou. -----

----- 3- Fim do limite de endividamento dos municípios quando o investimento em causa é para habitação: Esta questão é absolutamente fundamental para os municípios e para concretizar uma política pública de habitação que possa responder à necessidade que existe de aumentar o parque habitacional público. Aliás, em declarações públicas do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e em audição no parlamento à vereadora da habitação de Lisboa, ambos corroboraram exatamente isso: esta proposta era essencial para os municípios, não se podia perder mais tempo. -----

----- Seria, por isso, expectável que a proposta tivesse sido votada favoravelmente pelo PS. Não foi assim. Nesta matéria juntou-se a PSD e CDS para chumbar algo que supostamente considerava essencial para os municípios, incluindo Lisboa! -----

----- São, portanto três exemplos em como não são as forças à esquerda do PS que têm faltado ao compromisso, pelo contrário. O trabalho legislativo nunca é fácil, mas neste caso ele é absolutamente essencial e urgente para a vida de muitas pessoas. E, no entanto, os bloqueios para se avançar mais e para propostas estruturantes e corajosas têm sido constantes. -----

----- Concordamos com o senhor presidente quando diz que é, em grande parte, tarefa do parlamento, mas lançamos o apelo ao contrário: o PS tem que decidir se quer, mesmo, responder aos problemas e encontrar soluções ou quer manter uma política de propostas cirúrgicas, que não atacam a raiz do problema e protelando soluções, não basta virmo-nos queixar dos outros quando nós próprios na prática não fazemos aquilo que dizemos que concordamos. -----

----- Para essas soluções, cá estamos, cá temos estado e cá estaremos, como se tem verificado. -----

----- Mas há um outro problema, este mais focado na cidade de Lisboa. Se há uma necessidade por parte do presidente Fernando Medina em que o parlamento avance rapidamente com as alterações legislativas...essa necessidade não é compatível, de todo, com a política urbanística do vereador Manuel Salgado. -----

----- Não é compatível porque lança mensagens políticas completamente opostas, não é compatível porque o dever da Câmara Municipal de Lisboa, neste momento, é de combater a especulação imobiliária, não fomentá-la como está a ser feito com a proposta existente para o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente. -----

----- Em julho do ano passado Manuel Salgado propôs a alteração do uso de oito imóveis na zona da Avenida da Liberdade. São propriedades grandes e na sua maioria classificadas na área mais cara da cidade de Lisboa. O vereador do urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa propôs uma alteração urbanística, aparentemente simples, que tem como resultado a criação de uma mais-valia potencial superior a 134 milhões de euros. -----

----- De um momento para o outro, graças a uma desafetação de uso, os imóveis que no conjunto não valeriam mais de 68 milhões de euros passam a valer mais de 202 milhões. -----

----- Este tipo de alterações que criam milhões em valor para os seus proprietários e alimentam a especulação imobiliária. Ora, com a existência de uma bolha no mercado imobiliário da cidade de Lisboa seria aconselhável maior prudência, já que adicionar operações urbanísticas que favorecem a especulação imobiliária e criam fortunas de um dia para o outro é deitar gasolina no fogo.-----

----- De novo, este tipo de opções não é compatível com a suposta preocupação em responder aos problemas de habitação da cidade ou à especulação imobiliária. Por isso, nesta Declaração Política o Bloco de Esquerda deixa, novamente, o alerta para as opções para a cidade e deixa o compromisso que sempre teve: com a defesa do direito à habitação, sempre, em todos os locais e em todos os momentos.-----

----- E teremos proximamente mais uma oportunidade para que o PS demonstre que de facto está comprometido com a defesa do direito à habitação, nomeadamente na proposta do fim do limite de endividamento dos municípios, quando o investimento em causa é para a habitação, que já foi dito por vários membros do executivo que é absolutamente essencial, terão então o momento para relativamente ao Partido Socialista votar favoravelmente no Orçamento de Estado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, pergunto se alguém quer suscitar alguma questão, com a senhora Deputada Isabel Pires? Não vejo ninguém a pedir a palavra, está o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, faça o favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito boa tarde a todos. Eu quero ser suficientemente curto para dizer o que há para dizer, não expandindo demasiado aquilo que me parece que é o tom, que não interessa nada esta discussão. -----

----- Em grande medida e é preciso ter consciência sobre esta matéria que foi, aliás, o que o Presidente Medina referiu nesse discurso a que o Bloco de Esquerda se refere. Este é um problema que não há nenhuma dúvida para ninguém, a não ser para aqueles que querem fazer demagogia sobre esta matéria, é um tema internacional. Basta olharmos para o conjunto de dados que existem sobre a subida dos preços da habitação, quer seja na sua construção, quer seja para arrendamento por esse mundo fora para percebermos que se trata de uma situação muito especial, em que com taxas de juro baixas e grande disponibilidade de capital, os capitais resolveram a investir como, aliás, penso que já há várias situações na história, em que podemos de a encontrar esta situação, os capitais apostaram no imobiliário e, portanto, encontrando uma série de países em que essa disponibilidade existia, até nomeadamente que o nosso por termos saído de uma crise ou estarmos a sair de uma crise e, portanto, a possibilidade de com maior facilidade se especular em cima do imobiliário das

-----  
----- cidades principais e um pouco por todo o país, mas com principal incidência em Lisboa e Porto, em algumas cidades limítrofes e Algarve. -----

----- Portanto não vale a pena estar a tentar dizer que este tipo de situações são provocadas pela política seguida ao longo dos últimos anos, porque eu recorro à Senhora Deputada que há uns anos atrás, não muitos, 3 ou 4, o que acontecia era que esta cidade tinha uma série de edifícios em ruína, uma cidade que em que o centro estava a desertificar e não era certamente por falta de incentivos à reabilitação, que esta situação existia, era exatamente porque não havia atratividade nem confiança de quem podia investir nesta recuperação que não o fazia e, portanto, digamos, que mudámos muito rapidamente de uma situação para a outra. -----

----- O que o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, disse no 5 de Outubro é muito claro, esta situação não se resolve ao nível Municipal, nós podemos encontrar um conjunto de políticas que estamos a seguir, como sabe, tão bem como nós, todo o esforço que o Município está a fazer de centenas de milhões de euros para atuar nesta área da habitação, já o vinha fazendo ao longo dos últimos anos, e está a reforça-lo, mas não se combate a esta situação e este problema com medidas estritamente locais, elas têm que ser nacionais, e aí vem a responsabilidade de todos aqueles que na Assembleia da República, nomeadamente a Senhora Deputada Municipal, têm que encontrar, têm que encontrar aquilo que são as políticas a adotar para combater esta situação a nível nacional com políticas nacionais, e que o Senhor Presidente disse é que já basta de demora sobre esta matéria, é preciso que os partidos encontrem a plataforma de entendimento para que possam atuar sobre esta matéria e, portanto, não é com radicalismos, não é com ocupações, não é com nacionalizações, que vamos resolver este problema, portanto, neste tem lógica de mercado, quem não pensar assim, não vai conseguir atuar sobre este assunto. Muito obrigado Senhor Presidente.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -----  
----- “Quem mais é que pede a palavra? O Senhor Deputado Rui Costa pede a palavra, microfone ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora Deputada Isabel Pires, genericamente de acordo com a sua intervenção, e queria-lhe colocar uma questão simples, que talvez avive a memória do debate que aqui se está a fazer, porque quantas vezes é que o Bloco de Esquerda propôs já os limites, a exceção do crédito Municipal dos limites de endividamento para investimento em habitação, quantas vezes é que o PS rejeitou essa solução na Assembleia da República e se porventura se recorda da mesma constar do programa do Governo da Cidade como medida a diligenciar junto da Assembleia da República? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -----  
----- “Muito obrigada, penso que não há mais intervenções aqui, não tomei a devida nota, mas já vamos corrigir o tempo que consumiu, porque tem que gerir o tempo dos Independentes de acordo com o Regimento e a Senhora Deputada Isabel Pires tem 4 minutos que a sua intervenção final. Microfone à Senhora Deputada Isabel Pires.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a sua intervenção final:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Agradecer ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, as questões e as considerações aqui feitas, porque, de facto, elas notam apenas eu isto é um debate que continua em cima da Mesa e politicamente é relevante trazermos isto, isto mas há três questões sobre a sua intervenção que para nós são essenciais.-----

----- Disse que estaríamos talvez aqui a fazer um exercício de demagogia, o único exercício de demagogia que aqui existe é quando se proclama que se defende uma determinada medida, mas depois se vai votar contra essa mesma medida, e foi isso exatamente que nós aqui quisemos trazer, para que se clarifique o debate e para dar a atenção de que é preciso sermos consequentes com aquilo que dizemos! Da parte do Bloco de Esquerda, estamos sempre abertos a ser consequentes, aliás, temos sido consequentes com aquilo que propomos, mas, na verdade, sobre um exemplo muito essencial, que é o fim do endividamento dos Municípios, quando o investimento em causa é para habitação.-----

----- Eu disse ali de cima daquela tribuna, foram declarações deste executivo, que disseram aqui em intervenções públicas, no próprio Parlamento, que é uma Proposta essencial para os Municípios e antes do final da Sessão legislativa o Partido Socialista votou contra essa mesma Proposta e, portanto, é isso que tem de se colocar em cima da Mesa e é sobre a consequência das nossas Propostas e da nossa política que nós temos que fazer o debate, não é sobre demagogia nem sobre se queremos ou não, de facto, ter uma política pública para a habitação, porque, de facto, poderemos fazer aqui a história sobre o que é que o capital faz ou não faz, sobre as opções dos mercados imobiliários, sobre a especulação imobiliária, mas, de facto, se não houver política pública que trave de alguma forma os efeitos perversos deste tipo de investimentos, não vamos ter qualquer solução e, obviamente que essas soluções são de nível nacional, nunca dissemos o contrário, aliás, novamente recordo, é isso que estamos a fazer e temos que perceber quem é que está a bloquear estas soluções e que é que não está, de novo, temos que ser consequentes com aquilo que defendemos, porque senão somos consequentes com aquilo que defendemos em todos os locais quem vai sofrer e quem vai continuar a sofrer, são as pessoas!-----

----- E para terminar, porque se falou da desertificação do centro da cidade de há uns anos atrás, e a desertificação do centro da cidade de hoje em dia? Essa é que é a questão! É que nós temos Freguesias do centro da cidade, onde já há muito menos cidadãos a morar lá e cidadãs, do que havia há uns anos atrás, exatamente porque as pessoas estão a ser expulsos, por causa dos processos de tudo especulação imobiliária e, portanto, novamente o apelo que nós queremos aqui deixar com esta declaração política e achamos que é importante trazer sempre a este debate, seja aqui, seja no Parlamento, e estamos sempre disponíveis para o fazer, não na base da demagogia, mas da base da consequência política daquilo que propomos! Porque as pessoas não podem continuar à espera de que atraso atrás de atraso, atrás de atraso, em votações no Parlamento, que as suas situações não fiquem resolvidas e que não exista uma

política pública que pare a especulação imobiliária de uma vez por todas! Isso sim é uma tarefa de todos e todas nós, com certeza, mas isso verifica-se na altura do voto, e é esse o alerta que nós queremos deixar!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, eu tenho o dever de dar alguma informação, não interviro antes porque não posso interferir nos debates, como é evidente, mas há informação que é útil para os Senhores Deputados em relação a esta matéria, e a informação útil é que o conjunto de 24 Diplomas, em matéria de habitação, que estão pendentes de votação na Assembleia da República vão começar a ser votados indiciariamente no grupo de trabalho na próxima quinta-feira, concluir-se-á a votação na semana seguinte e serão levados a Plenário se as votações naturalmente forem conclusivas, serão levados a Plenário ainda antes de começar a discussão do Orçamento de Estado, ou seja antes do dia 26 de Outubro. -----

----- É importante isto porque falou-se em urgência, falou-se que a Assembleia não está a fazer, e como isto está ao meu alcance, e sou Deputada e sou eu que coordeno este grupo de trabalho, acho que esta informação é útil para os senhores Deputados. ---

----- A outra informação que eu gostaria de dar é apenas acrescentar ao que a Senhora Deputada Isabel Pires disse, que a Presidente da Assembleia Municipal é também Deputada na Assembleia da República, votou a favor de, aliás, apresentei uma Proposta e votei a favor da questão do endividamento dos Municípios poder ser alargado, não tive a companhia do Grupo Parlamentar do PS nessa matéria, e também votei a favor em matéria do direito de preferência da solução que protege as vendas em bloco, protege os inquilinos nas vendas em bloco, também não tive a companhia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas, como sou Presidente da Assembleia Municipal, gostaria que tivessem conhecimento destas votações! -----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ A Senhora Deputada Ana Mateus, do PSD.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Mais uma vez boa tarde, apresento os cumprimentos. -----

----- O Governo deu início ao processo de avaliação do regime jurídico da segurança privada. Contrariamente ao que se passa na maioria dos países europeus de referência, Portugal continua a restringir a segurança privada à gestão do negócio das empresas de segurança privada. -----

----- Portugal deve refletir num regime jurídico que se foque na segurança dos privados, mas, como complementar e subsidiária da segurança pública. Estes especialistas podem simultaneamente ajudar a regular negócio de segurança privada, monitorizando os serviços de segurança que contratam, denunciando ilegalidades e más práticas. -----

----- Em apreciação à Proposta de alteração à Lei 34/2013, de 16 maio, importa destacar alguns artigos que apesar de estarem a ser discutidos na Assembleia da

República devem ser devidamente analisados, destaca-se particularmente as entidades cujas características ou serviços prestados, que possam ser considerados de risco para a segurança e ordem pública, podem ser obrigados a adotar medidas de segurança por período não superior a 180 dias, e estabelecidos por despacho de membro do Governo. -----

----- Ora tal limitação temporal, trata-se de um bloqueio à segurança pois, na verdade, nem riscos nem ameaças podem estar sujeitos ao cumprimento dos prazos e condicionado ao despacho do Governo. -----

----- Também a referida Proposta de alteração ao diploma prevê que só os serviços celebrados por organismos públicos responsáveis pela gestão de instalações classificadas, como infraestruturas críticas, ou pontos sensíveis, Banco de Portugal, imprensa Nacional da Casa da Moeda, devem ser acompanhadas de especiais medidas de segurança. -----

----- Importa pois que esta Norma também seja estendida a todas as entidades com as suas atividades sejam essenciais para a manutenção de funções vitais para a sociedade, com uma saúde, a segurança e o bem-estar económico e social, e cuja perturbação ou destruição tem um impacto bastante significativo nessas mesmas funções. -----

----- Relativamente às revistas pessoais de prevenção e segurança, a mesma Proposta deve abranger também o acesso aos recintos de espetáculos, permitindo assim aos assistentes destes recintos, o recurso a equipamentos de deteção de metais explosivos e a realização de revistas intrusivas que devem passar também a ser permitidas no controlo de acesso aos espaços, devendo ser contempladas na Proposta de alteração ao Diploma. -----

----- Portugal importa pois a bem da nação ter uma segurança privada, como um serviço fundamental e complementar para a segurança nacional, devendo assim ser estabelecida a obrigatoriedade da existência departamentos de segurança, permanentes ou temporários, a todas as empresas e instituições públicas ou privadas e eventos que pela sua natureza ou dimensão aconselham a adoção de medidas preventivas para evitar ou atenuar consequências graves para as pessoas e ou bem, que podem até constituir alarme social. -----

----- Os criminosos também frequentam tribunais, hospitais, hotéis, museus, os grandes centros logísticos e de distribuição, embora maioritariamente privados são de acesso público. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere aprovar a presente Moção e seja a mesma enviada aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo, e seja dado conhecimento da presente Moção ao Ministro da Administração Interna, à Secretária de Estado da Administração Interna e ao Presidente da Associação dos Diretores de Segurança de Portugal. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Pergunto quem é que quer intervir a propósito da intervenção, desculpem, a Senhora Deputada Ana Mateus, utilizou e deixou ainda 4 minutos e 29 e temos uma segunda intervenção, mas não pode depois fazer intervenção mais a adiante. Não quer intervir agora? Muito bem. -----

----- Então agora vamos perguntar quem é que quer interpelar o PSD? O senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda, o Senhor Deputado Fernando Correia, do PCP, e o Senhor Deputado Manuel Lage, e o Senhor Deputados Miguel Graça, há quatro intervenções, portanto, eu volte a repetir: Ricardo Moreira, Fernando Correia, Manuel Lage e Miguel Graça para fazerem interpelação ao PSD.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Ricardo Moreira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, era precisamente sobre isso, nós sem querer avaliar a Moção, tendo em conta que nada disto é da competência da Assembleia Municipal de Lisboa, eu creio que se enganaram no local de entrega desta Moção, queria só que esclarecessem porque, de facto, me parece que isto é da Assembleia da República e não da Assembleia Municipal de Lisboa, portanto, o seu a seu dono, isto não é daqui. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos passar agora ao Senhor Deputado Fernando Correia, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Bem, esta questão de facto tem a ver com a promoção das empresas privadas de segurança, não é? Que fazem o negócio nesta área e com a promiscuidade que se conhece, com ex-militares, ex-polícias, sócios gerentes, donos de empresas privadas de segurança, enfim, a promiscuidade agora parece que já passou para outra área da segurança, mas aqui é há muito tempo conhecida, e são há muito tempo também conhecidas as confusões e os problemas que têm acontecido nesta Cidade.-----

----- Portanto, trata-se de uma Moção securitária a entrar em áreas que podem pôr em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, constitucionalmente garantidos e, portanto, obviamente, votamos contra.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada, tem a palavra agora o Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Ana Mateus. -----

----- Creio que como já aqui ficou expresso pelo nosso colega do Bloco de Esquerda há aqui algum equívoco por parte do Partido Social Democrata.-----

----- Esta semana o Partido Social Democrata da Assembleia Municipal. Decide brindar-nos com um tema que aliás reconhece perante a Moção, ainda estar em discussão na Assembleia da República e, portanto, está em discussão na Assembleia da República, portanto, o PSD de Lisboa, da Assembleia Municipal, que aparentemente não tem ligação com o PSD de Lisboa que na Assembleia da República, ou com o PSD Nacional, decide trazer-nos aqui um pedido para que nós, Assembleia Municipal vamos junto da Assembleia da República onde o PSD Lisboa da Assembleia Municipal não deve ter interlocutores para que nós então possamos agir em seu nome, a verdade é que um até podemos fazê-lo, mas também nós aqui na Assembleia Municipal gostaríamos que houvesse alguma reflexão sobre esta matéria, portanto, que não nos cingisse-mos a 2 ou 3 páginas sobre esta matéria, que parece ser uma matéria que suscita algumas questões e, portanto, aquilo que talvez fosse útil, era que uma Comissão que existe, aliás presidida pelo PSD Lisboa na Assembleia Municipal, por um Deputado dessa bancada pudesse debater este tema, porventura, mas não foi essa a proposta, vocês foram mais longe e foram logo para “Vamos já propor que haja alterações legislativas a uma questão que ainda está a ser alterada no Parlamento e, portanto, naturalmente que há aqui uma grande confusão esta semana no PSD Lisboa, da Assembleia Municipal até junto do PSD Nacional na Assembleia da República e, portanto, gostaria que nos esclarecessem se esta semana é este o PSD Lisboa que vamos ter, e se para a semana podíamos ter um que pudesse propor por exemplo à 8ª. Comissão que nos apresentasse essa alguma coisa aqui para a Assembleia Municipal, que isso seria interessante até para discutirmos aqui na Cidade de Lisboa, o aspeto a segurança na Cidade e do papel dos agentes privados na segurança. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Agora o Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Microfone ao Senhor Deputado Miguel Graça se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, muito obrigado pela palavra.-----

----- Era para colocar também a mesma pergunta ao grupo Municipal do PSD, que já foi reafirmada também para alguns Deputados Municipais de outras forças políticas desta Assembleia, para já parece-nos que esta Proposta formalmente não parece pertencer aqui, no sentido em que propõe um conjunto de alterações legislativas à Assembleia da República que, de facto ainda estão em discussão e, portanto, gostaríamos que o PSD esclarecesse a razão pela qual as apresenta aqui, e isso faz-



nos, obviamente pedir, se tal possível, aliás, que o PSD pudesse retirar, parece-nos que esta matéria formalmente não nos parece ter aqui cabimento, fazíamos esse pedido ao PSD, senão obviamente, não poderemos votar a favor desta matéria, porque nós nem chegámos ainda à questão de análise do conteúdo, é que formalmente nem sequer nos parece lógico que ela seja aqui apresentada, ainda que tenham sido, obviamente, apresentadas no fundo de algumas opiniões válidas relativamente ao conteúdo, com as quais também nos identificamos. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Ana Mateus, para responder, ah, responde o Senhor.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou: -  
----- “É o Senhor Deputado Luís Newton manifestamente que vai responder.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra deu a resposta às seguintes interpelações: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, em primeiro lugar parece-me existir aqui uma grande confusão dos Senhores Deputados eleitos sobre a definição de Moção. -----

----- Em segundo lugar para saber também, diria eu Senhora Presidente, alguma esquizofrénico que o próprio Bloco já nos vem habituando, sobre “Ah e tal, somos nós a trazer matérias que dizem respeito à Assembleia da República”, como acabámos agora de fazer no âmbito da habitação, podemos discutir aqui na Assembleia Municipal, mas se é o PSD a trazer uma preocupação, que é de todos, na Cidade de Lisboa relativamente a uma matéria que está, neste momento a ser discutida pela Assembleia da República, e onde nós entendemos que é uma questão que não é estritamente partidária, razão pela qual quisemos que Lisboa, enquanto cidade, pudesse manifestar junto à Assembleia da República uma reflexão sobre esse tema, vem o Bloco de Esquerda a dizer “Ai não, não, esses temas não, porque esses temas são da Assembleia da República”. -----

----- Acresce também um facto que, enfim, vindo do PCP que não nos surpreende! O PCP recusa-se terminantemente a discutir este tipo de matérias, e nós isso compreendemos! Essas matérias para o PCP são fora da cartilha e, portanto, violam aquele que é o princípio de reflexão sobre a função de Estado, que nós também compreendemos. -----

----- Já sobre o Partido Socialista, o Partido Socialista vive um processo enorme de desorientação! Para além de desconhecer profundamente a definição de Moção, na sua intervenção diz que “não sabem se havemos de discutir, porque acham que isto é uma matéria da competência da Assembleia da República”, mas depois da final da intervenção já dizem que isto até é uma matéria que merece alguma reflexão, portanto, nós não estamos confundidos! O PSD de Lisboa é sempre igual a si próprio e continuará a defender os superiores interesses dos lisboetas, e junto da Assembleia da República, como também de outros órgãos de soberania, continuará na prossecução daquela que é a sua manifesta vontade de intervir em matérias que tenham influência direta sobre os cidadãos de Lisboa e a sua qualidade de vida e, portanto, nós não

abdiquemos em momento algum de ter participação nessa discussão, e instamos todos, mesmo até o próprio Partido Socialista, a ter aqui uma participação ativa, respeitando obviamente que não concordem com o que nós apresentamos, mas que, pelo menos se dignem a marcar presença na discussão, uma vez mais, reforço, não por motivos partidários ou de diferenças entre interlocutores, sejam eles na Assembleia da República, sejam eles na Assembleia Municipal, mas, inevitavelmente por aquilo que nos devia unir no final do dia, que é o superior interesse da comunidade que servimos, ou seja todos os lisboetas! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Terminámos a Declaração Política do PSD, vamos passar agora à terceira Declaração Política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Senhora Presidente, o MPT para esta sessão apresenta duas declarações políticas, a primeira efetuada por mim, a segunda será efetuada pelo meu colega Raúl Santos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhor Deputado desculpe, é só uma Declaração Política, pode é dividir o tempo, tem duas pessoas inscritas, é isso? Certo, obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra prosseguiu com a seguinte Declaração Política:-----

----- “Senhora Presidente, Caros Deputados, Público presente.-----

----- Apresentamos hoje uma Moção pela conclusão das obras de requalificação da Escola Artística António Arroio, Escola Secundária situada na Freguesia da Penha de França, onde os alunos almoçam no chão por falta de um refeitório, onde os professores improvisam reuniões nos corredores, onde o bar funciona num contentor velho, ainda há livros que ainda não foram desencaixotados porque a biblioteca não está pronta! A situação arrasta-se há 8 anos desde quando a Parque Escolar deu início a um processo de requalificação, a Escola Artística António Arroio, e se assistiu quer à falência do empreiteiro, quer à desistência de um outro, e chegamos assim a um ponto em que as obras se encontram estagnadas desde então. -----

----- O bar escolar funciona há 8 anos num contentor que apresenta preocupantes sinais de degradação. O facto de não existir um espaço com capacidade para receber toda a comunidade escolar à hora da refeição tem vindo a obrigar alguns alunos a almoçar nos corredores, e até na entrada da Escola, nos passeios junto à estrada. -----

----- Não nos parece que os sete micro-ondas existentes sejam a resposta adequada, neste sentido, a uma comunidade escolar de mil e duzentos alunos, alunos com uma carga horária exigente, que passam mais de 6 horas sem uma refeição quente e sem um local digno para se sentarem a comer o lanche trazido de casa, o que não é de todo

aceitável nos dias de hoje, em que tanto se fala em refeição as saudáveis e em qualidade na saúde das nossas crianças.-----

----- Para além disso o Plano de Emergência da escola, por ter sido delineado sobre um projeto de requalificação que nunca se concretizou, não pode ser executado, colocando em risco a segurança de toda a comunidade escolar.-----

----- Importa ainda referir que, desde a suspensão das obras, toda a área envolvente exhibe uma acumulação de detritos que promove a fixação de pragas, comprometendo a segurança e higiene de toda a zona envolvente e levando ao desconforto dos residentes daquela zona. Disse.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Raúl Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raúl Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----

----- “Boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público presente.-----

----- Se até há uns anos atrás as alterações climáticas e o aquecimento global eram vistos como uma ameaça, hoje são uma realidade cientificamente bem estabelecida. ---

----- Dada a urgência de respostas às sérias ameaças ao nosso planeta e às gerações futuras o MPT expressa aqui agora a sua profunda preocupação com a persistente desproporção entre essas ameaças e as respostas até agora dadas.-----

----- Branqueia-se a nível global a má gestão ambiental, joga-se com a falta de informação cientificamente credível dos meios de informação, manipula-se mesmo essa informação.-----

----- Vivemos num sistema de acumulação que inexoravelmente explora os recursos para além do limiar de sustentabilidade. O ressurgimento de discursos sobre o desenvolvimento sustentável, sejam eles de atores económicos, políticos ou outros, desempenham um papel desproporcional e prejudicial na cena pública. Não há desenvolvimento sustentável!-----

----- O crescimento com que o mundo desenvolvido alicia votos não é mais possível, a fórmula esgotou-se e é urgente mudar, mas mudar o quê? Salvar o planeta da catástrofe iminente passa por uma economia mais verde, mais solidária e mais fraterna, na perspectiva do direito à vida os recursos básicos essenciais não podem ser encarados como oportunidades de negócio, e os cidadãos não podem ser considerados potenciais clientes, é urgente passar de uma lógica de administração a uma lógica contratual entre o Estado e as comunidades locais, com os seus saberes e conhecimentos conjugados com as mais recentes aquisições na área da ecologia.-----

----- Lomborg conseguiu, com seu livro “Ambientalista Cético”, instalar certezas na cabeça de quem sempre desejou ter onde se agarrar para continuar a crescer economicamente, como as grandes multinacionais do petróleo, com análises aparentemente suportadas cientificamente, mas que não resistem é um olhar cuidado

de quem sabe, revelando-se então o conjunto falácias e de enviesamentos que constituiu uma das maiores manipulações, infelizmente de sucesso. -----

----- É fundamental uma gestão adequada dos ecossistemas e da biodiversidade, é crucial o combate coordenado aos níveis nacional e internacional, às graves situações de degradação ambiental. -----

----- As alterações climáticas estão aí, não há como negá-las, para quem duvida só há uma solução, ler, ouvir criteriosamente quem sabe, quem diz que sabe, ouvir todos os dados disponíveis, eles são evidentes no mar, sobretudo, porque este é ecossistema apresenta variações térmicas ligeiras quando comparadas com a terra firme, isto significa que os seres vivos que o habitam são muito mais sensíveis a pequenas variações térmicas, que os terrestres, o que motiva alterações na dinâmica das suas populações com espécies que vivem normalmente mais a Sul a serem encontradas cada vez mais a Norte, estamos num período interglaciar, logo num período de aquecimento, a matemática ajuda-nos a criar modelos que nos apresentam cenários futuros, que não são risonhos, especialmente se cruzados com a economia que temos, uma economia de acumulação e que usa pomposamente o termo desenvolvimento sustentável, quando nenhum desenvolvimento pode ser, se privilegiar ou incluir o crescimento baseado na exploração ilimitada dos ecossistemas, mas se não sabemos como evoluiu em tempo humano o período interglaciar, sabemos que o efeito de estufa, que permite a sobrevivência da biosfera só é possível graças a gases que, nessa mesma atmosfera, minimizam as perdas térmicas para o espaço, criando um ambiente que permite vida, vida esta que nunca teve de enfrentar o modo de estar da população humana que, desde 1850 sobrecarrega a atmosfera com gases que potenciam o efeito de estufa. -----

----- No *site* do Instituto Português do Mar e da Atmosfera pode ler-se, entre outras, que a temperatura média do ar tem estado a aumentar desde meados do século XIX, que a amplitude térmica diária está a diminuir desde 1946, por aumento das temperaturas mínimas e não das máximas, que os fenómenos atmosféricos extremos são cada vez mais frequentes, isso, infelizmente, sabemos em Portugal, mas também noutros países onde a devastação por incêndios é uma realidade, potenciada por uma gestão, eu diria que estúpida do coberto vegetal e das fileiras de produção, aqui erradamente continuamos a ouvir chamar florestas, e o que fazemos? O que fazem as sociedades ditas desenvolvidas? O que faz Portugal? Alegrementemente continuamos a procurar soluções no mesmo no mesmo modelo de economia, sem sequer equacionar adaptá-lo às evidências científicas, que a avaliação dos ecossistemas para o Terceiro Milénio, trouxeram a todos os governantes em 2006!-----

----- Dir-se-á que os políticos têm medo do conhecimento! Por isso, o Movimento Partido da Terra vai propor um debate, nesta casa, sobre alterações climáticas e sobre as suas implicações na gestão das cidades. Com a presença de especialistas e de cientistas com créditos firmados e avaliados pelos seus pares, porque o saber não ocupa lugar, e um político tem o dever de ouvir e questionar, quem sabe, pensar global mas agir local é urgente. Com este debate o MPT quer contribuir de uma forma

positiva para que possamos tomar decisões de uma forma ainda mais informada. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. A Mesa pergunta se algum Senhor Deputado quer fazer perguntas ou fazer alguma declaração sobre aquilo que acabaram de ouvir? A Senhora Deputada Ana Gaspar e tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar, microfone à Senhora Deputada. -----

----- Quando eu faço esta pergunta se alguém quer intervir. é naturalmente para a Câmara, portanto, a Câmara se quiser intervir terá que me fazer sinal.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas, só para fazer uma pergunta muito breve ao MPT, parece-nos muito importante que tragam aqui à coação novamente a Escola Artística António Arroio, ainda artística e única no país. -----

----- A minha questão, muito pragmática, é esta: tiveram contacto com a Direção? Porque esta Direção da Escola tem ao longo do tempo pugnado por muitas coisas, e também se não fizeram acho que se deve fazer, e também obviamente, o que sair daqui ser dirigido à Direção da Escola, nós não podemos deixar de lembrar que há uma gestão democrática das escolas em Portugal, que tem uma longa tradição, não vou lembrar aqui, portanto a pergunta é esta: contataram a Direção? E a sugestão é que vá, o que sair daqui, também para a Direção, que não está nomeada, e ficou-nos esta dúvida. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada, creio que não há mais pedidos de palavra sobre esta Declaração Política. Pergunto ao MPT quem é que quer responder? O Senhor Deputado Mário Freitas, microfone ao senhor Deputado Mário Freitas, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “Senhora Deputada, antes do mais muito obrigada pela sua pergunta. Não, efetivamente não houve um contato com a escola, houve um contato com a comunidade escolar, com pais de alunos que nos transmitiram a sua experiência e a dos seus filhos, da comunidade escolar. Muito obrigada.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada. -----

----- Terminámos então esta Declaração Política com esta declaração final, vamos passar à Declaração Política seguinte.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Patrício, do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Patrício (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, cidadãos e cidadãs, ganhámos! -----

---- Início esta intervenção, tal como o Presidente Fernando Medina o fez na passada quarta-feira com todo o sentido, o entusiasmo com que recebemos a escolha da WebSummit é internamento justificado e proporcional à sua importância para o desenvolvimento económico da Cidade. -----

----- Cerca de duas centenas de cidades europeias estavam na corrida para este evento, cidades representativas das sete economias mais avançadas do mundo, de Londres e Milão, de Paris e Berlim, cidades com grandes infraestruturas, de Madrid a Valência ou Bilbao, mas foi Lisboa, a nossa Cidade a escolhida para acolher nos próximos 10 anos, a maior conferência mundial dedicada à tecnologia. -----

----- Citando o fundador da WebSummit, Paddy Cosgrave, “esta pode ter sido a decisão mais louca que tomei, mas penso em última análise que a longo prazo será a decisão certa”. -----

----- Este acordo histórico diz-me que Lisboa não é apenas uma questão de estar na moda, não, a nossa cidade mudou, mudou mesmo nestes últimos 10 anos, e afirma-se como uma das capitais da inovação e do empreendedorismo universais, e assim irá continuar na vanguarda desse movimento, é factual o impacto na nossa economia das duas últimas edições realizadas em Lisboa, contribuindo para a atração de departamentos de inovação de grandes empresas internacionais, como são os exemplos da *Factory*, da Mercedes, da Volkswagen, da Amazon, da BMW ou da Google, entre tantas outras, sabemos que na economia global, independentemente da sua escala, todos os empreendedores, sejam nacionais ou estrangeiros contam, e o presente é o momento próspero para as Startup tecnológicas, este é o momento de Lisboa reforçar o apoio aos empreendedores portugueses. -----

----- Este é um evento de grande potencial estratégico na afirmação Internacional de Lisboa como cidade global, e a criação de *Hub* tecnológicas é sinónimo de desenvolvimento, e é aquilo a que assistimos atualmente na cidade de Lisboa. -----

----- Exemplo disso é o Hub Criativo do Beato, com a instalação destes departamentos de inovação, que irão gerar mais de três mil postos de trabalho qualificado, neste pólo tecnológico da zona oriental da cidade. -----

----- A gestão socialista tem apostado em promover o aumento do emprego, e é notório o impacto deste evento no crescimento económico do país, como reflexo disso na criação de mais emprego, emprego qualificado, emprego tecnológico que irá realizar pessoal e profissionalmente alguma das gerações mais qualificadas de Portugal, em que muitos dos seus integrantes se viram forçados a emigrar, e que agora poderão ter uma ferramenta importante para concretizarem o desejo e o ensejo de regressarem às suas origens. -----

----- Somos uma cidade cosmopolita de referência mundial, que tem aprendido a viver a diversidade cultural e étnica, somos uma cidade tolerante e segura. A WebSummit ajudará a atrair novos residentes estrangeiros, jovens talentosos e quadros qualificados, uma nova geração de lisboetas que confia que o seu futuro e das suas famílias se poderá construir na capital de Portugal. -----

----- A fixação deste evento em Lisboa irá proporcionar um importante investimento em infraestruturas na cidade e, em especial o território do Parque das Nações, a FIL,

segundo anunciou o Presidente da Câmara, irá mais que duplicar a capacidade da sua área de exposição. Será uma grande oportunidade para podermos equiparar a oferta com outras grandes cidades europeias, de aumentar a atratividade e a competitividade de Lisboa, passados que são 20 anos sobre a Exposição Universal de 1998, de boa memória para todos nós, entusiasma-nos o anúncio da edificabilidade de um grande Centro de Congressos, que há tanto Lisboa reclamava para o seu posicionamento global. -----

----- Localizado num lote expectante no coração desta jovem Freguesia, a antiga Praça Sony, que é aos dias de hoje um foco de preocupação, de atenção e monitorização redobrada e até de alguma insegurança, esta intervenção irá proporcionar a resolução de um problema urbanístico, que não podemos deixar de saudar efusivamente. -----

----- Com a conclusão da totalidade das obras de ampliação da FIL é expectável e recomendável que o espaço público deixe de ser utilizado com a intensidade tem sido nos variados eventos que ocorrem neste território e que, sendo todos eles os de grande importância para a cidade, não tem deixado de criar problemas de mobilidade, de ordenamento de trânsito, de estacionamento e de limpeza, penalizando a qualidade de vida de todos os nossos fregueses, mas também dos que lá trabalham e daqueles que nos visitam. -----

----- O objetivo já o sabemos, será concluir esta intervenção até 2022, será mais uma boa notícia para a nossa Freguesia, pois este horizonte temporal é coincidente com obras já anunciadas pela Câmara Municipal de Lisboa, e há muito desejadas pela comunidade, a construção do Centro de Saúde do Parque das Nações, da primeira creche pública da Freguesia, da nova Escola Básica integrada com Jardim de Infância e ainda a confirmação pelo Ministério da Educação da conclusão da segunda fase da Escola Básica do Parque das Nações, todo este conjunto de obras que estão planeadas para se iniciarem e concluirmos próximos dois a três anos, e trarão uma melhoria considerável na qualidade de vida dos fregueses do Parque das Nações. -----

----- Dotando finalmente de equipamentos públicos, condignos, a Freguesia mais jovem do País a continuação da WebSummit em Lisboa trará ainda reflexos positivos no setor imobiliário, pois deverá permitir acelerar a conclusão do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo 98, o Parque das Nações é hoje caracterizado como a única *all in one* de Lisboa, acolhe mais de 10 por cento do mercado de escritórios da cidade e dez novos projetos estão em *pipeline*, representando um acréscimo de mais de trezentos mil metros quadrados, o parque hoteleiro está a operar a 85 por cento da sua ocupação e estão entre projetadas e em construção, seis novas unidades hoteleiras. -----

----- O mercado residencial, como sabem, esse está consolidado! Hoje, vinte anos depois desse extraordinário evento, que tanto contribuiu para a autoestima dos portugueses e das portuguesas, fazemos, continuamos a fazer jus ao legado da Expo 98, e acreditamos que em 2028, com mais este impulso, possamos comemorar o 30º aniversário da Exposição Universal de Lisboa com o nosso território devidamente consolidado, a vibração que existe hoje com o turismo de Lisboa será projetada e consolidada a médio prazo, e o investimento alocado à WebSummit, o que permitirá

posicionar Lisboa no segmento do turismo empresarial, atraindo outros eventos e congressos de escala global de forma sustentada.-----

----- Os próximos dez anos de WebSummit conferem a Lisboa um estatuto de referência no ecossistema tecnológico global, seremos por direito próprio, a capital mundial da inovação e da tecnologia, inovação e tecnologia que por si constituem um fator de desenvolvimento, contribuem para o aumento da produtividade e influenciam no dia-a-dia a qualidade de vida do comum cidadão. -----

----- A escolha da WebSummit não poderá ser dissociada de Lisboa dispor de instituições universitárias e centros de investigação de referência internacional, que atraem um número crescente de investigadores e estudantes estrangeiros, nas mais diversas áreas contribuindo também, com o seu trabalho e criatividade, para fazer Cidade. -----

----- Também as boas práticas e a sustentabilidade ambiental não ficarão de fora deste acordo, que tem também soluções virtuosas neste domínio, a Câmara Municipal de Lisboa, a WebSummit e o Governo Português assumiram um compromisso de eliminação de plástico descartáveis de uso único evento, uma política de desperdício zero alimentar, assim como a realocação e a reutilização de materiais de construção.---

----- Terminando recordando as palavras do Presidente Fernando Medina, quando há um ano tomou posse e que estão longe ainda mais atuais: “Vivemos um momento único em que devemos ter a ambição de tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para viver, para trabalhar, para visitar, para criar uma cidade global”. Este é um desígnio como continuamos a prosseguir com toda a determinação ao serviço da Cidade e dos nossos cidadãos. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, agradeço que lhe entreguem o microfone, por favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente o PSD terá duas pessoas a fazer intervenção agora, pode ser?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Os Senhores Deputados gerem como entenderem, têm os quinze minutos em total, não há problema nenhum. Pode-me já dizer quem é a próxima pessoa? Para a Mesa chamar? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Era só para dar nota à Mesa, será a Senhora Deputada Rosa Maria. -----

----- Senhora Presidente, em primeiro lugar, eu diria que temos que começar por saudar este momento e todos em conjunto regozijarmo-nos pelo facto de podermos ter a WebSummit em Lisboa. -----



----- A única questão que me parece daqui ressaltar é depois da intervenção que foi feita ter ficado com a ideia, aliás, em tudo semelhante àquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, de que era a primeira vez. E a verdade é que não é!-----

----- Portanto, a reflexão que queremos colocar aqui, e que teremos oportunidade de poder estender a outros momentos é no sentido da capacidade de aproveitamento daquilo que a própria Câmara Municipal e a Cidade têm beneficiado e têm crescido com o investimento tem sido feito, porque se não deixa de ser verdade que este é um evento particularmente importante, com capacidade para centrar capital, conhecimento e investimento, também não é menos verdade que a análise que temos que fazer é de incompreensão perante aquilo, para além daqueles números, enfim, que são lançados assim para a praça pública, como se grandes verdades universais se se tratassem, mas que de pouco ou nada se consegue confirmar, onde é que estão, de facto, as concretizações que a WebSummit permite e, certamente, noutra altura com mais calma, e se calhar com mais tempo dedicado, e com a presença talvez do Senhor Presidente da Câmara, compreender que dinâmicas que se traduzam de forma palpável é que nós poderemos vir a beneficiar na Cidade de Lisboa, para a retenção do conhecimento que a WebSummit potencia para a Cidade e para o País.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Natacha Amaro, do PCP.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Pode ser a seguir a Senhora Deputada Rosa Maria, é igual.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Também quero, acho que é um empreendimento muito interessante para a cidade de Lisboa vir a WebSummit, mas a questão que se põe aqui, principalmente quem teve esta dissertação há uns minutos atrás, o Senhor Presidente da Freguesia do Parque das Nações, é tudo muito bonito, mas já se preocupou que os residentes do Parque das Nações? Essa é uma questão que se põe, já se preocupou com o lixo que fica, que não é limpo e que nós vamos passando, e são os tais resíduos descartáveis que está tudo no chão, é os passadiços destruídos, portanto, é muito bonito, falarmos e vem para aqui, é um empreendimento e eu também concordo, mas só ser no Parque das Nações, onde todos ali, os residentes pagam bastante de IMI, porque pagam bastante pelas casas e que têm uma qualidade de vida abaixo, portanto, estamos com imensos problemas, lixo encontram-se em todo o lado, olhe, os jardins estão destruídos, toda a gente passa por cima, não há sítio onde se possa circular, a polícia manda retirar tudo. -----

----- Temos depois aqueles rapazitos, que andam lá para receber algum dinheiro, que nem sequer podemos pôr os carros, portanto, não há sequer, chegamos ao Vasco da Gama e não conseguimos sequer entrar naquele circuito, portanto, o eu pergunto ao Senhor Presidente, que teve a gentileza com essa dissertação, é perguntar também o

que é que está a fazer perante todos os residentes do Parque das Nações, que a qualidade de vida deles desceu exponencialmente, nomeadamente, na parte da Marina é um cheiro nauseabundo que não se não se aguenta!-----

----- Eu tenho e aproveito, porque não ponho em causa e acho que é muito bom para a cidade de Lisboa, mas pôr tudo só num sítio localizado, num espaço, é demais para quem reside, a nossa qualidade de vida já não é em condições, quando se adquiriu aquele espaço era precisamente para ter na cidade de Lisboa algo que desse a todo o cidadão, que se sentia bem, neste momento, é milhares de pessoas onde não se consegue sequer lá andar, portanto, Senhor Presidente também deve referir isso, e deve tomar em atenção quem reside no Parque das Nações. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Natacha Amaro, do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Nós consideramos importante, obviamente, a realização da WebSummit em Portugal e de muitos outros eventos desta natureza, não corroborando esta primazia do digital sobre outras formas e outras áreas da economia da cidade, mas, naturalmente, reconhecemos a importância. -----

----- Não deixaremos de priorizar outro tipo de questões, o documento na parte imperativa fala, nomeadamente, na criação de emprego qualificado, é evidente que para o PCP só haver criação de emprego qualificado é pouco, era importante que fosse emprego com direitos e, enfim, a elevação do nível de vida da população de uma forma geral, e de muitas outras questões, para além desta única do digital, da tecnologia e da inovação, mas as questões que queria colocar relativamente à realização da WebSummit em Portugal têm a ver com o facto de o documento apontar um conjunto de méritos, que são importantes, mais pessoas, mais visitantes, mais empresas, mais tecnologia, mas também os desafios, que uma realização deste tipo colocam à nossa cidade.-----

----- Por um lado de que forma é que a será minorado impacto de milhares de pessoas nesta semana na nossa cidade? A Senhora Deputada Municipal que me antecedeu já referiu alguns desses problemas, eu não circunscreveria apenas ao Parque das Nações, porque um com pouco por toda a cidade, em áreas, por exemplo, Bairro Alto, o Cais do Sodré, em muitas outras áreas da cidade sente-se esta pressão de dia, e diria, e de noite, se calhar, até noutras áreas particularmente de noite, mas como é que no meio de tantos milhões e de tanto envolvimento que existe em torno desta realização, se estarão a considerar o reforço, nomeadamente, da limpeza urbana, dos transportes, andar na linha vermelha durante essa semana é quase impossível, como quem circula no Metro, com certeza, já constatou e, portanto, de que forma é que esse tipo de desafios estão a ser preparados agora que vamos para a terceira WebSummit em Portugal? -----

----- A outra questão tem a ver com os apoios que que esta iniciativa te, seja a nível nacional ou local, os apoios que são dados à WebSummit, se irão continuar a engrossar os lucros chorudos da empresa que organiza a WebSummit, que já têm sido amplamente divulgados na comunicação social, relativamente às edições anteriores e deixava apenas um número relativamente à primeira, *Amanda Stairs Limited* que é a *holding* que realiza, que é responsável pela realização da WebSummit em Portugal, multiplicou 16 vezes os seus lucros de 2015 para 2016, portanto, parece-nos que é pertinente perguntar o conjunto de apoios que este tipo de realizações tem. Obrigada.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Pergunto à Câmara se quer usar da palavra? O Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Desculpem-me mas eu acho extremamente divertido quando estamos numa competição com algumas das maiores cidades do mundo e ganhamos essa competição e aquilo que é trazido aqui, à falta de melhor, são pequenas coisas que, certamente, com o esforço de todos e de empenhamento de todos resolveremos numa penada. -----

----- Saúdem a cidade, a cidade ganhou, a cidade, o país, ganhou uma das maiores iniciativas do mundo nesta matéria, que é evidente!-----

----- Eu percebo o Deputado Luís Newton que queira estudar e acompanhar e monitorizar, estamos inteiramente de acordo consigo, precisamos de ter em pormenor, em detalhe o que são as mais-valias e as vantagens deste processo, mas também terá que reconhecer que é completamente evidente que para a dinâmica da cidade, para a dinâmica, aliás, traduzida por uma série de grandes empresas internacionais de tecnologia, que vieram para o Hub do Beato, que vieram para a zona envolvente de Lisboa, parece-me completamente evidente! -----

----- Celebrem, festejem, deem os parabéns a quem teve esta iniciativa, a quem a trouxe de trás e a quem hoje a conseguiu manter em Lisboa, isso é que é relevante aqui! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Agora, o Senhor Deputado Mário Patrício, tem os 4 minutos para a intervenção final.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Patrício (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção final: -----

----- “Bem, respondendo por ordem cronológica, começando pelo Senhor Deputado Luís Newton, todos nós sabemos, eu também venho do desporto, chegar ao topo acontece às vezes por acidente, agora mantermo-nos no topo durante 13 anos, que é mais difícil, portanto, é o que vai acontecer neste evento.-----

----- Relativamente à Senhora Deputada do PSD, eu pensei que estava numa Assembleia Municipal, que não estaria numa Assembleia de Freguesia, mas faço-lhe essa vontade, disponibilizo-me já para consigo fazer uma visita a essa Freguesia que a

Senhora passa e que eu não conheço, mas que terei todo o gosto em estar consigo e verificar onde é que é essa Freguesia fica na cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente à questão da limpeza, que foi colocada aqui, nós, este evento, temos muitos outros eventos naquele território que tiveram problemas da limpeza, não se põe o caso com este, este evento é um exemplo do ponto de vista da participação dos promotores, porquê? Porque este evento é começado a preparar no ano anterior, ou seja, eu a esta altura já tenho doze reuniões com a equipa do WebSummit, e são de uma disponibilidade total, para encontrar soluções que todos nós identificamos. Uma das coisas que nós identificámos no último ano, foi a localização do da tenda da credenciação em cima de uma ciclovia, nós este ano já trabalhámos com eles para que isso não aconteça, para que não haja problemas de mobilidade ciclável na Freguesia e, com certeza que vai haver constrangimentos, mas a vantagem deste evento, quanto a mim, enquanto Autarca Local, é que vamos deixar de ter eventos no espaço público, porque o espaço entre paredes dos equipamentos que lá estão, não são suficientes para albergar a dimensão do evento.-----

----- Com as obras que vão ser feitas, permite-nos deixar de termos no espaço público, mas há pouco falava da mobilidade, penso que sejam resolvidos com a duplicação de área de exposição, fica tudo confinado às paredes, tanto da FIL como do Altice Arena, a partir daí que pensamos, e no meu entendimento, é uma solução o que é ótima para aquele território que deixará de comprometer a mobilidade do ponto de vista local, que é o grande problema da atração destes eventos naquele local. -----

----- Mas todos nós que ali vivemos sabemos que, à partida, quando fomos para lá viver, já haviam aqueles equipamentos, já havia Altice Arena, então era o Pavilhão da Utopia, já existia a FIL, pronto, agora a questão é que aquele território não estava consolidado, hoje em dia do ponto de vista residencial há muito para onde crescer, há para crescer do ponto de vista de espaços de serviços e de hotelaria e é isso que vai acontecer a médio prazo. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados terminámos a Declaração Política do Partido Socialista e vamos passar à Declaração Política seguinte.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, Independente. Depois será o Senhor Deputado Miguel Graça.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Portanto, partilham o tempo entre os dois? Vamos lá a ver nós temos as Declarações Políticas, o conjunto de Deputados que exercem o seu mandato como Independentes também têm o direito a fazer uma Declaração Política e a nossa prática tem sido, quando há mais do que uma pessoa a inscrever-se numa Declaração Política de um Partido, distribuir o tempo desse Partido pelas pessoas, aqui fazemos o mesmo! Vamos distribuir o tempo que está afeto a todos os Independentes para as duas pessoas que se querem inscrever.-----

----- A ordem não era esta? Peço desculpa mas ninguém me informou na Mesa.-----  
----- Senhora Segunda Secretária, eu pedia para não ir aí para baixo porque deixa aqui a Mesa sem a Lista.-----  
----- Senhora Deputada pode usar a palavra, foi-lhe dada a palavra, pode usá-la. -----  
----- Senhores Deputados se usassem o telefone para a Mesa estes equívocos resolviam-se melhor, agradecia.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----  
----- “Então muito boa tarde Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados.-----  
----- Celebrámos há poucos dias o centésimo oitavo aniversário da República Portuguesa. A República defende os valores da Liberdade enquanto não dominação, da igualdade de todos perante o Estado, da procura comum pelo bem-estar geral.-----  
----- Assistimos também hoje a uma crescente popularidade no Mundo de discursos de ódio com eco e resultados vitoriosos nas urnas como é o caso do Brasil, que põem em causa valores que sempre considerámos fundamentais para a democracia.-----  
----- No caso de Portugal, não temos ainda registo de um paralelo relevante no nosso panorama político.-----  
----- Estamos convictos que as ameaças aos ideais basilares da República surgem quando o Governo e o sistema económico deixam de conseguir dar resposta aos anseios e necessidades mais fundamentais dos seus cidadãos. As notícias que revelam a corrida ao alojamento local, provocada pelo período de transição da nova Lei, demonstram a gravidade da situação em que se encontra o acesso à habitação.-----  
----- Por isso, consideramos que na defesa destes ideais, a Câmara Municipal de Lisboa e o Governo, têm de regular com eficácia de forma a impedir que este regime comercial agrave ainda mais o acesso à habitação e, por arrasto, crie terreno para que germinem valores contrários aos da República que celebrámos na passada sexta-feira.-----  
----- Neste sentido, apoiamos e votaremos favoravelmente a Recomendação dos Deputados Independentes dos Cidadãos por Lisboa que visa precisamente a urgência desta regulamentação. Obrigado.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça, dos Independentes.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política:-----  
----- “Muito boa tarde Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Caros Colegas Deputados.-----  
----- Os deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa gostariam de centrar as suas Declarações Políticas num tema premente e já hoje bastante discutido nesta Assembleia e também em toda a cidade de Lisboa, que é a regulamentação do alojamento local.-----  
----- O alojamento curta duração, mais conhecido como alojamento local, é um fenómeno que cresceu vertiginosamente, em algumas zonas da cidade de Lisboa,

quase todas, ao mesmo tempo que o alojamento de longa duração e permanente tem vindo a aumentar drasticamente os seus preços. -----

----- Esta é uma mudança com causas múltiplas, mas cujos efeitos sendo benéficos para a atividade do turismo e para o emprego na cidade, são acompanhados por um efeito negativo, trazido a escassez de arrendamento a custo acessível na cidade de Lisboa e no já visível recuo demográfico algumas zonas da cidade.-----

----- A atividade turística em Lisboa só é sustentável se a cidade, com todo o seu dinamismo, for capaz de manter e valorizar a sua identidade única, tanto em termos de população, com tecido edificado, identidade que, aliás, uma das razões da sua atratividade.-----

----- Relembramos a este respeito a Petição 7/2017, que foi apresentada no mandato anterior, “Travar o alojamento local e salvar o que resta do arrendamento” cujo Parecer a ele anexo foi aprovado nesta Assembleia em julho de 2017, que relembro também foi acompanhado por uma Recomendação dos Cidadãos por Lisboa, a Recomendação 1/151, pela regulação do mercado do alojamento local em Lisboa.-----

----- Esta Recomendação já pedia na altura a urgência de vir a ser estabelecida uma discriminação positiva na fiscalidade sobre o arrendamento de longa duração, incentivando o mercado de arrendamento urbano, mas também propor ao Governo e à Assembleia da República que assumissem a iniciativa legislativa de permitir que os Municípios tivessem competência para definir em áreas identificadas e devidamente fundamentadas, limites máximos ao número de fogos destinados ao alojamento local. -

----- Tendo precisamente à Assembleia da República respondido a este repto e aprovado uma Lei para alterar este regime, aliás, ao contrário do que o Bloco de Esquerda aqui declarou que a Assembleia da República não estaria a abordar esta matéria, e como a própria Presidente da Assembleia Municipal aqui informou, que se encontra neste momento em discussão na Assembleia da República, 24 Diplomas de extrema importância nesta área, entre os quais a Lei de Bases da Habitação que ansiamos que também venha a regular de uma forma geral esta matéria. -----

----- Como referi, nesse sentido a Assembleia da República aprovaria a Lei 62/2018 a 22 de agosto, que altera este regime de autorização dos estabelecimentos de alojamento local, e que estabelece no seu artigo 5º, que o registo do alojamento local é efetuado mediante documentação prévia, com prazo, dirigido ao Presidente da Câmara, que é realizada exclusivamente através do Balcão Único Eletrónico, e confere a cada pedido um número, o qual constitui o número de registo do estabelecimento de alojamento local que remete para o Turismo de Portugal, sendo a comunicação prévia, com prazo, obrigatória à condição necessária para a exploração de estabelecimentos de alojamento local. -----

----- Esta mesma Lei 62/2018 refere no seu artigo 15-A relativamente às áreas de contenção, que o objetivo de preservar a realidade social de bairro e lugares, a Câmara Municipal territorialmente competente pode aprovar por Regulamento e Deliberação fundamentada, a existência de áreas de contenção, assim como que as áreas de contenção identificadas por cada Município são comunicados ou Turismo de Portugal, que introduz referência à limitação de novos registos neste Balcão Único Eletrónico. --

----- Ainda esta mesma Lei estabelece que podem os Municípios por Deliberação fundamentada da Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara, suspender por máximo de um ano a autorização de novos registos em áreas especificamente limitadas. -----

----- Ainda de referir a este respeito que a promoção da elaboração do estudo Novas Dinâmicas Urbanas no Centro Histórico de Lisboa, que foi promovido pelas Juntas de Freguesia da Misericórdia, Santa Maria Maior e São Vicente, de facto, levou aqui à produção no diagnóstico prospetivo sobre esta situação, tentando evitar, ou melhor, tentando pensar uma política de ação base local e tentando evitar soluções casuísticas e não fundamentadas, naturalmente, nós sabemos que estas Freguesias de Lisboa não as únicas afetadas e que, inclusivamente, a própria Área Metropolitana de Lisboa já se encontra sobre pressão relativamente a esta matéria e a este fenómeno. -----

----- O facto é que, para já este é o único estudo conhecido, sendo necessário que a Câmara Municipal aprofunde o conhecimento nesta matéria, aliás, sobre este assunto, os Deputados Municipais Independente, dos Cidadãos por Lisboa, apresentaram um Requerimento em abril de 2018, a pedir uma cartografia do alojamento à Câmara Municipal, que ainda não foi respondida e que pedimos que seja abordada também. ----

----- Nesse sentido, apresentamos uma Recomendação junto com esta Declaração Política no sentido de propor, de recomendar à Câmara Municipal que envie a esta Assembleia no prazo máximo de um ano, um regulamento relativo à atividade do alojamento local no Município de Lisboa, aliás, tal como estabelece a Lei 62/2018, que envie também em prazo útil e de modo à mesma ser aprovada antes da entrada em vigor da Lei, uma Deliberação fundamentada com vista a suspender a autorização de novos registos e que, obviamente, na elaboração desta Deliberação, fundamentada, entre outros estudos ou dados que entretanto possam vir a surgir, ter como base o estudo das novas dinâmicas urbanas do centro histórico de Lisboa, com vista, como já referi, à sustentação técnica e a evitar soluções casuísticas e não fundamentadas nesta matéria. -----

----- E por fim, que solicite ao Turismo de Portugal e ao IRU os dados desagregados sobre os inúmeros estabelecimentos de alojamento local e fogos de habitação permanente, e que os envie a esta Assembleia, para conhecimento. Muito obrigado.” --

----- (Por ausência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, assume a presidência a Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César (PS)). -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão, do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Eu queria, primeiro que tudo, Senhora Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Queria primeiro que tudo manifestar a minha, a nossa concordância com a Proposta de Recomendação apresentada. Aqui ao meu lado comenta-se isto em matéria da Assembleia da República, que não é essa matéria da Assembleia

Municipal, mas é matéria da Assembleia Municipal, como aqui ficou, a Assembleia da República nesta matéria já fez o seu trabalho de casa, agora cabe a esta Assembleia, sobre propostas fundamentadas da Câmara Municipal fazer o seu trabalho e é neste contexto que se insere esta Recomendação apresentada pelos Deputados Independentes. -----

----- É evidente que prevê-se nomeadamente a existência de áreas de contenção, na Lei, com base e aprovada por Regulamento, com deliberação fundamentada, com a sua Proposta da Câmara, como se prevê a suspensão pelo prazo máximo de um ano da autorização de novos registos em áreas especificamente delimitadas, e como muito bem aqui foi dito e eu isso, também penso que terá sido essa a razão da forma contida da redação da Proposta de Recomendação, e é essa, efetivamente o Senhor Deputado referiu e a meu ver com muita justiça, o estudo de novas dinâmicas urbanas do Centro Histórico de Lisboa, foi promovido pelas Juntas de Freguesia da Misericórdia, Santa Maria Maior e São Vicente. -----

----- Naturalmente que efetivamente haverá, com certeza, outros documentos a ter em conta e a Câmara disporá de outro acervo, o Senhor Deputado foi, a meu ver prudente por uma razão, é que nós não podemos agora aqui fazer um leque abstrato de Freguesias na base das nossas opiniões subjetivas, porque passámos lá, porque achámos que, talvez, é por isso é que efetivamente, penso eu, esta Proposta não vem acompanhada da definição das Freguesias ou das áreas devem ser abrangidas, porque isto é efetivamente, não é uma questão de olharmos, de vermos, de temos palpites, é uma questão de estudos fundamentados. -----

----- Só queria também o fazer porque é de inteira justiça, a referência que lamento que os meus colegas, os nossos colegas Miguel Coelho e Carla Madeira não estejam, ou não possam estar hoje neste debate, porque juntamente com a Senhora Deputada que nos acompanha, que é a Natalina Moura, da Junta de Freguesia de São Vicente, tiveram um papel muito importante na dinamização e na pressão para que esta questão se tornasse uma questão da ordem do dia. -----

----- Mas queria também dizer o seguinte, estes problemas com que nos defrontamos, não são exclusivos da cidade de Lisboa, são hoje de grandes metrópoles europeias, eles não estão aqui, porque foram convidados a partilhar a sua experiência em Berlim, no quadro de um Debate sobre as políticas de habitação no contexto atual e, portanto, e esta circunstância também mostra que realmente também é reconhecido que este é um problema mais geral e, ao mesmo tempo também é um reconhecimento, neste caso concreto, do trabalho destes Autarcas e do empenhamento destes Autarcas nesta matéria. -----

----- Portanto, a minha pergunta muito concreta, é o seguinte: o Senhor Deputado não indicou a Freguesia por uma razão muito simples, a meu ver, por uma questão de prudência, porque efetivamente não podemos fazê-lo apenas na minha opinião, mas gostava de saber a sua, apenas nas nossas observações, isto exige realmente um estudo a concatenar toda a informação e definir com rigor e com fundamento, devidamente fundamentado, quais são as Freguesias, quais são as áreas devem ser, nomeadamente.,



em que deve haver suspensão, porventura, desde já dos novos registos de alojamento local. Disse.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda, para fazer perguntas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Boa tarde, antes de mais, queríamos saudar a Recomendação apresentada pelos Independentes, o alojamento local precisa de regras em Portugal, tal como tem regras, no resto do mundo, por isso é apenas natural que em Portugal também essas regras sejam, aconteçam, esse trabalho está a ser feito na Assembleia da República. Nós sabemos disso e também sabemos que o acordo entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, para a Câmara Municipal de Lisboa, tinha precisamente cláusulas sobre a esse mapa do zonamento, e sobre um calendário preciso para o desenvolvimento da necessária zonagem que tem de ser feita, ou seja, tendo em conta aquilo que está expresso no acordo entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, mal o Parlamento terminou o seu trabalho legislativo, tem a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm três meses para desenvolver o processo que os Independentes aqui enumeram e enunciam por isso, o nosso a pergunta seguinte: conseguiremos fazer esse trabalho mais rapidamente do que aqui está expresso? Nós acreditamos que sim e gostávamos de poder contar convosco.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa, dos Independentes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente em Exercício, Senhor Deputado Miguel Graça.-----

----- Eu mesmo tinha apresentado já há 15 dias e devia ter vindo à última Sessão, uma Proposta sobre esta matéria, que concordando no essencial com aquilo que os Senhores aqui propõem tem duas diferenças que eu diria significativas, a primeira é que não ficou à espera de estudos, foi consultar o *site* do Turismo de Portugal, onde estes dados estão disponíveis e, aliás, avançou com dados preocupantes.-----

----- E a segunda questão, é que não suspende *ad eternum*, nem dá um ano para a aprovação de um Regulamento, o Regulamento sobre o alojamento local e sobre o zonamento deve ser aprovado o mais depressa possível, porque não se pode manter situações em suspenso, e aliás, outras nem sequer regulamentadas.-----

----- Já agora em relação às Freguesias, é facilmente visível, apesar do *site* só dar em função do Código Postal, perceber quais são as Freguesias mais afetadas e já agora devia-se ter a coragem...”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, dispõe de um minuto e acabou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Vou terminar. -----

----- Não acha o Senhor Deputado que se devia proceder não só a esse zonamento nas Freguesias mais até mais afetadas? Como também um zonamento tampão até que esteja definido o Regulamento, para evitar que alastrem os pedidos de licenciamento? Não acha Senhor Deputado? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente, escapou-me a que título é que o Deputado Independente interpelou os Deputados Independentes? Portanto, gostava que a Mesa me pudesse esclarecer, porque isto é a primeira vez que acontece e, portanto, estou genuinamente baralhado, Senhora Presidente, estou sem palavras.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado é capaz de ter sido a primeira vez, tomo como certa a sua afirmação, mas o certo é que o estatuto do Senhor Deputado Rui Costa, ali dentro, ele dispõe, está no grupo dos Independentes, mas é um bocadinho mais Intendente!... Não sei, quer dizer, sinceramente, eu vou-lhe explicar.-----

----- Passo a explicar, é uma situação, oh Senhor Deputado, vamos tentar tirar...-----

----- Eu posso continuar, tenho todo o gosto, mas o Deputado Rui Costa, eu consultei a Mesa de apoio exatamente para procurar, que me definissem agora na atribuição do tempo o estatuto, eles disseram-me e eu tomei como certo e válido, dispõe um minuto do Grupo dos Independentes, pronto!-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente quero agradecer os seus esclarecimentos, mas eu acho que esta matéria tem que ser vista.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, e eu acho que o Senhor Deputado, como tem assento na Conferência de Representantes deve mesmo pôr essa questão.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Porque eu acho que a Senhora Presidente em Exercício foi mal aconselhada nesta matéria.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, mas oh Senhor Deputado, não é costume, como sabe a Mesa funciona, a Mesa de apoio funciona sempre bem, eu dava-lhe uma sugestão, se me permitir, é na próxima Conferência de Representantes, na segunda-feira, põe essa questão e eu agradeço-lhe.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Sem dúvida, e eu agradeço-lhe, mas na dúvida não se devia era ter dado a palavra! Mas muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro, do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Nós queríamos saudar esta proposta, esta Recomendação, que obviamente acompanhamos e com a qual estamos de acordo, esta é uma das questões que já temos trazido várias vezes aqui a esta Assembleia e que nos preocupa bastante. Levantava apenas uma questão relativamente à parte deliberativa, ao ponto 3, na verdade nós consideramos que esta, e até porque esta questão já foi levantada até por outros Deputados Municipais, este critério relativamente a qual é o espaço geográfico da Cidade que deverá incidir o estudo e eventualmente outras medidas, não pode digamos, ficar amarrado de princípio a uma determinada zona geográfica. -----

----- Aquilo que nós sugeríamos era que pudesse haver um critério estatístico, nomeadamente, que pudesse, por exemplo, relacionar aquilo que é um número dos alojamentos locais com o número dos alojamentos ocupados para habitação, obviamente, usando os dados estatísticos mais recentes, mais e mais recentes que existem, mesmo com todas as vicissitudes que envolvem, digamos assim, esta questão do alojamento local, que como nós sabemos a tem uma evolução quase galopante, mas, portanto, aquilo que propunha nos efetivamente era que a Câmara Municipal tomasse com uma abrangência o território das Freguesias, com um critério estatístico e não com o critério geográfico a Freguesia, a B ou C. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Luísa Aldim, do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigada. Excelentíssimo Senhor Deputado Miguel Graça gostava, antes de mais, de dar aqui a indicação que o CDS também está de acordo com a necessidade, que vocês aqui defendem, relativamente à criação de um Regulamento para esta atividade no Município de Lisboa. -----

----- No entanto, tivemos aqui algum tipo de sensação de que dois pontos, para ser precisa, desta Recomendação são pouco claros, nomeadamente o segundo ponto, em

que na vossa Proposta, vocês sugerem que seja que seja suspenso o prazo máximo de um ano, e que esta suspensão tenha efeitos precisamente em áreas específicas delimitadas. -----

----- Ora aquilo que nós não compreendemos nesta vossa Proposta que é o que são as áreas específicas delimitadas, e tendo em conta que estamos a pouco mais de uma semana e meia de que a Lei entre em vigor, e que vocês perdem que esta Deliberação, no fundo, seja tomada com a maior brevidade possível, como é que conseguimos conciliar a esta mesma brevidade com uma definição destas áreas delimitadas, e com base em quê que estas área são definidas. -----

----- E no ponto 3, eu diria que esta confusão ainda fica mais espelhada, precisamente porquê? Porque vocês sugerem que o estudo seja o das novas dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa, que foi feito ou que foi encomendado pelas Juntas de Freguesia da Misericórdia Santa Maria Maior e São Vicente, mas, por outro lado, portanto, uma realidade destas 3 Freguesias, mas que, por outro lado, a aquilo que é pedido é que este mesmo estudo seja abrangido de forma totalmente indiscriminada a toda a cidade. -----

----- Pronto, nós não compreendemos como é que a se tenta acelerar um processo sem qualquer tipo de fundamento adaptada à realidade do caso a caso que acontece em Lisboa, porque eu não posso comparar as realidades distintas que existem do alojamento local e das necessidades que existem Lisboa, portanto, gostava de saber um bocadinho mais sobre isto. Obrigada”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Obrigada.-----

----- Começo por felicitar, obviamente, a bondade da iniciativa. Acompanhamos, o PAN acompanha, obviamente a necessidade de regulamentar esta matéria, no entanto, tal como já aqui foi referido alguns pontos desta Proposta que nos geram algumas dúvidas. Também, e recorde que já aqui foi aprovado nesta Assembleia Municipal uma Proposta para que se realize um estudo de capacidade de carga turística na cidade de Lisboa e, portanto, parece-me que é estarmos aqui a adiantar um bocadinho aos dados que são necessários para concretizar de algum modo aquilo que pretendem ver em prática desde logo, a suspensão da atribuição aqui, pelo prazo de um ano dos novos registos, sem que existam dados, ou pelo menos que sejam do nosso conhecimento esses dados dos pedidos, do número de pedidos que são entrados, do número de alojamentos que estão registados como alojamento local, a e também descura por um lado esta Recomendação a questão da necessária fiscalização, porque, se calhar, deveríamos também começar por apostar mais na parte de fiscalização do que propriamente na questão da suspensão dos registos, sem termos estes elementos. --

-----Em relação aqui ao ponto 3, já foi aqui referido e acompanhamos de facto esta preocupação, se a gente estamos a estender a outras áreas da cidade, uma realidade

concreta destas Freguesias, portanto, parece-me e apesar acompanharmos na sua generalidade esta Proposta, parece-nos de facto que temos aqui em falta alguns elementos, isto também já foi referido nas Comissões, sem os quais não podemos aprofundar ou sustentar uma decisão mais concreta, pelo menos é este o nosso posicionamento. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado. Só para dizer que o Município de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa está a desenvolver, como a Lei o determina o estudo prévio, que vai trazer, vai ser apresentado em Câmara muito brevemente, para se poder levar a Câmara dentro do prazo que está definido, a Proposta de declaração fundamentada, que depois virá a esta Assembleia e aí sim, com dados, com instrução com os dados trabalhados pelo Município de Lisboa, pela Câmara Municipal de Lisboa, pela sua ação do Urbanismo e Planeamento Urbanístico, será possível olharmos para estes dados e analisando-os, portanto, tomar decisões em cima, decisões fundamentadas, como a Lei o determina em cima desses mesmos dados. -----

----- Também estavam em fase muito adiantada, e isso vai conter de imediato uma série de zonas consideradas elas, por esta Assembleia, com os dados fornecidos e em primeiro lugar pela Câmara, vão ser as zonas de contenção imediata e também está em preparação, já em fase muito adiantada, como como eu dizia há pouco, o Regulamento que fará o seu percurso, vai a Câmara, haverá de ter uma discussão pública que certamente será muito participada em função da importância do tema, e depois voltará à Câmara e virá para a Assembleia após esse processo e, portanto, vai demorar aqui o seu tempo, será o mais rapidamente que conseguirmos, em face também da pertinência e da importância do tema, mas queria tranquilizar-vos a todos, que está tudo a ser preparado, de acordo com a Lei dentro dos prazos que a Lei determina e o mais rapidamente possível, para que este tema possa ser tratado como ele merece. -----

----- Este aliás, é um dos pontos, e terminando, que me leva a dizer que há aqui um papel fundamental da Assembleia e que aqui foi exercido, a Assembleia encontrou no seu seio, certamente o resultado final não é o que alguns desejaríamos, outros certamente até foi longe demais, mas foi um consenso que se encontrou em torno da destes temas, com capacidade da Assembleia decidir, a Assembleia da República, e é isso que nós pedimos sobre outros temas, é isso que pedimos sobre fiscalidade, é isso que estamos a pedir sobre a taxaçaõ mais reduzida para ser mais competitivo fazer contacto contratos de longo prazo, de arrendamento longo prazo e arrendamento com rendas acessíveis, é isso que pedimos à Assembleia da República que se ponham de acordo, não é sobre qualquer situação ideal, é que há uma emergência, vale a pena pensarmos e cedermos todos um pouco sobre matérias como os vistos Gold e, portanto, é isso que nós estamos pedir à Assembleia da República. -----

----- Nós deste lado, estamos a fazer tudo aquilo que nós podemos e já agora deixem-me dizer que também estou de acordo, ao contrário do noutro tempo defendia aqui, que possamos eventualmente abrir um pouco mais a disponibilidade para endividamento dos Municípios, mas eu recorro que isto não pode ser feito à custa do endividamento dos Municípios, porque depois é preciso pagar esse endividamento e é importante que os Municípios mantenham o equilíbrio que têm conseguido até agora, e porque há muito património do Estado que se passasse para os Municípios resolveria parte do problema, portanto, não vale a pena que o Estado Central abra a capacidade de endividamento aos Municípios, quando detém do outro lado, um conjunto enorme de património que podia ser colocado ao serviço da renda acessível! E isto tudo que eu estive a dizer, está tudo nas mãos da Assembleia da República e para a maioria do que acabei de dizer há Propostas do Governo, discutam-nas e decidam se fazem o favor.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça para resposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício antes de mais, gostaria de agradecer...”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, eu peço-lhe só um minuto, se me der um minuto eu vou aqui tentar com a Senhora a Segunda Secretária ver aqui a lista de inscrições, porque ela não o tem como inscrito, pronto, eu vou conferir, se me der e se me der a 50 segundos, eu vou confirmar a sua inscrição.-----

----- A mim não me telefonou para este telemóvel, eu vou ver.-----

----- Eu peço desculpa a Senhora Deputada teve aqui um lapso e não inscreveu o Senhor Deputado Luís Newton, peço desculpa e vai usar da palavra, pronto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Esta sessão está a ser muito atribulada, portanto, não invejo o trabalho e a complexidade dos processos aí da Mesa.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado tudo se há de resolver!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Quero agradecer a tolerância e a cordialidade com que, e o esforço que tem sido feito, estão aqui alguns Deputados Municipais que têm sempre, como é que alguém chamou recentemente? Já não me recordo!-----

----- Bom, Senhora Presidente e o Senhor Deputado Miguel Graça, eu tenho que me dirigir a vossa Excelência de três formas completamente diferente, aliás, duas e uma vou deixar para uma outra intervenção, que foi aqui tida também.-----

----- Primeiro dizer-lhe que confesso, confesso, que depois de terem passado tantos anos a atropelar um processo que foi iniciado no âmbito da reforma da habitação pelo PSD e CDS, a geringonça demorar quatro anos a produzir um documento e o Senhor vir à Assembleia Municipal, virem os Senhores à Assembleia Municipal, os Senhores e outras forças políticas Independentes, virem a esta Assembleia Municipal promoverem um documento que no final visa, também ele, minar a própria implementação e a própria sequência a implementar desta Lei, é algo que me choca!---

----- Aliás, tenho inevitavelmente aqui que quase que concordar com a intervenção do Senhor Vereador, os Senhores tenham calma, a Lei está a ser implementada e vai correr tudo bem! Pelo menos é esta a convicção aí da meia-esquerda e, por isso, nesse sentido faz pouco, eu diria que é no mínimo estranho virem solicitar coisas como, por exemplo, a suspensão da aplicação, a suspensão do acesso, não permitir que haja registos.-----

----- Senhor Deputado eu tenho que lhe fazer uma pergunta, quem é que determina então essa suspensão, Senhor Deputado? É, e a pergunta que lhe faço a si entra aqui numa outra questão também, particularmente relevante, que é, ouvimos a vossa intervenção e a vossa Proposta, ouvimos curiosamente a intervenção do Senhor Vereador, que desde já agradecemos porque foi muito esclarecedora, e ficamos a saber que, afinal, afinal, parece que é possível o Município de Lisboa interceder junto da Assembleia da República, porque a Câmara Municipal o faz. Eu diria que aqui depois teremos dois momentos diferentes, há o PS da Assembleia Municipal, que não gosta de pedir coisas à Assembleia da República, e depois há o PS da Câmara Municipal que gosta de interferir junto da Assembleia da República!-----

----- Mas eu a isto digo, Senhores Deputados, PSD em Lisboa há só um e todos, todos iremos intervir, sim, eu peço desculpa, esqueci-me que Blocos agora também há dois!-

----- Por isso eu quero-vos dizer com muita... Dois dentro da Assembleia Municipal! Por isso, quero-vos dizer com muita tranquilidade que, parafraseando o Senhor Vereador, tenham calma, isto vai correr bem, deixem a Lei poder entrar em vigor e começar a funcionar e depois disso, poderemos eventualmente, refletir sobre os impactos que essa Lei pode ter.-----

----- Dito isto, obviamente que não podemos concordar com o ponto 2, por um motivo muito claro, que é, eu diria que é como a questão da descentralização, os Senhores remetem para um eventual documento que defina que territórios é que eventualmente poderão estar sujeitos a uma restrição e condicionando dessa forma a impossibilidade de nós refletirmos, se concordamos ou não com uma qualquer restrição nesse território da cidade de Lisboa, ou qualquer situação de emergência e, por isso, dizer também que infelizmente teria feito muito sentido ter aqui para além da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, poder ter também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a Senhora Presidente de Junta da Freguesia da Misericórdia, que justiça lhes seja feita, têm desde a primeira

hora demonstrado enorme preocupação sobre esta matéria, que pudessem ajudar a fluir este debate, portanto, eu aqui quero-lhes prestar essa devida justiça, porque na política estas coisas também têm que se reconhecer do ponto de vista de honestidade intelectual, e política também. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Graça quer usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND),** no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício.-----

----- Antes do mais, como dizia, pelo queria agradecer a todas as forças políticas da Assembleia Municipal pelas questões colocadas, que são bastantes e que irei tentar responder. -----

----- De uma forma sucinta é levantado por várias forças políticas a questão de porquê esta Proposta que aqui é apresentada, no sentido de pedir a suspensão durante um ano ou pedir que o Regulamento seja feito durante esse ano? Por uma razão simples, é isso que indica a Lei, e nós aqui, tal como foi já indicado, tentámos ser prudentes nesta matéria e os mais consensuais possíveis. Isto é, existe aqui uma matéria que precisa de um estudo aprofundado, tal e qual como foi aqui é indicado por várias forças políticas também, no entanto, não nos cabe a nós, à Assembleia Municipal dizer para já quais é que são esses critérios que devem ser seguidos, cabe à Câmara Municipal fazer o seu trabalho e como foi aqui dito pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva, a Câmara Municipal de Lisboa já está a fazer e, portanto, essa é boa notícia, por falar em boas notícias, essa é a boa notícia que hoje temos aqui por parte da Câmara Municipal, é que a Câmara Municipal que já está a estudar este problema e já vai apresentar uma deliberação fundamentada no sentido da suspensão de novos registos, e também de um Regulamento que será apresentado. -----

----- Porquê estes prazos de um ano? Por uma razão simples, ao serem esses que são indicados na Lei, foi também da nossa parte prudente indicá-los, mas sabemos, aliás, como é já e notório e foi declarado pela Câmara Municipal de Lisboa, o estado avançado em que se encontrarão estes estudos e a Proposta, ele será obviamente muito mais curto do que isto. -----

----- Agora uma coisa indica a Lei e que é extremamente necessário, é necessário haver uma suspensão de novos registos, enquanto se faz o Regulamento, obviamente, senão terá sempre efeitos perversos, aliás, como já se viu que a própria implementação da Lei teve alguns efeitos e, portanto, parece-nos aqui óbvio que as dúvidas aqui suscitadas e relativamente às dúvidas, eu gostaria acima de tudo de abordar esta última dúvida, do Senhor Deputado Municipal do PSD, em que pergunta como é que a nossa intervenção vem aqui minar a implementação da Lei? O que o Senhor Deputado, precisa de ler, é de ler a Lei! Precisa de ler a Lei, é simples, porque a Lei é clara. -----

----- A Lei diz que, no número 6 do Artigo “que podem os Municípios por deliberação fundamentada da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, suspendeu por o



máximo de um ano a autorização de novos registos”, pois é isso mesmo estamos a pedir à Câmara, é esse o papel da Assembleia Municipal de Lisboa, não é outro! É fiscalizarmos a Câmara, é exatamente estar atentos a todas estas matérias, e sobre isto e sobre isto, termos esta noção proactiva de que a Assembleia Municipal sempre teve relativamente a todos os problemas que afetam esta cidade, acho que não fazemos nada mais do que o nosso papel! -----

----- Eu diria mais, que relativamente a esta matéria, e foram aqui levantadas dúvidas naturalmente sobre como é que deverão ser feitos estes critérios, o PCP indicou, obviamente, a de ser não a um critério de espaço geográfico, mas um critério estatístico, já foram aqui apontados também outros critérios que podiam ser de espaço geográfico, em vez de estatístico, eu acho que cabe a esta Assembleia Municipal esperar pelo estudo que a Câmara nos vai apresentar, olharmos para o problema com todos os dados à nossa frente, até por uma razão simples, passará sempre por esta Assembleia Municipal, tanto a deliberação fundamentada como o Regulamento, porque é este o seu papel, não pode ser enviada esta deliberação fundamentada sem autorização desta Assembleia Municipal e também não poderá ser aprovado este Regulamento sem autorização desta Assembleia Municipal, portanto, vamos cumprir o nosso papel e abordar este problema da regulamentação do alojamento local como nos é devido. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente em Exercício, Senhora Secretária, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.” -----

----- O Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa presta um serviço exemplar, garantindo a segurança de pessoas e bens mas também através de um conjunto mais vasto de outras acções, sendo responsável por mais de 20 mil intervenções anuais. -----

----- Muitas vezes, os bombeiros cumprem a sua missão com poucas condições de trabalho e para que o RSB ofereça um serviço de excelência, é preciso criar condições dignas e adequadas e haver um efectivo investimento. -----

----- É verdade que houve, entre 2016 e 2017, algumas melhorias que foram reivindicadas ao longo de anos, como a aquisição de equipamentos de protecção individual e de algumas viaturas, a abertura de concursos e, mais recentemente, a inauguração de dois quartéis, o da Alta de Lisboa e o do Martim Moniz. Os Verdes reconhecem esse investimento mas, além de tardio é ainda manifestamente insuficiente. -----

----- A este propósito, convém reforçar o que Os Verdes sempre disseram e que acabou por se confirmar. O RSB nunca deveria estar dependente da Taxa Municipal de Protecção Civil que, afinal, se veio a revelar inconstitucional. -----

----- Ou seja, é preciso valorizar o papel dos bombeiros e o RSB merece todo o apoio e reconhecimento por parte da Câmara Municipal e, para isso, é preciso fazer mais. ----

----- Há falta de operacionais porque o mapa de pessoal não está totalmente preenchido. Estão previstos 1112 efectivos mas existem menos de 800, e desses, mais de 200 não estão no serviço de socorro. -----

----- Esta carência de operacionais é insustentável face às necessidades actuais, fazendo inclusive com que algumas viaturas saiam com a guarnição reduzida, o que diminui a capacidade de intervenção na protecção de vidas e bens, assim como põe em risco a segurança dos próprios bombeiros. -----

----- Algumas viaturas têm cerca de 40 anos e necessitam ser urgentemente substituídas. -----

----- Muitos quartéis não têm as mínimas condições de higiene e segurança, o que levou a Câmara Municipal de Lisboa a comprometer-se com a requalificação e construção de novas instalações. -----

----- Podemos referir os quartéis de Santo Amaro, de Alvalade e da Encarnação que, segundo a Proposta n.º 786/2015 sobre a Reorganização e Modernização do Dispositivo de Socorro do Regimento de Sapadores Bombeiros, as respectivas remodelações deveriam estar concluídas no 1º semestre de 2017 mas, até agora, nada. -

----- As obras no Quartel da Graça deveriam estar concluídas no 2º semestre de 2017 mas, em vez disso, foi construído um parque de estacionamento pela EMEL que implicou a desactivação da piscina e do espaço usado pelos bombeiros para treinos.----

----- Os Verdes compreendem perfeitamente a necessidade de se encontrar uma solução para a falta de estacionamento, mas não à custa das condições dos bombeiros.-

----- Apesar de já termos questionado o executivo sobre soluções alternativas, até agora a resposta foi zero! -----

----- Depois temos também o Quartel de Benfica cujo processo é surreal. Este quartel foi desactivado porque não tinha condições e os operacionais passaram para o Quartel do Colombo, que era, na altura, o mais recente e com as condições necessárias. -----

----- Mas, como outros interesses falaram mais alto, o Quartel do Colombo foi destruído para que o Hospital da Luz pudesse ampliar as suas instalações. Um exemplo bem claro de que lado está este executivo.-----

----- Quer isto dizer que, para o executivo e com a total oposição de Os Verdes, a vontade de um hospital privado prevaleceu sobre a necessidade de manter este quartel, com todas as perdas que isso significou. Esta visão é completamente errada e os bombeiros e os munícipes merecem mais respeito e consideração. -----

----- Esta situação fez com que o Quartel de Benfica, o tal que não tinha condições, fosse reactivado e, apesar de algumas obras, as instalações são débeis do ponto de vista logístico e operacional, devendo equacionar-se a sua deslocalização e a construção de um novo quartel.-----

----- E, de facto, Os Verdes visitaram na semana passada este quartel e constataram vários problemas relacionados com infiltrações, falta de sistema de climatização e de iluminação de emergência, espaço bastante reduzido para os bombeiros se equiparem, uma vez que na mesma sala funciona também o ginásio, entre outros.-----

----- Também o Museu do Regimento estava sediado no Quartel do Colombo e continua sem haver um espaço que reúna as devidas condições para acolher o seu espólio, um dos maiores e melhores da Europa.-----

----- Chegamos também ao dia de hoje sem um Regulamento Interno adequado à realidade, um instrumento fundamental para a melhoria da eficiência organizacional do próprio Regimento. Sobre isto, relembramos que há uma proposta já acordada entre o RSB e as organizações sindicais, mas que nunca saiu da gaveta. -----

----- Os Verdes, concretamente sobre o Regulamento, já entregaram vários requerimentos desde 2011 e em 2014 chegou a ser aprovada uma recomendação no sentido da sua aprovação.-----

----- Mas os problemas não ficam por aqui. Os bombeiros que, no ano passado, combateram os incêndios que deflagraram no País, ainda hoje aguardam o pagamento dos valores desse trabalho. -----

----- Também sobre isto, questionámos o executivo há cinco meses e até agora nem o problema foi resolvido nem obtivemos resposta. -----

----- Portanto, facilmente se conclui que o Regimento de Sapadores Bombeiros se depara com muitos problemas.-----

----- E isto, numa altura em que a autarquia está constantemente a evocar a boa situação financeira do município, o que nos leva a perguntar: então porque não é feito o investimento necessário no RSB? -----

----- Os problemas estão identificados há anos e as soluções são conhecidas. Falta passar dos anúncios e das intenções à prática, pois só com um investimento sério e conseqüente haverá uma valorização e um reconhecimento dos bombeiros, do seu trabalho exemplar e de toda a dedicação com que se entregam à sua nobre missão. -----

----- Voltamos a dizer que reconhecemos e congratulamo-nos com as medidas entretanto implementadas que, aliás, foram também reivindicadas por nós porque eram essenciais, mas não foram suficientes e não podemos permitir o desinvestimento que se instalou nos últimos tempos e o incumprimento de compromissos assumidos.---

----- Não podemos, por isso, permitir um RSB numa situação frágil e precária, que pode dificultar uma resposta com a eficácia, a eficiência e a segurança necessárias, podendo mesmo colocar em causa o serviço de socorro prestado à população, especialmente quando isso sucede por falta de vontade política do executivo PS.-----

----- Ao longo dos anos muitos têm sido os compromissos assumidos, desde a proposta sobre a Reorganização e Modernização do Dispositivo que já referimos, e em que muito continua por fazer, com os prazos a serem ultrapassados e a ficar tudo na mesma, passando pelas recomendações da 8ª Comissão aprovadas em 2016, em que a grande maioria está por cumprir, ou até as várias recomendações que Os Verdes aqui têm trazido. Também essas acolheram a concordância dos vários grupos municipais, mas o executivo teima em adiar a sua concretização. -----

----- Por isso mesmo, Os Verdes escolheram como tema da declaração política o Regimento de Sapadores Bombeiros, no sentido de alertar para o muito que falta fazer e propomos que a CML diligencie no sentido da resolução dos problemas descritos, através do reforço do mapa de pessoal, da aquisição de mais viaturas, da remodelação e construção de novos quartéis, da procura de uma solução digna para o Museu do Regimento e pela aprovação do regulamento interno, entre outras medidas. -----

----- Para tal, consideramos ser da maior importância que o executivo envolva o próprio RSB e as organizações sindicais para que estes problemas sejam definitivamente resolvidos, dando informação regular à 8ª comissão, que deve acompanhar e monitorizar esta matéria. -----

----- É o mínimo que a Câmara Municipal pode fazer quando o RSB dá tanto à cidade de Lisboa e aos cidadãos. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage e depois a seguir a Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Senhora Deputada Cláudia Madeira, ao analisarmos o documento aqui trazido pelo PEV, a nossa primeira impressão poderia inicialmente ser de que todos os pontos apresentados na Recomendação seriam facilmente atendíveis e até reconhecendo que poderia merecer o voto favorável da bancada do Partido Socialista, no entanto Vossa Excelência na sua intervenção, esquece-se de lhe dizer que ao longo destes últimos anos, assistimos ao maior investimento de sempre, relativamente às forças de segurança, e nomeadamente ao Regimento de sapadores Bombeiros. -----

----- Aliás nós estivemos em visita, e Vossa excelência esteve connosco, eu estive numa visita a um quartel e verifica-se que houve um enorme investimento em meios humanos, uns efetivos um equipamento quer seja de viaturas, que seja de equipamento de proteção individual.-----

----- A Senhora Deputada referiu os dois quartéis, a Senhora Deputada congratulou-se, e logo a seguir diz que está tudo na mesma! Oh Senhora Deputada, nós podemos criticar, mas não podemos criticar por criticar, não podemos vir aqui pedir tudo! A verdade é que os senhores do PEV por um lado querem que seja tudo feito, e dizem que está tudo por fazer e, por isso insistem em vir aqui defender o Regimento de Sapadores Bombeiros, os Senhores não são os detentores da verdade, nem são os defensores dos Bombeiros!-----

----- Ainda há pouco aprovámos aqui um Voto de Saudação, do CDS, relativamente ao Regimento de Sapadores Bombeiros, mas, e portanto, estaremos aqui todos para defender os bombeiros, porque todos nós conhecemos a importância que eles têm e,

por isso, o executivo do Partido Socialista tem vindo a investir nos bombeiros e no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa e, portanto, não vale a pena, não vale a pena os Senhores virem aqui como os grandes defensores e os únicos defensores do Regimento Sapadores Bombeiros, porque não são! Porque quem investe é o Executivo do Partido Socialista, agora, de facto, não se pode fazer tudo de uma vez só e, por isso é que ao longo dos anos temos vindo a investir e, por isso é que nós não conseguimos prometer tudo a todos, e cumprir tudo, porque isto não pode ser feito dessa maneira. -----

----- Como há pouco dizia o Senhor Deputado Luís Newton, citando o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, farei o mesmo, qual é a pressa? Tenham calma, deixem avançar, deem tempo ao tempo para que as coisas aconteçam, porque o facto é que elas têm vindo a melhorar e a Senhora Deputada reconhece isso. Reconhece que ao longo dos últimos anos, as coisas melhoraram, foram feitas obras de intervenção, mudou-se o dispositivo, houve investimento no equipamento, houve investimento nos efetivos e é isso que tem que continuar a acontecer, e nós naturalmente votámos no passado favoravelmente aquilo que foi a intervenção do PEV nesta Assembleia, e também do PCP em outras circunstâncias, e uma coisa é certa, tendo em conta os considerandos que Vossa Excelência apresentou nesta sua Recomendação, apesar de concordarmos que mais se precisa de continuar a fazer, a ser feito, não poderão, naturalmente, merecer o nosso voto favorável nesta Recomendação. Muito obrigado.”- -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Páscoa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigada, eu queria em primeiro lugar agradecer, de facto, ao PEV ter trazido aqui esta importante matéria, que é realmente a situação do Regimento de Sapadores Bombeiros, e pedi a palavra após a intervenção do Senhor Deputado do Partido Socialista porque, de facto sobre este assunto, nós andamos anos a aprovar realmente Recomendações, a 8ª Comissão, por exemplo, e esta Assembleia no mandato anterior, aprovaram “n” Recomendações sobre este assunto, realmente foi feita, alguma coisa foi feita, não nos vamos colocar na questão de dizer que não, mas Senhor Deputado, temos que reconhecer e como foi dito pelo e o Partido Ecologista Os Verdes, pela Deputada Cláudia Madeira, realmente muita coisa há para fazer e realmente há situações e há problemas que não foram minimamente resolvidos, que não foram e que não têm resposta ainda desta Assembleia, e que, de facto, se arrastam há anos. -----

----- Portanto, daí eu, por exemplo, de saber onde e qual vai ser o destino e a onde é que vai em definitivo ficar o Museu do Regimento Sapadores Bombeiros que foi destruído, aquando da destruição do quartel do Colombo, portanto o PCP, obviamente, irá votar a favor da desta Proposta, portanto, dos Verdes. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, quer falar?” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Quero, estou desejoso. Estou desejoso porque, de facto, quem ouvisse a Deputada Cláudia Madeira ficaria certamente confuso, primeiro porque já fizemos e há o reconhecimento do que se fez numa série de áreas, e depois um traça-se um cenário catastrófico, como se, e chega mesmo a dizer a sua intervenção a Senhora Deputada que pode estar no socorro da cidade em perigo, coisa que não podemos deixar passar em branco aqui, porque o socorro da cidade não está, nem nunca esteve em perigo nos últimos 10 anos do Município de Lisboa, e repito. Nos últimos 10 anos com todos os problemas que se viveram, o socorro da cidade de Lisboa nunca esteve em perigo e muito menos agora.-----

----- Vou-lhe dar só alguns números, para poder perceber o que eu estou a dizer, por um lado quando se diz que há falta de efetivos, neste momento, o Regimento Sapadores Bombeiros, que é uma unidade orgânica do Município de Lisboa, tem com os 80 recrutados, que estão a fazer a recruta, tem 934 bombeiros, que já não tinha há muitos, muitos anos. Só para a recordar em 2011, quando fizemos a última recruta de grande dimensão, fez-se uma recruta de 160 novos bombeiros e com esse número atingiram-se 894, que ainda assim fica aquém do que temos hoje.-----

----- Portanto, estamos em preparação já de uma nova recruta, que do ponto de vista daquilo que são os recursos humanos, quer o recrutamento de bombeiros que chegámos a um momento em que podemos fazer uma recruta anual como um número mais reduzido de bombeiros, porque se é possível estabilizar esse recrutamento não deixando mais que acontece o que aconteceu em muitas décadas para trás, que era fazer grandes impulsos de entrada em vez de fazer a reposição daqueles que se iam aposentando, e é isso que estamos a fazer ver com o acordo e a concordância dos Sindicatos, que até agora manifestaram toda a concordância com esta matéria. -----

----- Depois dizer também que a requalificação de novos quartéis, há uma quantidade apreciável, se olhar para os planos e para a execução, há uma quantidade apreciável de quartéis que já foram, onde houve algumas intervenções, outros são novos, como referiu há dois, há um em concurso que é o novo quartel-general que a tem um investimento de 18 milhões de euros, portanto, como pode ver, e no próximo Orçamento e Plano Plurianual que vem aí em breve, verá que há uma quantidade de outros investimentos em quartéis que está a ser realizada, portanto, não nos venham dizer que há um desinvestimento, ele tem vindo sempre a crescer, todos os anos se investem nos bombeiros entre aquilo que o funcionamento e o investimento propriamente dito, entre 35, nos últimos quatro anos, entre 35 e 40 milhões de euros, independentemente da Taxa Municipal de Proteção Civil ter acabado e, portanto, ser necessário canalizar outras deduções para resolver esse mesmo problema.-----

----- Houve procedimentos a decorrer para a aquisição de novos veículos, eu até me recordo que há uns tempos atrás de haver algumas críticas, penso que não do PEV, mas de outros partidos que com aquela parava, com 8 novos carros à frente da parada na Praça do Município, à frente do Município, pois quer dizer, nuns dias é a tentativa

de mostrar que se compraram novos carros, e isso é eleitoralista, podemos encontrar aqui 4 o 5, por outro lado não se compraram carros suficientes. -----

----- Peço desculpa estamos a fazer uma renovação da frota, como já não se fazia há mais de uma década no Município de Lisboa, e vamos continuar porque no próximo orçamento lá estarão novamente inscritos, a aquisição de novos veículos para o Regimento de Sapadores Bombeiros. -----

----- Quanto à questão do museu encontrámos uma solução que nos parece a mais equilibrada, que faz parte de um plano integrado de valorização dos Museus e daquilo que é o que são espólios do Município de Lisboa, fazendo a integração daquilo que, e com espaço próprio, evidentemente, mas a integração no mesmo espaço entre o Museu da Carris e o Museu do Regimento Sapadores Bombeiros, conseguindo assim localizando numa mesma zona, aquilo que é o espólio considerável que vai certamente valorizar muito aquilo que é o Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros. -----

----- Quanto à questão do regulamento interno, quem a ouvir vai pensar “Bem aquilo deve ser um caos, nada funciona, pode-se desestruturar tudo a qualquer momento”, o último Regulamento Interno que foi feito data de 1953 e, portanto, esse foi o modelo adotado à data, depois com todo o conjunto de ordens de serviço e orientações, que o comando vai dando, podemos dizer “Bem, se calhar, valia a pena compilar tudo isso.”, e isso vai ser feito e, portanto, chamar a isso o Regulamento, ou chamar a isso tudo o manual operacional do Regimento de sapadores Bombeiros, não será completamente indiferente, mas é muito próximo e isso garante o que está a acontecer, neste momento, sem regulamento, garante que todo o dispositivo funciona, tudo funciona, o Regulamento é um fétiche de alguns, porque, de facto, com o sistema vigente o Regimento de Sapadores Bombeiros continua a funcionar, e bem, não há hoje razões de queixa sobre essa matéria. -----

----- Os valores sobre aquilo que o que foi a participação dos bombeiros nos últimos incêndios no ano passado, nos incêndios não urbanos, portanto, fora da nossa zona de intervenção, de facto demorou muito a resolver, e *mea culpa* por algum desse atraso, houve aqui alguma tentativa de que aquilo que foi um protocolo assinado, com a Autoridade Nacional fosse concretizada, mas nós esquecemos essa concretização, ela há de ser concretizada em breve e vamos, já comunicámos isso aos Sindicatos e acordámos isso com os Sindicatos, e vamos pagar de imediato essa situação, que recorde que ficou aqui nalguma nebulosa, porque todo o sistema de combate a incêndios não urbanos. Portanto, fora daquilo que é a área de intervenção do Regimento de Sapadores Bombeiros, foi sempre ou foi quase sempre em regime de voluntariado, e portanto ficou aqui uma dúvida, se havia razão para pagar ou não sobre esta matéria. -----

----- Eu já me perdi aqui um pouco, só queria dizer uma coisa que me parece evidente e que certamente foi um lapso quando escreveram esta Recomendação, é que no seu ponto 9 diz qualquer coisa como “articule com o RSB” e, portanto, “o Município de Lisboa articule com o RSB e o STML, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, no sentido de resolver definitivamente os problemas que se colocam, que

colocam em causa as condições de trabalho dos bombeiros”, em primeiro lugar o RSB é uma unidade orgânica do Município de Lisboa, portanto, não precisamos de articular, as coisas fluem com a naturalidade com que fluem com qualquer outra unidade orgânica, não há Propostas que vão a Câmara ou que venham aqui à Assembleia que não estejam articuladas com o comando do Regimento Sapadores Bombeiros.-----

----- Por outro lado, como é evidente, não nos podemos articular só que o STML, o STML é um sindicato muito importante, mas há outros sindicatos e, portanto, nem nós e penso eu que também não o PEV queriam que nós fizéssemos aqui uma relação unilateral com algum dos sindicatos, tem que ser com os sindicatos, e eu isso percebo, deve ter sido um equívoco que tiveram aqui. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Cláudia Madeira quer responder?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra respondeu às questões:-----

----- “ Obrigada, em primeiro lugar queria agradecer as intervenções e as questões que nos foram colocadas, e parece que há aqui um equívoco, tanto a intervenção dos Verdes com uma Recomendação que foi apresentada foi bastante clara.-----

----- Nós não dissemos em momento algum que não tinha sido feito nenhum investimento ao longo dos anos, portanto, aconselho o Senhor Deputado e também o Senhor Vereador a relar a nossa Recomendação.-----

----- O que é dito é que foi feito esse investimento e que agora estagnou, na intervenção inclusive é dito que esse investimento foi feito maioritariamente em 2016 e 2017, curiosamente, coincidiu com a questão da Taxa Municipal de Proteção Civil, por isso é que referimos também na intervenção no que nunca o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa podia estar dependente de uma taxa, que até se veio a revelar inconstitucional como os Verdes alertaram desde o início, Lisboa e a segurança merecem mais, os cidadãos merecem mais, os bombeiros merece a mais e tem que haver uma efetivo investimento, portanto, nós não dissemos e não aceitamos que nos digam que nós dissemos que não houve esse investimento, esse investimento houve, não fosse suficiente, veio tarde e foi insuficiente, portanto, o que nós estamos a pedir hoje e é uma reivindicação que é feita de um contacto próximo com o Regimento Sapadores Bombeiros e também com as organizações sindicais, não só o STML, o que nós solicitamos é justo e é necessário, e o Executivo desta obrigação para com o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, portanto não estamos a pedir nada de extraordinário, é uma necessidade que o próprio Regimento nos transmitiu, portanto, não estamos a inventar nada!-----

----- Em relação à visita que fizemos em 2016, é verdade, e Os Verdes, os Verdes estranham e ficam espantados, como é que o Senhor Deputado Manuel Lage esteve nessa visita, se deparou com os problemas e críticas que foram feitas, e muitas coisas continuam na mesma, não foi tudo resolvido, e o Partido Socialista votou as Recomendações 8ª Comissão, que muitas delas continua por fazer, então em 2016



justificavam-se e algumas delas continuam hoje por fazer e já não se justificam porquê? Porque são Os verdes que apresentam? -----

----- Na 8ª. Comissão, não nos parece justo. Não, não está tudo a ser perfeito, por exemplo, há uma proposta, a Proposta 786 de 2015, apresentada pelo executivo do PS, votada a favor pelo Partido Socialista em que grande parte das coisas parte das coisas continuam por fazer, eram quatro quartéis para construir, foram dois, obras em quartéis continuam a faltar, algumas viaturas continua a faltar, portanto, os próprios compromissos assumidos pelo executivo, continuam a falhar, as Recomendações aprovadas por unanimidade em 2016, na 8ª. Comissão e depois aqui em Plenário, grande parte delas continuam por concretizar, por cumprir.-----

----- Congratulamo-nos com algumas informações que o Senhor Vereador prestou, vamos estar atentos ao orçamento de 2019, e esta vai continuar a ser uma reivindicação dos Verdes, e estamos aqui também para fiscalizar e para saber se estas questões vão efetivamente ser concretizadas ou não, porque intenções, anúncios, verbas no orçamento tem havido, depois falta é concretizar. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro, do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Senhora Presidente em Exercício, Senhora Secretária, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Deputadas Municipais, Caro Público, resistente Público.-----

----- “Trazemos, hoje, a esta Assembleia a importante questão do Plano Director Municipal de Lisboa (PDML), uma referência essencial do ordenamento da cidade. A última revisão do PDM foi aprovada em 2012, com os votos favoráveis, na Câmara Municipal, do PS, dos Independentes e do PSD, e os votos contra do PCP e do CDS-PP (8 dias depois, na aprovação pela Assembleia Municipal, o PSD mudou o seu voto para Abstenção, sendo a revisão proposta definitivamente aprovada). Em todo esse processo de revisão, o PCP procurou por diversas vezes salientar a importância do PDM como instrumento de planificação e gestão do território que protegesse o interesse público, o progresso social e as populações, de forma clara e transparente, salvaguardando os usos do território e o equilíbrio entre as suas diferentes funções. ---

----- A proposta então aprovada constituiu, a nosso ver, a quase antítese destes objectivos com um PDM revisto marcado pelo atendimento às preocupações dos promotores imobiliários liberalizando a normativa urbanística, tanto quanto possível, incorrendo na negação do próprio planeamento urbanístico e sacrificando as garantias de prestação dos serviços públicos à população às garantias dadas por promotores imobiliários e ao “mercado”. Esta preocupação com as necessidades dos promotores imobiliários esbarrou naturalmente com as enunciadas preocupações, à época, com o abandono pela população residente e pelas actividades económicas da cidade. Na

verdade, têm-se confirmado alguns dos piores prenúncios constantes da argumentação do PCP para votar contra a revisão de 2012: -----

- - a troca de créditos urbanísticos, utilizáveis pelos grandes promotores imobiliários, pelo estímulo à criação de habitação a encargos ditos acessíveis não atraiu população residente -----
- - a restrição de áreas vocacionadas e devidamente apetrechadas para a instalação de actividades económicas na cidade, liberalizando a sua implantação aleatória pela cidade, não atraiu novas actividades económicas gerando, pelo contrário, graves factores especulativos de venda ou arrendamento -----
- - confirmaram-se os enormes receios com a defesa do património cultural construído e com a promoção dos recursos ambientais e paisagísticos da cidade-----
- - permitiu-se as alterações de usos por toda a cidade (fosse habitação, comércio, escritórios ou indústria) à medida dos interesses do “mercado” pondo em risco uma adequada prestação e programação de equipamentos e infra-estruturas essenciais à vida urbana-----
- - aumentou a complacência com a intensificação da redução dos espaços vazios da cidade, ditada pelo “mercado” do imobiliário e especulação associada, alargando-se as condições de ampliação em altura e volumetria e da edificação existente nas áreas consolidadas pondo em causa factores de equilíbrio ambiental (logradouros) -----
- - voltou-se ao licenciamento urbanístico aleatório prescindindo a Câmara, quando considerasse, de instrumentos de planeamento urbanístico-----
- - continua a não existir um compromisso sério de qualificação, no âmbito das competências municipais, das condições para a circulação dos diferentes modos de transporte público (rodoviário ou sobre carris)-----

----- Por fim, uma última consequência:-----

- - representou um maior afastamento da intervenção deste órgão autárquico na qualidade do ordenamento urbanístico da cidade pelo recurso generalizado à figura das unidades de execução. -----
- E são muitos os exemplos, ao longo destes 6 anos de vigência do PDM com esta revisão, que consubstanciam tristemente os alertas então deixados. -----
- Um exemplo gritante dos chamados “créditos de construção”, em que o promotor paga para poder construir mais do que é permitido, são os 17 pisos das Torres de Picoas. Negócio especulativo, na nossa opinião, mas que mereceu o voto favorável do PS e independentes. -----
- No caso do Hospital da Luz, a empresa proprietária teve direito a um plano de pormenor desenhado à medida dos seus interesses, com a alteração de uso na parcela municipal confinante com o Hospital. Além da hasta pública necessária à disponibilização do terreno ainda se demoliu o mais moderno e caro quartel de Bombeiros da cidade e o Museu, que aliás a Deputada Cláudia Madeira acabou de referir, implantados nessa parcela. O PCP votou contra e as restantes forças políticas a favor da hasta pública. Nos projectos de arquitectura de ampliação do Hospital, o PCP votou contra e o PSD e CDS abstiveram-se.-----

----- Um outro exemplo, das consequências da desclassificação das áreas envolvidas para localização de equipamentos, foi a possibilidade que a ESTAMO teve de apresentar projectos de imobiliário de luxo para os edifícios dos hospitais da Colina de Santana ou o projecto de um hotel da SONAE para uma parcela da Estação Ferroviária de Santa Apolónia. -----

----- Para além de todas estas consequências e os perigos que comporta o actual quadro, que na nossa opinião importa reverter, soma-se a conjuntura actual que é sobejamente diferente da de 2012. Hoje, temos uma cidade ainda mais gentrificada, profundamente marcada pela turistificação, onde operam interesses imobiliários especulativos brutais. Todas razões para que o poder público exerça um planeamento do território que permita uma gestão da cidade que privilegie os interesses de quem aqui reside e trabalha. Um planeamento orientado para o direito à cidade, que salvguarde os usos do território e do património, e não para os interesses privados ou do “mercado” com toda a indefinição de regras, desregulação e desordenamento que permitem a utilização do solo para gerar mais e mais lucros. -----

----- Assim, sendo legalmente possível rever o actual PDM de Lisboa, consideramos necessário iniciar o processo da sua revisão e urgentemente readequar este importante instrumento de planeamento municipal às necessidades da nossa cidade.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. O Senhor Vereador quer usar da palavra? Certo, muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero usar da palavra só pode dizer que não partilho desta visão de cidade. -----

----- De facto, esta cidade está numa encruzilhada em grande medida, por bons motivos, ou seja, há aqui um conjunto de problemas que não são os problemas da cidade de Lisboa, são problemas do mundo, neste momento, e nós não podemos ter esta visão paroquiana de que os problemas são todos nossos e são todos da nossa responsabilidade!... Não são!-----

----- O mercado de capitais funciona de forma livre e mundial, nós não conseguimos regular nem no Município de Lisboa nem em Portugal, uma forma geral, mas em Portugal, uma forma geral, ou seja a nível governamental, temos alguma capacidade de o fazer. Nós como Câmara temos muito poucos instrumentos para o fazer, temos que ter toda consciência disto e parar com esta fustigação como se a cidade de Lisboa tivesse nas suas mãos todos os instrumentos para parar este tipo de problemas. -----

----- Mas eu recorro que alguns dos que hoje dizem “Ah, favorecemos a especulação imobiliária, Ah, temos um conjunto de problemas”, eram os mesmos que diziam, agora pomos no outro lado da balança, “Esta cidade está a cair, não há reabilitação urbana”, pelo menos esse o desafio que têm que concordar que este Plano de Diretor Municipal deve ter contribuído alguma forma para que essa questão fosse melhorada, temos uma cidade muito mais reabilitada do que tínhamos até há poucos anos atrás, isto é algo que é melhor certamente. -----

----- Obviamente que podemos estar aqui a falar de visões completamente diferentes e eu até temo dizer isto, de sociedade e de mercado, eu acredito que no mercado, no livre mercado, regulado. Eventualmente, partimos de pressupostos diferentes, agora nós não podemos escamotear que esta cidade há 4 anos atrás, há 5 anos atrás, estava a cair, não se podia circular na Baixa, esse objetivo que é um objetivo enunciado no PDM e que todos partilhamos, eventualmente, com visões diferentes na forma como conseguir, foi e está a ser atingido. -----

----- Evidentemente que há um conjunto de outros efeitos que precisam de regulação e, por isso é que tivemos aqui a falar de quotas para alojamento local, de eventualmente outro tipo de intervenções que atuem sobre a procura e sobre a oferta no mercado imobiliário, para o podermos regular melhor e para podermos fazer um território mais coeso e mais equilibrado. -----

----- Agora não podemos é querer a tudo ao mesmo tempo, e queixarmo-nos um dia de uma coisa e outro dia do seu contrário, diabolizando aqueles que construíram um Plano Diretor Municipal que favoreceu essa primeira, que era alvo das críticas de todos. -----

----- Também não nos podemos esquecer que não é verdade que a cidade não tenha gerado mais emprego, não é evidente para todos passámos de uma situação de um grave problema desemprego para uma situação em que é difícil contratar na cidade de Lisboa em múltiplas áreas? É um problema, pois é, mas é um bom problema! -----

----- A cidade de Lisboa hoje, algumas das coisas de que aqui nos queixamos, sobre, por exemplo, construção, ela está a sofrer de termos não diria um bom emprego, mas estarmos muito próximos do pleno emprego. Isso é um mal? É certamente um problema, mas não é um mal, temos mais munícipes, mais cidadãos a poderem ter algo que é fundamental para a vida de cada ser humano que é ter um trabalho e poder trabalhar, desenvolver o seu trabalho e poder governar sua própria vida e a vida familiar, se assim o desejar. -----

----- Portanto, não podemos atuar sobre estas matérias de forma cega, nem podemos diabolizar um instrumento que há de ter os seus defeitos e temos que os melhorar, e a cidade mudou muito e, portanto, é preciso ajustarmos algumas coisas certamente no PDM, mas não vamos diabolizar um PDM dizendo que ele esteve ao serviço da especulação imobiliária, porque não esteve ao serviço da especulação imobiliária, hoje já não responde eventualmente bem a algumas questões, temos que melhorá-lo, mas não é, não foi ele, ele deu-nos a possibilidade de termos uma cidade mais reabilitada e com muito mais emprego e com a economia muito mais dinâmica do que, que era o nosso problema de 2012 ou de 2013. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Teresa Craveiro queria fazer alguma pergunta?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Nós iremos votar a favor da revisão do Plano Diretor Municipal, no entanto, eu gostaria de dizer e salientar que exatamente o urbanismo, os instrumentos não são ciências exatas, elas se experimentam e se vão fazendo e, portanto, de facto, o documento em si não tem todos os efeitos negativos, se lembrarmos que teve um prémio de sustentabilidade em 2013, na Austrália, pela grande inovação das questões ambientais, e referia isso, porque isso é importante! Nós também temos que ter orgulho, nalgumas áreas que nenhum PDM em Portugal tem, nomeadamente exatamente nas questões de drenagem, tudo o mais, foi um trabalho que já vinha de 94 continuado, com o a escola do professor Ribeiro Telles de que, felizmente, alguns Técnicos Municipais estão a funcionar e trabalho nisso, portanto, ou seja, é preciso quando se olha para um instrumento, não o pôr como se fosse dicotómico, ou ele é perfeito ou ele é, de facto, mau, portanto, há aqui material que eu gostaria de ter visto nos considerandos, quer dizer os 4 considerandos ficam aquém daquilo que é uma análise do meu ponto de vista, mais, enfim, aprofundada e menos apaixonada na dicotomia exatamente do instrumento, ou seja, perceber como é que Lisboa está ou não a cumprir os objetivos estratégicos que está no artigo 2º? Isso vamos verificar que há alguns não estão a ser cumpridos, e mais grave, não estão a ser monitorizados para além do Relatório do Estado do Ordenamento, ou seja, era preciso termos uma monitorização e perceber como é que a identidade da cidade se manteve num mundo global, isso era uma dos objetivos, é como é que eu vou coexistir em identidade num mundo global, que é exatamente a matéria de que o Vereador está a colocar.-----

----- Ou seja, há aqui um aprofundamento nos considerandos que, de facto, eu penso que era preciso pelos feitos, para além desta dicotomia, de que o documento é todo errado e de que o documento não tem, porque efetivamente há aqui matérias que nos ultrapassaram, sob uma escala global, e não podemos negar o que são os efeitos da globalização.-----

----- Portanto, aquilo que me parecia que deveria ser acrescentado é sim senhora, a questão da revisão, mas discutindo previamente quais são os objetivos estratégicos hoje, aqui e agora nesta cidade, que tem que ser revisto artigo 2º, antes de passar exatamente para os instrumentos num ponto de vista de matérias, porque o Plano Diretor Municipal é um instrumento urbanístico de uma estratégia, e só não o é porque nós em 94, conseguimos fazer um plano estratégico autónomo do plano diretor, porque a legislação permitia, e neste momento, infelizmente, a legislação veio dizer que os planos estratégicos estão integrados nos planos diretores, daí termos que monitorizar a estratégia, porque o plano diretor é tão-só um plano urbanístico, não podemos pedir um plano diretor aquilo que eles não nos pode dar, e eu acho que, às vezes há uma confusão relativamente a isso, o que deveríamos monitorizar é a estratégia e os objetivos estratégicos do artigo 2º, que eu não vejo, muitas vezes, monitorizados. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Microfone à Senhora Deputada Natacha Amaro.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra respondeu às perguntas:-----

----- “Antes de mais queria agradecer os contributos que vieram, é pena que tenham sido tão poucos, sendo uma matéria que nós consideramos de uma importância extrema para a vida na cidade, a vida atual e principalmente para os anos que aí vêm, seria de todo importante que esta nossa Proposta suscitasse um pouco mais debate, de qualquer forma não podemos deixar de valorizar o contributo que foi deixado agora mesmo, que reforça a brigada suprida, reforça sem dúvida a as nossas preocupações e intenção, digamos assim, ao iniciar esta discussão, este tema não é coisa que se resolva com uma recomendação, com uma deliberação ou uma votação e já está eu é um tema demasiado profundo e que obriga a um estudo, a um debate e ao contributo o mais alargado possível de todos os que têm, de facto, interesse em resolver alguns destes assuntos e, portanto, a temos essa consciência e é muito importante de facto todas as opiniões que vieram, relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador, é evidente que não partilhamos a visão da Cidade, isso é assim um pouco óbvio, não é? -----

----- Agora relativamente a duas questões que o Senhor Vereador colocou gostaria apenas de responder o seguinte: relativamente ao emprego criado, é evidente que não tenho aqui comigo agora estatísticas, mas terei todo o gosto em fazê-las chegar, não podemos olhar apenas ao emprego criado que foi muito, foi mesmo muito na cidade de Lisboa, mas também houve muito emprego destruído na cidade de Lisboa, e há sem dúvida, um estudo imenso a fazer relativamente a isso, e que nos daria muitos elementos sobre aquilo que é nossa cidade hoje, e em que é que ela está transformada.-

----- A questão principal, da reabilitação urbana e esta é uma é uma questão interessante, normalmente vem mais à baila quando colocamos os problemas relacionados com o turismo, mas é evidente que falando de PDM e de Ordenamento do Território na Cidade, ela é incontornável, de facto, houve uma grande reabilitação urbana em grandes áreas da cidade, algumas delas bastante destruídas, a questão principal que, do nosso ponto de vista, se coloca é quem é que fez essa reabilitação urbana e para quem aquela foi feita? Quem é que lucrou com essa reabilitação urbana e quem são as pessoas que usufruem dessa reabilitação urbana? Quem é que, neste momento, vive nesta cidade e quem é que está a lucrar brutalmente com essa alteração urbanística nas fachadas da cidade? Enfim, pano para mangas, que depois podemos fazer chegar ao Senhor Vereador, estas opiniões de forma um pouco mais aprofundada. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, está mais do que um, Senhores Deputados Municipais, Caro Público.-----

----- O CDS hoje traz a esta Assembleia as Declarações Políticas em dois documentos, o primeiro relativo a um Voto de Saudação pelos 150 anos da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, que comemora os 150 anos no próximo dia 18 de Outubro, esta foi a primeira associação de bombeiros em Portugal, numa altura em que a sociedade se organizarem para chamar a si a resolução dos problemas da cidade, e para as quais a data nem o Estado nem as autarquias tinham soluções e, portanto, nesse sentido, foram eles que criaram a primeira resposta de socorro aos cidadãos, e aproveitava também para salvar na pessoa do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, Paulo Vitorino, que está cá hoje, saudar na sua pessoa todos os bombeiros da cooperação e a direção da Real Associação. -----

----- Dizer que a história da Associação, ela fala por si, seja pelo trabalho desenvolvido em Lisboa e no país, seja pelo seu legado histórico e que são reconhecidos instituição nem pelos serviços prestados com a atribuição de várias Comendas e Ordens.-----

----- É um trabalho assente nos pilares do associativismo e do voluntariado que deve nesta data em que se comemora 150 anos ser enaltecido por tudo o que fez, e continua a fazer por Lisboa, onde se encontra sediada, mas também por Portugal e, portanto, hoje o que o CDS propõe ao Plenário é um Voto de saudação a esta data, a esta cooperação e obviamente louvar a sua direção, os bombeiros voluntários que a integram, pela sua dedicação, entrega e socorro prestados a bem de todos e por todos. -

----- O segundo documento que apresentamos é uma Recomendação que tem como título, “Mais Parques Infantis e Jardins Inclusivos”, nós todos sabemos que Lisboa é uma cidade que apresenta enormes desafios a nível da mobilidade pedonal, em particular para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência, e que é uma franja como sabemos vulnerável da nossa sociedade.-----

----- O Município de Lisboa tem dado passos muito positivos, tem havido um largo consenso nessa matéria e que está espelhado, diria eu, sumaria ou sintetizaria naquilo que foi a melhoria do espaço público efetuada através das medidas que estão e que estão incluídas no plano de acessibilidade pedonal de Lisboa, e que veio trazer acima de tudo uma eliminação de barreiras arquitetónicas, desde a sinalização e trouxe-nos também pisos confortáveis preços, entre outras medidas. -----

----- Nós entendemos que é obrigação do Estado e principalmente das Autarquias, enquanto órgão mais próximo das suas comunidades, encontrar soluções para todos os cidadãos, sem exceção, se sintam parte dessa comunidade, e é por isso que hoje trazemos aqui esta Proposta. -----

----- Aquilo que trazemos é algo que é pouco feito em Portugal, mas é feito em muitos países, não só do nosso continente, nas de outros e, portanto, é uma aposta em mobiliário urbano adaptado, nós a nível de oferta de fruição pública deste mobiliário adequado a pessoas portadoras de deficiência, seja em Lisboa, mas também em Portugal, é praticamente inexistente, temos um caso em Lisboa no Parque das Nações, temos um caso também nos Olivais, e também queria destacar aquilo que foi uma medida que foi aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia da Penha de França, proposta pelo CD S e que veio a propor a adaptação do parque infantil do Jardim da Paiva Couceiro, quer o jardim quer o parque infantil, com mobiliário adaptado a pessoas com mobilidade reduzida. -----

----- Como é que nós queremos fazer? Esta Proposta vem propor que este mobiliário urbano seja aplicado aos nossos parques da cidade, com a colocação de bancos acessíveis e nos parques infantis com a colocação de baloiços adaptados e, obviamente, com as necessárias adaptações que terão de ser feitas, aos acessos até esse balouço.-----

----- Não foi possível fazermos aqui uma apresentação visual ou PowerPoint, mas distribuímos por todas as Bancadas Municipais, e Deputados Independentes, distribuímos uma apresentação em que pudemos mostrar-vos simulações sobre aqui que são balouços adaptados e bancos acessíveis que, aliás, ganharam prémios de inclusão e que os autores estão aí identificados no documento que vos foi distribuído. -

----- Mostramos também a simulação do estudo que nós fizemos para implementação quer no Jardim quer no parque infantil da Praça Paiva Couceiro, e depois apresentamos também aqui alguns exemplos de cidades inclusivas que existem por esse mundo fora, e que já têm esta adaptação implementada e, portanto, o que nós propomos em suma, é que ela seja aplicada, ao espaço público em particular, a parques e jardins, aos parques infantis que estejam na esfera das Juntas de Freguesia, aqui obviamente terá que haver uma colaboração estreita entre as Juntas e a Câmara Municipal de Lisboa para fazer a avaliação e a sua implementação, a nível de custos mais uma vez a Câmara será essencial como alavanca, para poder suportar este custo acrescido às Juntas de Freguesia, mas que é por uma boa causa! É pela causa da promoção da inclusão social, e depois, obviamente, ter aqui, porque somos não podemos fazer tudo de uma vez só, só parques infantis de Lisboa são 154 e, portanto, terá que haver aqui um critério de localização que tenha em conta a abrangência territorial e a dispersão geográfica.-----

----- Em suma, equipamentos adaptados para crianças e pessoas portadoras de deficiência inseridos em espaços de fruição pública, porque temos várias IPSS, que a nível privado têm estes equipamentos, mas não está aberto ao público, de espaços que acolham todos todos sem qualquer diferença ou extinção, uma resposta a uma oferta pública que é inexistente, neste momento, obviamente potenciar também e gerar uma visão inclusiva e de interação entre os utilizadores e obviamente que, em particular nos parques infantis, ter um efeito e uma papel sociais, educacional e pedagógico nas crianças e nas famílias.-----



----- E em suma esta Proposta que nós pretendemos hoje a apresentar é fazer que Lisboa seja cada vez mais uma cidade inclusiva e para todos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Eu peço desculpa, foi-me chamado à atenção que enquanto o Senhor Deputado estava a falar havia barulho na sala, peço que tenham em conta esse facto, que não se volte a repetir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, muito rapidamente, só para dizer que, na execução do plano de acessibilidade pedonal foi dado prioridade durante os últimos anos aos passeios, passagens de peões e paragens de autocarro, mas já no dito Plano, na ação M-10, está a realização de um estudo que foi realizado sobre acessibilidade de equipamentos de jogos e recreio em escolas básicas do 1º ciclo, este estudo está em fase já de edição, portanto já está com todo o seu conteúdo definido e pode ser, vai ser disponibilizada *online* até ao final do ano e que, portanto, vemos com a com toda a naturalidade a aprovação desta Recomendação, até porque ela vai de encontro àquilo que já está a ser desenvolvido pelo Município. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura quer acrescentar alguma coisa?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, como eu disse, eu acho que há aqui uma consonância em relação àquilo que é o plano de acessibilidade pedonal, aos seus efeitos e às suas medidas, aquela medida que enunciou, que é a medida M-10, ela diz especificamente respeito às escolas públicas e portanto, sendo pública há um acesso que é privado e é fechado a partir terminado horário, portanto, aquilo que nós aqui propomos é que os nossos parques infantis, e já temos bons exemplos em Lisboa, e volto a recordar o caso da Penha de França, que é o caso que que é, que é o órgão autárquico que tomou esta decisão há pouco tempo, portanto, em abril, com este estudo que nós podemos apresentar e temos todo o gosto em facultar à Câmara, que foi feito por duas pessoas especializadas nesta área e que fizeram, aliás, ganharam prémios de inclusão com este mobiliário urbano que foi apresentado e que criaram especificamente um estudo de implementação naquilo que é o Jardim e o parque infantil da Paiva Couceiro e, portanto, só posso ver com bons olhos que haja essa abertura e essa vontade por parte da Câmara Municipal de também levar avante estas medidas, e obviamente que tornasse Lisboa uma cidade mais inclusiva para todos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Mais uma vez muito boa tarde. -----

----- Quem hoje passeia pela cidade de Lisboa consegue reconhecer, obviamente, uma mudança nas dinâmicas da cidade, há mais obras, há reabilitação, há mais pessoas, há movimento nas ruas, há mais vida na cidade, mesmo durante a noite. -----

----- Houve, de facto, um crescimento não só nas suas diferentes vertentes desde a económica à social, mas também há uma Lisboa da qual pouco se fala e que não podemos ignorar. Ora o facto de não falarmos sobre um problema, nunca fez com que esse problema desaparecesse, pois falemos então de pobreza, o tema que o PAN traz hoje na sua declaração política a esta Assembleia Municipal. -----

----- A pobreza existe, existe em Portugal e existe em Lisboa! Em 2001 a Comissão sobre os Direitos Sociais e Económicos e Culturais das Nações Unidas definiu a pobreza com uma condição humana caracterizada por privação sustentada, ou crónica, de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. -----

----- De acordo com o retrato de Lisboa, elaborado pelo Observatório da Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa, o peso da população dependente tem vindo a aumentar desde 1981 face à população em idade ativa, os processos de despedimentos coletivos que originaram o desemprego 17 mil pessoas, cerca de 17 mil pessoas desde 2008, aproximadamente, metade das crianças inscritas no 1º ensino básico, beneficia de apoio social escolar e na 4º trimestre de 2014 o valor da habitação aumentou para 30 por cento.-----

----- A pobreza não é assim algo que está longe ou noutra realidade, noutra país ou até mesmo do continente, onde crianças morrem de fome e onde não há esgotos nem água, porém, a pobreza não tem sido discutida, não tem sido objeto de políticas integradas que a combatam! Menos ainda a nível Municipal, discutimos habitação, discutimos transportes, turismo, jardins, mas não a pobreza! Esta não se discute nem se debate aqui, contudo, a pobreza não se combate sozinha e deveria ser transversal a tudo o que é votado, seja o emprego, o turismo, o desenho da cidade, os transportes e claro à habitação.-----

----- Mas isto não acontece porquê? Teremos nós uma cidade assim tão bonita onde tudo é perfeito e arrumados? Ou temos vergonha de assumir que há pobreza em Lisboa, vergonha não é admitir a pobreza, mas sim não a debatermos, é chutarmos para canto e não preparamos políticas que a combatam!-----

----- É difícil combater aquilo que ignoramos ou desconhecemos, pelo que para combater este fenómeno, temos que necessariamente falar dele em voz alta e sem medos! É por isso que devemos falar na forma como as decisões que aqui tomarmos e

a atenção, também, que damos a este assunto vão combater ou não a pobreza, a discriminação e a exclusão social.-----

----- No próximo dia 17 de outubro vai celebrar o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, este ano o dia é dedicado ao tema Unir-se aos Mais Excluídos para construir um mundo onde os direitos humanos e a dignidade sejam universalmente respeitados, somos assim convidadas e convidados a pensarmos nas pessoas que vivem em situação de pobreza e no seu esforço diário para verem cumpridos os seus direitos.-----

-----Recordo que já em 2008, a Assembleia da República declarou, nos considerandos da Resolução número 31/2008, de 23 de julho, que a pobreza conduz à violação dos direitos humanos.-----

----- Também a agenda para o desenvolvimento sustentável veio definir como primeiro objetivo acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares até 2030, não devendo ninguém ser deixado para trás, o que implica reconhecemos que a pobreza não se mede unicamente pelo rendimento individual e que não podemos escondermo-nos atrás médias nacionais, e também locais, das pessoas mais vulneráveis. As pessoas mais vulneráveis, as quais como em quase tudo são crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre outros, mais, o Pacto de Amesterdão refere explicitamente a pobreza urbana com uma das suas doze prioridades.-----

----- Ao concentrarem-se tantas pessoas nas cidades e em áreas urbanas, concentram-se precisamente problemas complexos como o desemprego, ou a segregação, a própria gentrificação traz-nos este problema.-----

----- Sendo a UNIÃO Europeia uma das áreas mais urbanizadas do mundo e com mais de 70 por cento da população a viver em áreas urbanas, aponta nas projeções para 80 por cento em de em 2050, as decisões relativas à forma como lidamos com estes problemas nas cidades, e na nossa cidade em particular, terão necessariamente um importante impacto no futuro económico, social e até ambiental.-----

----- Assim não basta existir um crescimento económico para erradicar a pobreza, precisamos de uma estratégia nacional e de uma estratégia local para o fazer, há uma série de indicadores relacionados entre si que carecem de respostas também elas integradas, desde logo, não combatemos a pobreza infantil sem combatermos também a pobreza do agregado familiar, entre tantos outros exemplos que podíamos aqui anunciar, por isso e porque consideramos que este é um problema de todas e todos, é um tema ao qual precisamos de dar voz, apresentamos hoje uma Moção e uma Recomendação, uma Moção para que esta Assembleia Municipal de Lisboa delibere apelar ao Governo a criação de um grupo de trabalho transversal aos diferentes ministérios, e às diferentes organizações, incluindo as da sociedade civil para estudo e conhecimento pobreza numa perspetiva multidimensional, criar também uma estratégia nacional de combate à pobreza, integrando as diferentes áreas sectoriais, entre elas, a habitação, a educação, a saúde, o emprego, a justiça, prestações sociais, urbanismo, entre outras matérias, apresentar também relatórios públicos de monitorização das políticas adotadas utilizando critérios comuns de forma a facilitar a

mediação do impacto sobre as mesmas e a diminuição da pobreza e da exclusão social.-----

----- Apresentamos também uma Recomendação para que esta Assembleia Municipal delibere também recomendar à Câmara Municipal de Lisboa assumir o combate à pobreza, como um dos objetivos da Autarquia, o apoio à recolha de dados atualizados e territorialmente localizados e na elaboração de estudos regulares que apoiem a luta contra a pobreza, como a disponibilização pública dos mesmos, a construção de uma estratégia integrada de combate à pobreza em Lisboa, envolvendo todas as Vereações que infelizmente não estão hoje aqui presentes, desde o início do projeto processo, incluindo a definição de metas mensuráveis e a calendarização de relatórios e avaliações, a disponibilização de recursos técnicos e financeiros para esta mesma estratégia, assim como a realização de campanhas de sensibilização para a temática da pobreza e da exclusão social, adaptadas a diversos públicos.-----

----- Reconhecemos, obviamente, que quer por este Executivo quer no Plano Nacional têm sido dado passos no sentido da construção de uma estratégia e com estas Propostas pretendemos precisamente reforçar a necessidade da sua implementação, garantindo assim que combate a pobreza seja efetivado, é uma pena que esta Assembleia a esta hora esteja já vazia e que não haja, de facto, uma atenção sobre este tema que é a pobreza e a exclusão social na nossa Cidade.-----

----- Termino por isso citando o ministro o antigo Ministro e Conselheiro de Estado Alfredo Bruto da Costa, estudioso destas matérias, para que pelo menos deixemos esta sala hoje em reflexão, “Pobre é quem mais, além de tudo, perdeu todas as formas de poder. Combater a pobreza é além do mais restituir ao pobre, o poder que perdeu, também por isso, o combate à pobreza é antes de mais um problema político, e porque também está ligado à satisfação das necessidades básicas é um problema político da mais alta prioridade, é um problema de liberdade e de dignidade. Façamos pois desta temática uma por uma prioridade desta Assembleia. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Páscoa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigada, muito rapidamente de facto dado o adiantado da hora, como a Senhora Deputada agora já disse, este é um problema realmente muitíssimo importante e penso que pudesse sugerir que, em próximas Assembleias seja retomado.

----- A minha intervenção é apenas só para chamar um bocado a atenção que a pobreza tem realmente causas sociais e económicas muito profundas e que, de facto, fazermos, pensarmos que podemos fazer alguma reparação apenas com base em medidas locais que isto não resolve realmente o problema, portanto a pobreza resolve-se realmente com outras políticas, com novos modelos económicos, com novos, de

desenvolvimento sobretudo, aí sim, estaremos em condições de combater este flagelo que é realmente da pobreza, de qualquer forma foi muito bom o Partido Pessoas Animais e Natureza ter realmente trazido aqui à reflexão este assunto. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage, do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente e Senhores Deputados. -----

----- O PAN traz-nos aqui dois documentos, uma Moção sobre estratégia nacional de erradicação da pobreza. Dizer, naturalmente que o Partido Socialista, em 1995 com o agora Secretário-geral das Nações Unidas, iniciou este trajeto para a erradicação da pobreza em Portugal. -----

----- Ao longo destas décadas, nós assistimos a uma diminuição dos índices de pobreza em Portugal. Foram tomadas várias medidas, pelos sucessivos Governos, várias medidas, várias políticas de inclusão. Foi algo que foi sendo feito ao longo destes anos, necessariamente temos que fazer mais, há que o reconhecer, mas o Partido Socialista não alterará o seu sentido de voto nesta sua Moção, apesar de não podemos estar de acordo quando o PAN pede à Assembleia Municipal que apele ao Governo para a criação de um grupo de trabalho transversal aos diversos Ministérios, não porque não seja uma matéria da Assembleia Municipal, porque não é, também, como há pouco acontecer que o PPD-PSD, mas porque também tem um Deputado na Assembleia da República, mas porque também pura e simplesmente não concordamos com o facto de se criar o trabalho, que seja constituído um trabalho transversal aos diversos Ministérios e às diversas organizações.-----

----- Por outro lado, já não já não já não é o mesmo com a aprovação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, apesar de acharmos que muito tem vindo a ser feito ao longo dos anos e estamos muito melhor, mas é preciso ainda melhorar bastante mais. -----

----- Relativamente à Recomendação 4, a nível Municipal, nós naturalmente que, de igual modo sem me ir atrás daquilo que é uma bandeira, que sempre foi do Partido Socialista, aliás, como disse há pouco desde 95, desde 2 de António Guterres que esta questão da luta contra a pobreza passou a ser introduzida no léxico político português pelo Partido Socialista e, portanto, não é nada de novo, infelizmente falta fazer bastante e falta fazer muito, mas muito também já foi feito, agora, Senhora Deputada é preciso recordar porque o PAN aquilo o não fez, que em julho de 2018, portanto, há 3 meses, decorreu em Lisboa o primeiro encontro, o primeiro patamar para o compromisso de Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza em Lisboa, organizado pela Vereação do Executivo Municipal, e este encontro juntou técnicos e decisores políticos com o objetivo, claro de traçar um roteiro no combate à pobreza e, portanto, é uma matéria em que a Câmara já está a trabalhar e, que por isso mesmo, nós não nos vamos esquecer.-----

----- É que Vossa Excelência referiu a cedência do Observatório da Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa, falou na questão da iniciativa da Rede Europeia Anti Pobreza da Santa Casa Misericórdia de Lisboa, mas talvez coincidentemente ou não esqueceu-se de referir aquilo que foi uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa há 3 meses, nós não nos esquecemos, isso não para mudar o nosso sentido de voto, porque o assunto é demasiado sério para nós o fazermos e, portanto, naturalmente, o Partido Socialista votará ao lado, não do PAN, mas contra a pobreza e a favor da erradicação da pobreza na cidade de Lisboa. Disse.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDSS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente em Exercício, Senhor Deputada, muito breve que a hora vai longa, dizer-lhe obviamente que nós estamos solidários com a preocupação do PAN, e com a criação de uma estratégia nacional, não diria de erradicação a pobreza, mas de combate à pobreza, e a pergunta que queria colocar, qual é o papel que o PAN lhe concebe para as entidades economia social no combate à pobreza? Nós temos a certeza, estamos convictos que o contributo que estas entidades prestam não é considerado nas estatísticas de erradicação de pobreza, do combate à pobreza, não é a em Lisboa, não é Portugal, mas não a nível europeu para que não são um problema nacional, é a nível europeu, devia estar devia ser considerado e não é, este enorme trabalho que estas entidades fazem de sector a sector e, portanto, gostaria de saber qual a posição do PAN sobre aquilo que deve ser o papel destas entidades, que no nosso entender tanto fazem na luta e no combate à pobreza.” -

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Teresa Craveiro.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Como foi o já aqui referido efetivamente e também já hoje falámos, sabemos que temos públicos vulneráveis, públicos-alvo vulneráveis, as crianças, os idosos, os sem-abrigo, portanto, e a falta de empregabilidade nalgumas áreas é transversal, mas foi uma opção que penso que do ponto de vista a Recomendação à Câmara, se calhar, desconhecem o plano de desenvolvimento social, se trabalharmos com o Professor Bruto da Costa, trabalhámos o Observatório de Pobreza, mas foi efetivamente uma opção, não vir um capítulo isolado da pobreza, mas antes estudar a pobreza em cada público-alvo, alvo de vulnerabilidade e, portanto, o que eu recomendava e que valeria a pena debatermos é o Plano de Desenvolvimento Social da cidade de Lisboa, que é de 2017 até 2020. -----

----- Tem 3 anos, tem eixos, tem etapas e, portanto, era bom que nós também o pudéssemos acompanhar e perceber aí como é que a pobreza em cada público-alvo está a ser dirimida e que é que o Município, com a rede social de 470 parceiros, o que

é que está a trabalhar para o mesmo, na territorialização também de alguns bairros críticos e de algumas áreas da cidade, porque efetivamente como hoje já o disse o pior em Portugal é estarmos permanentemente com mais estudos, novos diagnósticos e não fazermos efetivamente a implementação de um instrumento, que foi aprovado nesta Casa, no Conselho Local de Ação Social por 470 parceiros com a Santa Casa da Misericórdia, segurança e a Câmara, como um elemento único em Portugal que é a tripartida e, portanto, eu chamava a atenção de que valeria a pena que o PAN e os demais Senhores Deputados, trabalharmos na implementação do Plano de Desenvolvimento Social, porque me parece que ele tenha estado um pouco, enfim, parado no ponto de vista dos eixos e percebermos o que é a sua implementação e os ganhos naquilo que tudo estamos aqui preocupados, que é a pobreza da cidade e também que efetivamente o Professor Bruto da Costa concordou completamente com esta metodologia introduzida a temática, nas vulnerabilidades do Plano de Desenvolvimento Social e não ficar apenas como um capítulo, quase caritativo, relativamente à pobreza da cidade de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Inês Sousa Real”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra deu as seguintes respostas:-----

----- “Muito obrigada a todos os Deputados e Deputadas pelos nossos contributos e questões que apresentaram, a começar desde já por referir que em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado Manuel Lage, o PAN esteve presente nesse encontro, portanto, primeiros patamares de muitos degraus e fazemos referência a isso na nossa Recomendação, portanto, aconselhava, de facto, uma leitura mais atenta do documento, porque é feita referência.-----

----- É feita também a referência do que de positivo se tem feito na Cidade, precisamente, porque estivemos nestes encontros e fizemo-nos representar, assim como ouvimos diferentes interlocutores na Cidade, nomeadamente as associações nos diferentes movimentos cívicos, apercebemo-nos de que existe esta necessidade de uma maior articulação e propomos obviamente que esta estratégia seja articulada e concertada, indo um bocadinho também ao encontro do que foi referido pelo PCP, concertada com o Parlamento e não apenas ao nível local.-----

----- Referir também que de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o INE, em 2017, 23 por cento da população estava em risco de pobreza, portanto, não é uma visão pessimista ou negativa do PAN ou querer descurar o trabalho que foi feito, mas é sim um olhar para os dados que têm sido partilhados ao nível dos diferentes relatórios, não só estavam em risco de pobreza, como de exclusão social, sendo 18 por cento, 430 mil menores de 18 anos, enquanto que 18 por cento eram também pessoas com mais de 65 anos, e ainda permaneciam as mulheres, as mais afetadas pela insuficiência de recursos, obviamente que entendemos que devemos ouvir, e bem, estes diferentes interlocutores para responder à pergunta do Senhor Deputado,

reconhecemos esse iniciativa, inclusive por escrito, mas não podemos deixar de apontar que é necessária uma efetiva implementação deste Plano.-----

----- Em relação à pergunta do Senhor Deputado Municipal do CDS, dizer obviamente que em relação à questão do 3º setor, nomeadamente as IPSS, reconhecemos o trabalho relevante que tem sido feito, mas entendemos que deve também serem dados passos mais concretos, nomeadamente, através do Governo e do Poder Local que promovam políticas efetivas, não podemos deixar apenas na mão do 3º setor e seria até ingrato para quem tem assumido quase sozinho este papel e, portanto, temos que chamar também o Poder Político a estas iniciativas, e desde já convidar a que todos os eleitos estejam presentes em encontros, como este que foi feito, um encontro de múltiplos degraus. -----

----- Em relação à questão levantada pela Senhora Deputada Teresa Craveiro, do Plano de Desenvolvimento Social, estamos completamente de acordo, até vamos mais longe, apesar do Conselho Municipal para a Igualdade já ter reunido este ano, ainda estão em desenvolvimento os planos da igualdade, foram dados a que alguns passos atrás na elaboração destes planos e, portanto, tem, de facto que dar andamento a estas iniciativas pelo que é isso mesmo que pretendemos com estas iniciativas, quer com a Moção, quer com a Recomendação, é dar mais força áquilo que de bom tem sido feito na nossa cidade. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Aline Beuvink (PPM),** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente em Exercício, Excelentíssimos senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, boa tarde. -----

----- Um país não vive do seu passado, mas tem que manter viva a sua memória, porque se é verdade que a história nem sempre se repete, é verdade também que determinadas situações, determinadas decisões, determinados atos devem servir de fonte de reflexão para quem constrói o presente pensando no futuro, e esse presente e esse futuro somos nós que o construímos a cada momento através das instituições e das pessoas que escolhemos para, em nosso nome, exercerem o Poder Político. -----

----- A cidade de Lisboa comemorou a semana passada, com alguma pompa e circunstância, mais um 5 de Outubro, o 5 de Outubro de 1910. -----

----- O grande medievalista José Mattoso dizia há não muito tempo que não é preciso ser-se historiador profissional para se perceber que não se pode fazer história sem uma grande dose de imaginação. -----

----- É vulgar dizer-se que a história é feita pelos vencedores e, neste caso a história de Portugal é feita e tem sido feita através dos olhos do ideário republicano, mas o que está aqui em questão é uma história, os seus factos e as suas repercussões, mas sim o imaginário que temos dela e a forma como a comemoramos ou a forma como a ignoramos. -----



----- Há 875 anos, o Rei D. Afonso VII de Leão e Castela reconheceu através do Tratado de Zamora um novo Estado, um novo Reino, Portugal, que se desmembrava do domínio leonês, em consequência desse tratado D. Afonso Henriques é também reconhecido como Rei de Portugal. É esta data que deve ser considerada oficialmente como o nascimento do nosso país, embora este tratado ainda determinasse alguma vassalagem por parte de D. Afonso Henriques ao Rei de Leão e Castela, que se considerava o imperador da Espanha. -----

----- O Primeiro Rei de Portugal, já cunhando moeda e assinando como um “rex”, era pelo povo assim reconhecido, só em 1179 o Papa Alexandre III, envia a D. Afonso Henriques a “bula manifestis probatun”, na qual aceita, que D. Afonso Henriques lhe preste vassalagem direta e em consequência disso, reconhece de forma definitiva e internacional a independência de Portugal, dado que um vassalo apenas podia ter um senhor direto. -----

-----Minhas Senhoras e meus Senhores, podemos também continuar a comemorar os acontecimentos que nos impuseram de forma ilegal em 1910, no regime apoiado por um partido que tinha menos de 10 por cento de apoio da população portuguesa. -----

----- O PPM não irá votar favoravelmente, como é evidente, o Voto de Saudação do PSD relativo ao 5 de Outubro. Ah, já viu Senhor Vereador? Que desgraça! -----

----- Principalmente pela forma como foi elaborado e pelos erros históricos graves que lá constam, mas podemos dizer que não só de grandes feitos, de grandes vitórias, de grandes avanços civilizacionais, de grandes homens e mulheres é feita a história de um povo, também de derrotas, de retrocessos, de erros, de fracassos e de pessoas que marcaram negativamente os vários passos na caminhada coletiva, é importante, diria mesmo imprescindível, recordar e assinalar os momentos altos, os momentos fundamentais do nosso património comum, sobretudo daqueles que nos unem como povo e como nação mult centenária, Portugal é dos países, talvez porque nasceu há quase 900 anos, que não comemora, porque não recorda a sua fundação. -----

----- Numa altura de crise de identidade, onde somos chamados a uma profunda reflexão sobre a nossa forma de encarar a vida, temos a possibilidade de alterar a nossa atitude perante um futuro incerto, olhando também para os exemplos do passado e nenhum melhor do que a fundação da nossa nacionalidade, para isso, e penso que o Senhor Vereador irá concordar comigo.-----

----- É imperativo que Portugal volte a comemorar a data da sua fundação! -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, há quem festeje a República Portuguesa e um golpe de Estado, mas o PPM e os monárquicos celebram Portugal e, por isso, dizemos aqui, que viva Portugal!-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Eu pergunto ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, se quer a usar da palavra? Não, muito obrigada. -----

----- Penso que não há mais ninguém inscrito, passaríamos então às votações, eu quero aqui chamar a chamar a atenção para um facto, o período de votações vai já decair para lá da hora, das 5 horas e 20 minutos, que o período estabelecido para

funcionamento da Assembleia, penso que ninguém se opõe, porque começando as votações, elas depois não poderão ser interrompidas. -----

----- Penso que ninguém se opõe? Não, pronto, então vamos passar às votações.” -----

----- **VOTO Nº. 37/02 - (SUBSCRITO PELO CDS-PP) - “ VOTO DE SAUDAÇÃO – 150ª ANIVERSÁRIO DA REAL ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LISBOA”**-----

----- (O Voto de Saudação 37/02 (CDS-PP) é anexado à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto de Saudação nº. 37/02 (CDS-PP)** não tem votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Voto de Saudação nº. 37/02 (CDS-PP) foi aprovado por unanimidade.** -----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO Nº. 37/03 - (SUBSCRITO PELO PSD) NOVA VERSÃO - “ 5 DE OUTUBRO – O DIA DE PORTUGAL E DA REPÚBLICA”** --

----- (O Voto de Saudação 37/03 (PSD) é anexado à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto de Saudação nº. 37/03 (PSD) Nova Versão** tem os votos contra do PPM e 1 PSD, votos de abstenção do PCP, BE e PAN, votos a favor do PS, PSD, PEV, MPT e 8 IND. **O Voto de Saudação nº. 37/03 (PSD) foi aprovado por maioria.**-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Há uma Declaração de Voto do PAN e uma Declaração também, por escrito, do PCP.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, por escrito a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“O Grupo Municipal do PCP absteve-se em relação ao Voto 037/03 (PSD) – “5 de Outubro – o dia de Portugal e da República!” votado durante a 37ª Reunião – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no dia 09 de Outubro de 2018 porque, acompanhando obviamente o propósito de se saudar a República e a sua implantação em Portugal, percebe que esta saudação, abusivamente, renomeia a data como dia de Portugal e da República, e é apologética de uma perspectiva monárquica e nacionalista, mesclada de saudação à República. Ora, o dia 5 de Outubro, feriado nacional, é o dia da implantação da República e não o dia de Portugal e de Camões. Em nome do rigor e do respeito pela data que pretensamente se diz querer saudar, não poderia o PCP acompanhar este aproveitamento, a pretexto de uma moção que devia ser sobre a República e os valores e princípios patrióticos que o PCP sempre defendeu e defende.*-----

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, em 11 de Outubro de 2018.*-----

----- *O Representante do Grupo Municipal do PCP, António Modesto Navarro.”* -----

----- (O Grupo Municipal do PAN não apresentou a Declaração de Voto).-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar para a Moção apresentada pelo PAN, a Moção 037/03.” -----

----- **MOÇÃO 037/03 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “POR UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA”** -----

----- (A Moção 37/03 (PAN) é anexado à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “Pede-me o Partido Socialista para o primeiro ponto ser votado em separado.” ----

----- **O Ponto 1 da Moção 37/03 (PAN)**, votos contra do PS, votos de abstenção do PCP, PEV e 3 IND, votos a favor do PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 5 IND. **O Ponto 1 da Moção 37/03 (PAN) foi rejeitado.**-----

----- **Os Pontos 2 e 3 da Moção 37/03 (PAN)**, não têm votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **Os Pontos 2 e 3 da Moção 37/03 (PAN) foram aprovados por unanimidade.**----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) ----

----- **MOÇÃO 037/04 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “PELA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA ARTÍSTICA ANTÓNIO ARROIO.”** -----

----- (A Moção 37/04 (MPT) é anexado à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção 37/04 (MPT)**, não têm votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Moção 37/04 (MPT) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) ----

----- **MOÇÃO 037/05 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – RETIFICADA - “MAIS E MELHOR SEGURANÇA, UM SERVIÇO PARA BEM DE TODOS.”** -----

----- (A Moção 37/05 (PSD) é anexado à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “Tem alguma alteração? Sim Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim Senhora Presidente, naquilo que tem sido a sequência da discussão aqui tida, que consideramos de facto de muito valor, o PSD faz a proposta de em vez da votação que nós agora avançámos ser no sentido de aprovar a componente deliberativa, nesses termos, seria no intuito de aprovar a descida desta Moção à 8ª. Comissão para discussão.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “Peço desculpa, o Senhor Deputado propõe que esta que esta Moção deixa diretamente à 8ª. Comissão?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Ela descer diretamente não pode, portanto, a proposta é haver uma votação para ela descer à 8ª. Comissão.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “Sim, tranquilo Senhor Deputado. Posso fazer uma pergunta? Ouviu a proposta do Senhor Deputado Luís Newton?”-----

----- **Moção 37/05 (PSD)**, não tem votos contra, votos de abstenção do PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT e 1 IND, votos a favor do PS, PSD, PAN, PPM e 7 IND. **A Moção 37/05 (PSD) foi aprovada por maioria a descida à 8ª. Comissão Permanente.**-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 037/03 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “COLOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO INCLUSIVO NO ESPAÇO PÚBLICO E PARQUES INFANTIS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA.”**-----

----- (A Recomendação 37/03 (CDS-PP) é anexado à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 37/03 (CDS-PP)**, não têm votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação 37/03 (CDS-PP) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **O Deputado Municipal Independente** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Não concordamos com os considerandos deste voto, que colocam demasiada ênfase no tratado de Zamora e encaram a implantação da República como uma mera inoperância da monarquia. O feriado do 5 de Outubro celebra a implantação da República de 1910 e não deve servir de veículo para outras efemérides, e foi por respeito a estes valores basilares que o dia representa que preferimos não deixar de votar favoravelmente esta saudação.*-----

----- *O Deputado Municipal Independente Eduardo Viana.*”-----

----- **A Deputado Municipal Independente** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Não concordamos com os considerandos deste voto, que colocam demasiada ênfase no tratado de Zamora e encaram a implantação da República como uma mera inoperância da monarquia. O feriado do 5 de Outubro celebra a implantação da República de 1910 e não deve servir de veículo para outras efemérides, e foi por respeito a estes valores basilares que o dia representa que preferimos não deixar de votar favoravelmente esta saudação.*-----

----- *A Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves.*”-----

----- **RECOMENDAÇÃO 037/04 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “ACCÃO LOCAL CONTRA A POBREZA.”**-----

----- (A Recomendação 37/04 (PAN) é anexado à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 37/04 (PAN)**, não tem votos contra, votos de abstenção 7 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 1 IND. A **Recomendação 37/04 (PAN)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 037/05 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “MAIS INVESTIMENTO NO REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS.”**-----

----- (A Recomendação 37/05 (PEV) é anexado à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 37/05 (PEV)**, não tem votos contra, votos de abstenção do PS, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 8 IND. A **Recomendação 37/05 (PEV)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 037/06 – (SUBSCRITA POR 5 DEPUTADOS INDEPENDENTES) – “PELA ELEBORAÇÃO DE UM REGULAMENTO RELATIVO À ATIVIDADE DO ALOJAMNTO LOCAL NO MUNÍCIPIO DE LISBOA E DE UMA DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA COM VISTA A SUSPENDER NOVOS REGISTOS ATÉ À SUA ENTRADA EM VIGOR.”**-----

----- (A Recomendação 37/06 (5 IND) é anexado à presente Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Pedem a votação ponto por ponto. Certo? Certo.”-----

----- **Ponto 1 da Recomendação 37/06 (5 IND)**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O **Ponto 1 da Recomendação 37/06 (5 IND)** foi aprovado por **unanimidade**.---

----- **Ponto 2 da Recomendação 37/06 (5 IND)**,votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, votos de abstenção do PAN, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT e 8 IND. O **Ponto 2 da Recomendação 37/06 (5 IND)** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **Ponto 3 da Recomendação 37/06 (5 IND)**,votos contra do CDS-PP e PPM, votos de abstenção do PSD, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, PSD, BE, 8 IND. O **Ponto 3 da Recomendação 37/06 (5 IND)** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **Ponto 4 da Recomendação 37/06 (5 IND)**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. O **Ponto 4 da Recomendação 37/06 (5 IND)** foi aprovado por **unanimidade**.---

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “Há uma Declaração de Voto por escrito do CDS-PP”-----

----- (O Grupo Parlamentar do CDS-PP não apresentou a sua Declaração de Voto.)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 037/07 – (SUBSCRITA POR 5 DEPUTADOS DO PCP) – “REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA.”**-----

----- (A Recomendação 37/07 (PCP) é anexado à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 37/07 (PCP)**, não há votos contra, votos de abstenção do CDS-PP, PPM e MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, 8 IND. A **Recomendação 37/07 (PCP) foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra continuou:-----

----- “Há uma Declaração de Voto por escrito do CDS, do Partido Socialista e de dois Deputados Independentes.”-----

----- **O Grupo Municipal do PS** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 63º nº 1 do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 9 de Outubro de 2018 a sua declaração de voto referente à Recomendação nº 037/07 subscrita pelo PCP (Partido Comunista Português) denominada “Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa”, aprovada por maioria na Sessão Extraordinária de Declarações Políticas e que mereceu o voto favorável do Grupo do PS com os seguintes fundamentos:*-----

----- *1. O Partido Socialista reconhece a necessidade de se proceder à revisão do Plano Director Municipal por forma a atender à evolução ocorrida na cidade, tendo em vista a existência de um território mais coeso, equilibrado e sustentável;*-----

----- *2. Não obstante a necessidade de revisão acima citada, o Partido Socialista entende que o Plano Director Municipal de Lisboa em vigor, contribuiu de forma significativa para a reabilitação urbana da cidade e se revelou um instrumento urbanístico fundamental na promoção de emprego e na actual dinâmica económica da cidade, recusando as alegações sobre a sua contribuição para a promoção de eventuais fenómenos de especulação imobiliária.*-----

----- *Lisboa, 11 de Outubro de 2018*-----

----- *Pelo Grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa José Leitão.”*-----

----- **O Deputado Municipal Independente** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Apesar de estarmos em desacordo com os considerandos desta proposta pelo tom utilizado e por toda a depreciação que faz do trabalho político da Câmara Municipal, não deixámos de votar favoravelmente por considerarmos oportuna esta revisão, uma vez que a cidade passou de um período de crise económica e desertificação em 2012, altura em que foi publicado o atual PDM, para um período de crescimento e pressão imobiliária. Assim, faz todo o sentido, no nosso entender, que o principal instrumento de política de ordenamento do território municipal seja repensado e reavaliado.*-----

----- *O Deputado Municipal Independente Eduardo Viana”*-----

----- **A Deputada Municipal Independente** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Apesar de estarmos em desacordo com os considerandos desta proposta pelo tom utilizado e por toda a depreciação que faz do trabalho político da Câmara Municipal, não deixámos de votar favoravelmente por considerarmos oportuna esta revisão, uma vez que a cidade passou de um período de crise económica e desertificação em 2012, altura em que foi publicado o atual PDM, para um período de crescimento e pressão imobiliária. Assim, faz todo o sentido, no nosso entender, que o principal instrumento de política de ordenamento do território municipal seja repensado e reavaliado. -----

----- A Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves”-----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não apresentou a sus Declaração de Voto)-----

----- **RECOMENDAÇÃO 037/08 – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS) – “LISBOA, CIDADE DA INOVAÇÃO.”** -----

----- (A Recomendação 37/08 (PS) é anexado à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação 37/08 (PS)**, não há votos contra, votos de abstenção do PCP, BE, PEV, IIND, votos s favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e 7 IND. A **Recomendação 37/08 (PS) foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Patrocínia Vale César** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos Trabalhos, penso que não ultrapassámos o tempo, foram mesmo 8 horas e 40 minutos. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----

